



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito junto ao Tribunal de Contas de Estado de Pernambuco, em atendimento a Resolução T.C. Nº 37/2016-anexo II, item 23 do sumário, que dentro dos limites de recursos financeiros e tempo para a implementação das recomendações, a gestão do Município empenhou esforços para sanar os desvios identificados exercício de 2016. Em anexo segue documentos que demonstram as melhorias de gestão.

Gravatá, 30 de março de 2017

Otávio Henrique Cintra Monteiro
Controlador Geral



Prefeitura de Gravatá

Intervenção Estadual



Relatório de Controle Interno

Diagnóstico Situacional Implementação de Ações Corretivas

NOVEMBRO/2016



COLABORADORES

Adelaide Maria Caldas Cabral
Secretária de Saúde

Francisco Pereira
Secretária de Finanças e Planejamento

Giuliana Cavalcanti
Secretário de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano

Daniela Alecrim
Secretária de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer

Laurisabel Pinheiro
Assistência Social, Trabalho e Mulher

Lucileide Ferreira Lopes
Diretora Presidente do IPSEG

Maria Ângela Andrade
Secretária de Educação

Romero Borja
Procurador Geral do Município

Otávio Monteiro
Controlador Geral Municipal

Ronaldo Acioly Filho
Secretário de Administração

Laurinaldo Félix
Secretária de Desenvolvimento Sustentável



SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
2. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4
3. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICÍPIAIS DE GRAVATÁ – IPSEG.....	8
4. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	10
5. SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.....	16
6. SECRETARIA DE SAÚDE	25
7. CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.....	37
8. SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	41
9. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.....	48
10. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E CONTROLE URBANO.....	50
11. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.....	54
12. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	64
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relatório tem como objetivo dar continuidade em demonstrar o grau de implementação das ações corretivas identificadas no Relatório de Diagnóstico Situacional realizado em dezembro de 2015 e no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas em julho de 2016.

Vale destacar que a partir da colaboração dos novos secretários municipais, nomeados após a Intervenção Estadual em Gravatá, que ocorreu em 17/11/2015, por meio do decreto estadual 42.387, foi realizado o diagnóstico retratando a realidade de cada secretaria. Assim, foi levantado os achados para melhoria e as ações corretivas que devem ser executadas para qualificar a gestão municipal e a prestação dos serviços à população. Em fevereiro de 2016, atualizado em julho de 2016, foi realizado um diagnóstico das implementações das ações corretivas, indicando o status de cada ação e os percentuais de melhorias identificados na época.

Dessa forma, este documento foi estruturado em tópicos que relatam as medidas corretivas que cada órgão da máquina pública da prefeitura de Gravatá reportou ter saneado quanto aos achados para melhoria. Destaca-se que algumas novas ações foram identificadas no ano de 2016, pós Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016.

2. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Abaixo segue o quadro 01 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.



Quadro 1 – Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Funcionários que constam em folha de pagamento que não estão trabalhando.	Avaliação das necessidades de pessoal para redução do quadro; Auditoria da folha de pessoal; Estabelecimento do controle de frequência de pessoal; Elaboração de edital de seleção simplificada.	Concluída
2015	Inexistência da Lei de Benefícios Eventuais (cesta básica, auxílio funeral e natalidade).	Elaboração da minuta do projeto de lei de benefícios eventuais.	Em Andamento
2015	Acesso restrito às informações do Fundo Municipal de Assistência Social.	Avaliação e adequação do funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social. Ex: atualização e correção geral do cadastro dos credores, elaboração do fluxo do processo administrativo financeiro.	Concluída
2015	Despesas realizadas sem prévio empenho.	Avaliação e adequação do funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social. Ex: atualização e correção geral do cadastro dos credores, elaboração do fluxo do processo administrativo financeiro.	Concluída
2015	Contratos, empenhos e convênios sem assinatura dos representantes legais.	Avaliação e adequação do funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social. Ex: atualização e correção geral do cadastro dos credores, elaboração do fluxo do processo administrativo financeiro.	Concluída
2015	Despesas empenhadas em dotações incorretas. Ex; Compra de material permanente, com empenho realizado em dotação de material de consumo.	Avaliação e adequação do funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social. Ex: atualização e correção geral do cadastro dos credores, elaboração do fluxo do processo administrativo financeiro; Medidas de controle e redução de custos.	Concluída
2015	Pagamentos em duplicidade para credores, pagamentos realizados a maior e fonte de recursos incorretos.	Avaliação e adequação do funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social. Ex: atualização e correção geral do cadastro dos credores, elaboração do fluxo do processo administrativo financeiro.	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Número significativo de liminares para pagamento de tratamento de usuários de drogas.	Maior acompanhamento do atendimento prestado aos usuários para melhor atestar a despesa determinada por liminares.	Concluída
2015	Descontinuidade de repasses de recursos do cofinanciamento do governo federal e estadual.	Tratativa de conseguir os recursos federais e estaduais para cofinanciamento.	Cancelada
2015	Ausência de arquivo dos processos de licitações, para o devido acompanhamento.	Avaliação e adequação do funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social. Ex: atualização e correção geral do cadastro dos credores, elaboração do fluxo do processo administrativo financeiro.	Concluída
2015	Recursos repassados para instituição da rede, sem que haja um instrumento legal (convênio ou termo aditivo ao convênio).	Paralisar os repasses sem prévia formalização de convênio; Análise dos convênios para verificação da adequação do serviço prestado as fontes de financiamentos.	Concluída
2015	Ausência de tombamento no patrimônio.	Levantamento do patrimônio e condições de funcionamento dos programas e serviços por registro fotográfico.	Concluída
2015	Ausência de controle interno de gastos como combustível, frequência de funcionários, gás, água, etc.	Avaliação e adequação do funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social. Ex: atualização e correção geral do cadastro dos credores, elaboração do fluxo do processo administrativo financeiro.	Concluída
2015	Pequenas compras realizadas por dispensa de licitação sem a realização de cotação com 3 fornecedores para estabelecer o critério de menor preço (ex.: gás de cozinha, remédios).	Avaliação e adequação do funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social. Ex: atualização e correção geral do cadastro dos credores, elaboração do fluxo do processo administrativo financeiro.	Concluída
2015	Todos os contratos dos fornecedores da Secretaria de Assistência Social com prazo de encerramento em 31/12/2015 sem planejamento quanto ao exercício 2016.	Contratações emergenciais quando cabível, levantamento das necessidades e elaboração de termos de Referência para realização de processos licitatórios.	Em andamento



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Não repasse das contribuições previdenciárias dos efetivos ao IPSEG, no montante de R\$ 2.871,40.	Pagamento da dívida acumulada, em 18/05/2016.	Concluída
2016	Inadequação do funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), como órgão fiscalizador da execução da política de assistência no município. Desconhecimento do papel e atribuições dos conselheiros.	Realização de capacitação com os Conselheiros com carga horária de 40 horas. Instalação das comissões do conselho. Visitas e notificações às instituições inscritas no CMAS, com estabelecimento de prazos para adequação a Resolução CNAS 14/2014.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 01 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

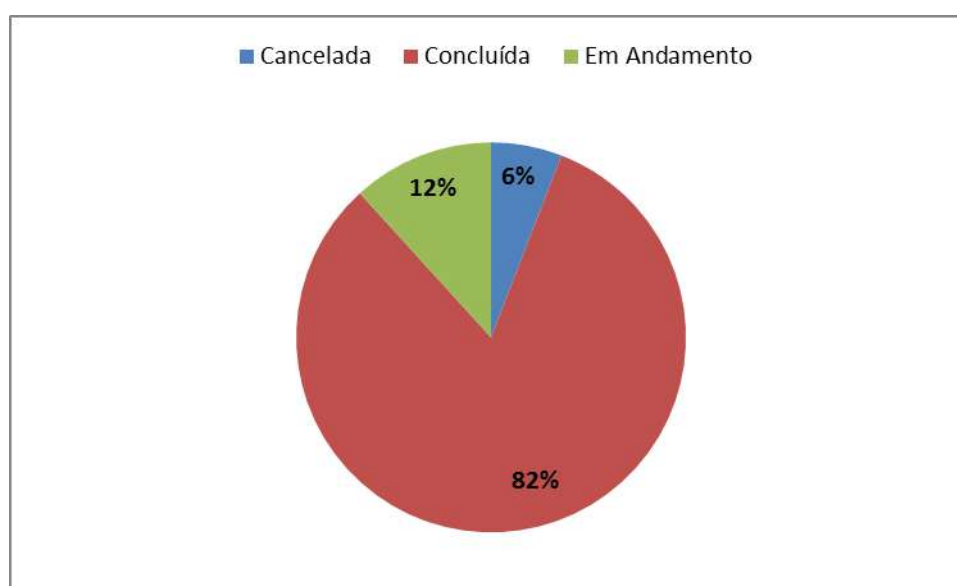


Gráfico 1 – Percentual de melhoria



3. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICÍPIAS DE GRAVATÁ – IPSEG

Abaixo segue o quadro 02 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 2 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Pendências para emissão da Certidão de Regularidade Previdenciária – CRP (Falta de envio do DRAA, do DIRP, NTA e DPIN e ausência de repasse das contribuições).	Envio de informações ao Ministério da previdência; Repasse das contribuições previdenciárias dentro do prazo legal.	Em andamento
2015	Inadimplência com instituições financeiras, sindicatos, IRPF, contrato de prestação de serviços, Plano de saúde, INSS totalizando a quantia de R\$ 1.071.388,70 (Um milhão, e setenta e um mil, trezentos e oitenta e oito reais e setenta centavos).	Pagamento dos fornecedores; Compensação Previdenciária entre o RGPS e o RPPS; Aporte financeiro para complemento das despesas; Recadastramento dos Aposentados e Pensionistas.	Em andamento
2015	Falta de repasse das contribuições previdenciárias dos Fundos Financeiro e Previdenciário somando a quantia de R\$ 7.300.00,00 (sete milhões, e trezentos mil).	Amortização da dívida previdenciária.	Em andamento
2015	Legislação Previdenciária em descompasso com a legislação federal.	Adequação da legislação previdenciária.	Em andamento
2015	cadastro de servidores inativos desatualizado - pessoas recebendo proventos de seus genitores falecidos.	realização RECADASTRAMENTO.	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Falta de Compensação previdenciária entre os Regimes Geral e Próprio.	implantação do processo de CPMPREV	Concluída
2015	Inatividade dos Conselhos Fiscais e Administrativos.	Ativação dos conselhos fiscal e administrativo.	Concluída
2015	Servidores sem a capacitação legalmente exigida para enviar informações ao Ministério da Previdência.	Capacitação dos servidores para obtenção do CPA-10.	Concluída
2015	Ausência de Comitê de Investimento.	Implantação do Comitê de Investimento.	Concluída
2015	Dano à previdência municipal em razão de saques ilegais de proventos de pessoas falecidas.	Recomposição ao erário através de instauração de Processos Administrativos.	Concluída
2015	Desatualização dos proventos dos aposentados.	Criar um grupo de trabalho para apurar o impacto da atualização dos proventos dos aposentados.	Em andamento
2015	Ausência de envio da política de investimento desde 2014.	Elaboração e envio da política de investimento.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 02 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

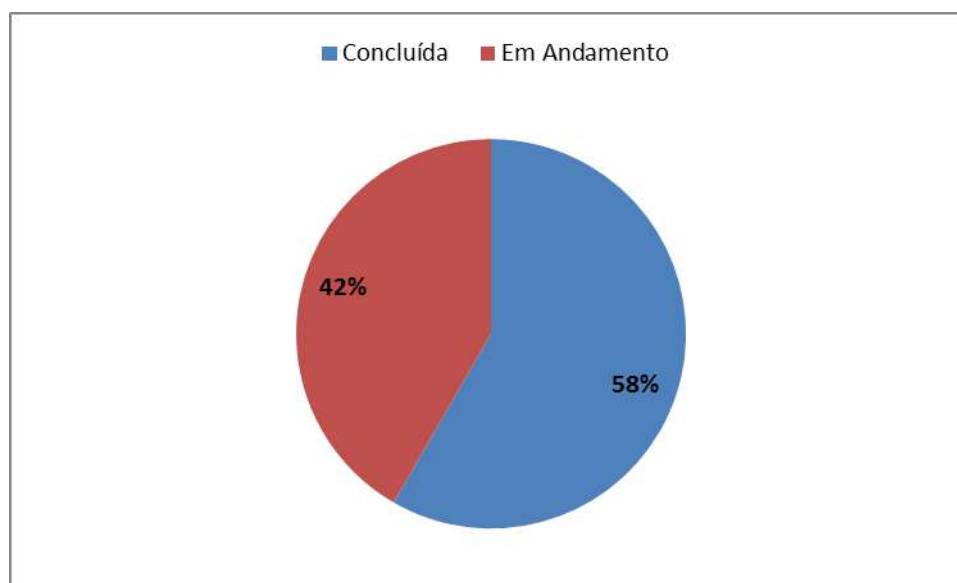


Gráfico 2 - Percentual de melhoria



4. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Situação da Rede

Abaixo segue o quadro 03 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 3 – Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Escolas com quantidade pequena de alunos.	Reordenamento da Rede Escolar (62 escolas para 50, sendo 02 zona urbana e 10 zona rural); Contratação de professores e ASAE's em conformidade com o resultado do reordenamento da Rede Escolar.	Concluída
2015	Turmas multisseriadas.	Diminuição de Turmas Multisseriadas.	Concluída
2015	Quantidade desnecessária de professores, ASAE's e AAE.	Redução de 24% dos Cargos Comissionados (R\$ 10.863,00); Redução de 360 para 229 Contratos Temporários (R\$ 373.273,30 para R\$ (R\$ 229.038,00).	Concluída
2015	Servidores em educação paralisados.	Regularização dos salários atrasados, conforme definido em reunião realizada pelo Ministério Público de Pernambuco, ocorrida em 24/11/2015, onde foi acordado que, após o crédito na conta do Município de valores referentes a parcela do FUNDEB, juntamente com arrecadação municipal, serão pagos os servidores com prioridade.	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Ausência de pagamentos de salários dos professores e servidores.	Regularização dos salários atrasados, conforme definido em reunião realizada pelo Ministério Público de Pernambuco, ocorrida em 24/11/2015, onde foi acordado que, após o crédito na conta do Município de valores referentes a parcela do FUNDEB, juntamente com arrecadação municipal, serão pagos os servidores com prioridade.	Concluída
2015	Alto custeio de manutenção das escolas, sem demanda que justifique.	Diminuição de contas de água, de energia elétrica da Escola John Kennedy, Anexo Benedito Alves, Anexo Escola Adalgisa, Escola Padre Machado, Escola Padre José de Anchieta (R\$ 2.286,55).	Concluída
2015	Necessidade de ser realizado reordenamento da rede escolar municipal.	Reordenamento da Rede Escolar (62 escolas para 50, sendo 02 zona urbana e 10 zona rural); Contratação de professores e ASAE's em conformidade com o resultado do reordenamento da Rede Escolar.	Concluída
2015	Locações de imóveis desnecessárias.	Diminuição de 05 (três) prédios locados (Escola John Kennedy, Anexo Benedito Alves, Anexo Escola Adalgisa, Escola Padre Machado, Escola Padre José de Anchieta), de contas de água, de energia elétrica, etc. (R\$ 6.864,61); § Manutenção os imóveis próprios; Levantamento da estrutura física dos imóveis próprios e alugados.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 03 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

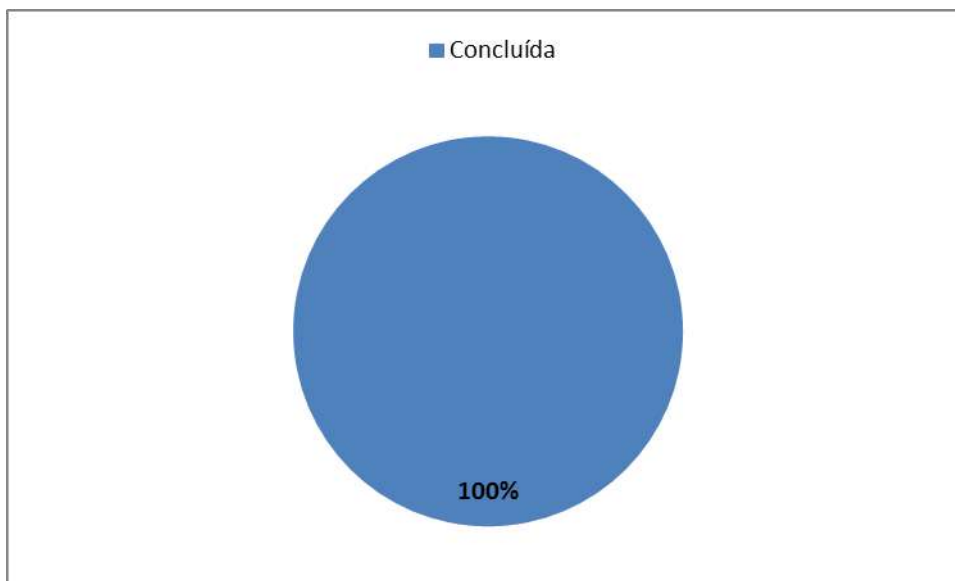


Gráfico 3 – Percentual de melhoria

Merenda Escolar

Abaixo segue o quadro 04 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 4 – Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Notas fiscais atestadas sem a devida conferência.	Conferência das notas fiscais antes do atesto; Adoção de cardápio anual unificado; Criação de mecanismos de controle e verificação se de fato foram percorridos os quilômetros e as rotas apontadas.	Em andamento



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Transporte Escolar com quantidade de rotas desnecessárias indicando falta de planejamento da gestão.	Redução das rotas de transporte escolar de 117 para 101; Melhoraria da logística de distribuição de alimentos; Criação de mecanismos de controle e verificação na entrega e distribuição da merenda; Realização de planejamento necessário ao atendimento das demandas, com revisão na quantidade de veículos, enxugamento das rotas para o ano letivo de 2016.	Concluída
2015	Frota própria desestruturada, tendo ainda como consequência gastos com manutenção de veículos, combustível e contratação de profissional para dirigi-los e pessoal para monitorar os alunos durante o transporte.	Realização de planejamento para um melhor atendimento na distribuição da merenda escolar para o ano letivo de 2016.	Concluída
2015	Processos licitatórios sem observação aos ditames e princípios legais.	Realização de novo certame licitatório com escopo de diminuir os gastos financeiros com transporte escolar, com contratação emergencial (redução de 37% mensal do valor gasto com Transporte Escolar (R\$ 151.000,00)); Realização de novo certame licitatório com escopo de diminuir os gastos financeiros com transporte escolar, substituindo a contratação emergencial.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 04 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

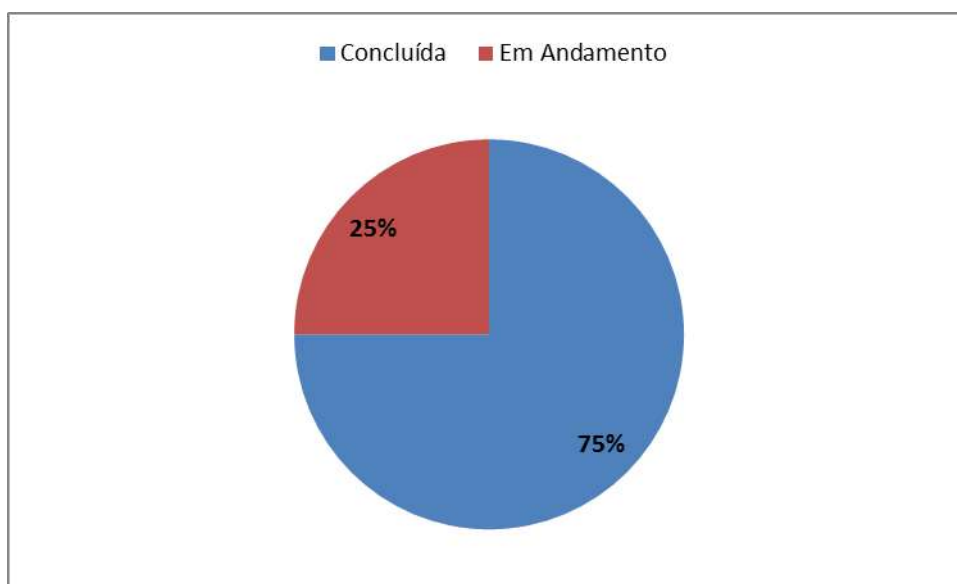


Gráfico 4 – Percentual de melhoria

Programas e Convênios

Abaixo segue o quadro 05 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 5 – Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Recursos da merenda (PNAE, PDDE Mais Educação e Recursos próprios) não identificados quando na comprovação da prestação de contas e na execução, considerando que todos os depósitos são realizados em uma conta única do Município, dificultando a identificação dos valores depositados por convênio/programa.	Criação de contas específicas para depósitos dos recursos oriundos de Convênios ou Programas, de forma a facilitar a utilização dos recursos para os objetos destinados, bem como, a correta prestação de contas dos mesmos; Definição de quais ações poderão ser executadas de acordo com o objeto de cada programa.	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Mobiliário (conjunto de alunos por modalidade de ensino): Em estoque - 2.511 unidades; distribuídos – 2.992 unidades.	Distribuição de mobiliário com eficiência e agilidade, considerando as necessidades da rede.	Concluída
2015	Documentos comprobatórios da despesa frágeis, sem os requisitos mínimos necessários, e sem as identificações mínimas essenciais ao programa.	Formação aos gestores da rede municipal de ensino de como realizar as prestações de contas, dando ênfase às documentações necessárias à correta prestação.	Concluída
2015	Mesmo com a carência da rede escolar, foram localizados 33 computadores interativos recebidos e não distribuídos.	Entregar os computadores interativos após reordenamento.	Concluída
2015	Escolas inadimplentes com relação ao programa PDDE Educação Básica.	Regularizar as escolas inadimplentes em relação ao programa PDDE Educação Básica frente ao FNDE.	Concluída
2015	Ausência de gerência de controle interno e de gerência de planejamento, e de setor responsável por prestação de contas, seja no quesito de orientação aos gestores, seja no de corrigir as mencionadas prestações.	Estruturação da Secretaria de Educação do Município de forma a que se faça uso de ferramentas de planejamento e controle, com a estrutura mínima de pessoal capacitado e criação de gerências de controle interno e de planejamento.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 05 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

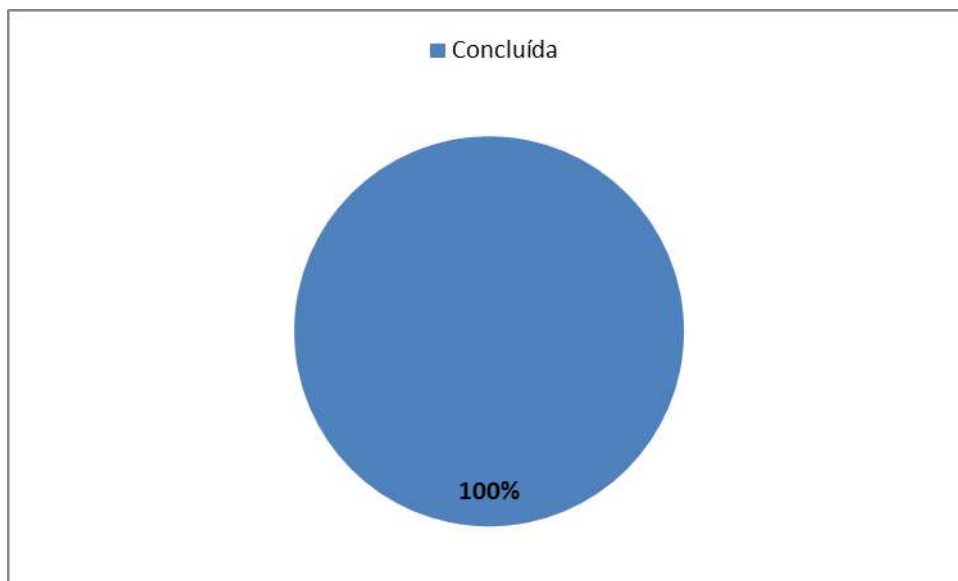


Gráfico 5 – Percentual de melhoria

Por fim, abaixo segue o gráfico 06, demonstrando o percentual de melhoria sobre os achados de toda a Secretaria.

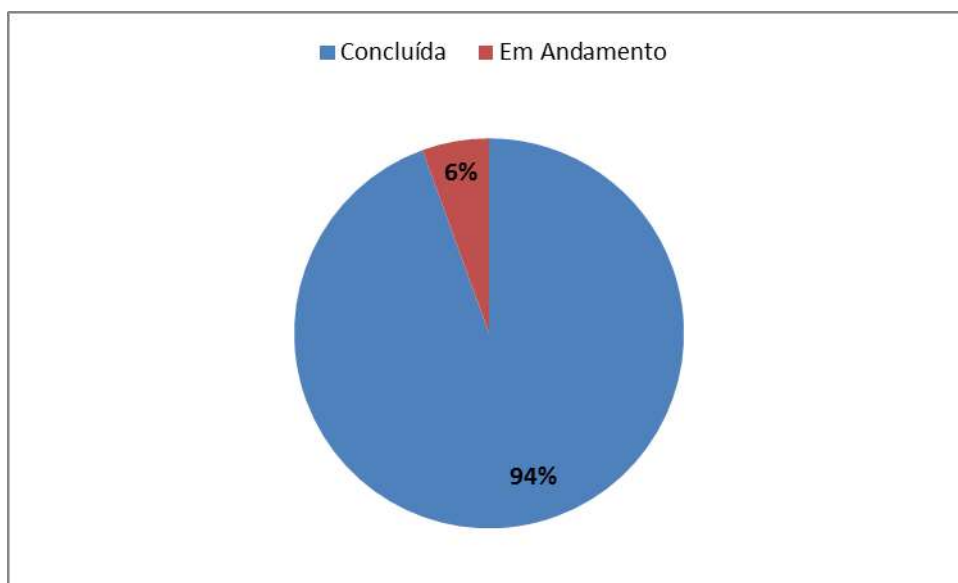


Gráfico 6 – Percentual de melhoria

5. SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

SEDE



Abaixo segue o quadro 06 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 6 – Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Ausência do Plano Municipal de Turismo.	Elaborar um PMT.	Em andamento
2015	Falta de um regimento interno, organograma, atribuições de cada setor.	Elaborar um organograma especificando a função de cada colaborador.	Concluída
2015	Não existe nenhuma ação, nem profissional voltado para a área de esportes.	Elaboração de um plano de ação para o setor; Selecionar um colaborador para a área de esportes; Verificar junto a secretaria de Educação a existência de algum professor de educação física.	Concluída
2015	Ausência de Agência de Publicidade licitada no município, portanto não existe nenhuma folhetaria informativa nem promocional sobre o município.	Elaborar termo de referência para uma nova licitação ou aderir a licitação da Prefeitura ou Fazer junção junto à Empetur para viabilizar a confecção de material promocional/informativo.	Em andamento
2015	Salas com infiltração.	Levantar a possibilidade de reparar os espaços físicos.	Cancelada
2015	Sistema de telefone suspenso por falta de pagamento.	Pagar as contas pendentes para regularização do serviço de telefonia.	Concluída
2015	Foi identificado desvio de função de diversos funcionários. Além de colaboradores que não possuem qualificação para atuar nas áreas de atendimento ao público (CIT e Memorial).	Redirecionamento das funções e melhor distribuição de pessoal.	Concluída
2015	Os funcionários não possuem identificação (Crachás e fardamentos).	Solicitar credenciamento a Secretaria de Administração para os servidores.	Em andamento



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Alguns funcionários contratados e comissionados não cumprem o horário estabelecido.	Apresentar a portaria estabelecida pelo Interventor do município sobre o horário de funcionamento do órgão; Conversar com os funcionários explicando a necessidade do cumprimento do horário.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 07 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

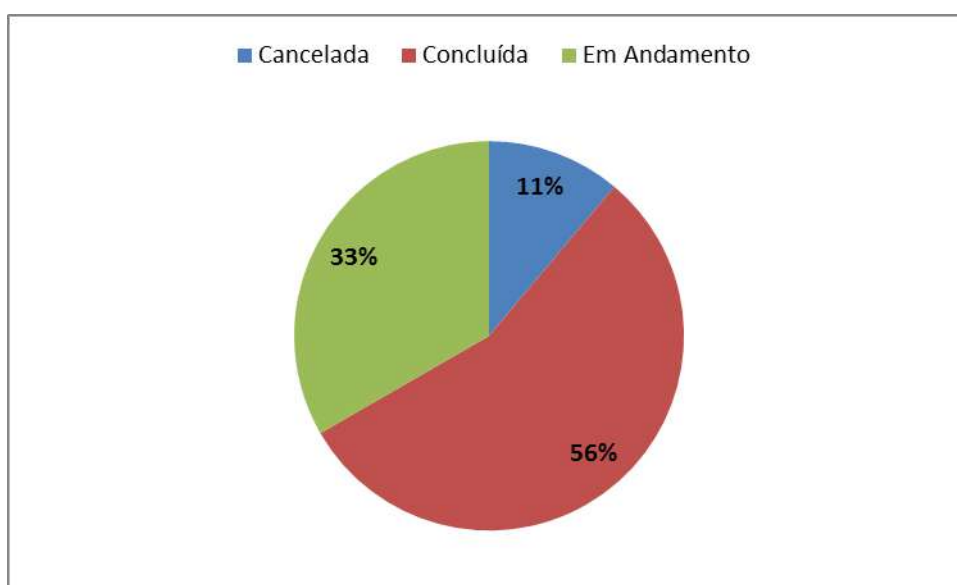


Gráfico 7 – Percentual de melhoria

PARQUE DA CIDADE MONSENHOR CREMILDA BATISTA DE OLIVEIRA

Abaixo segue o quadro 07 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.



Quadro 7 – Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Iluminação precária - Falta de lâmpadas, fotocélulas, reatores.	Solicitação de apoio da secretaria de infraestrutura.	Em andamento
2015	Manutenção dos jardins – Inexistência de equipamentos adequados.	Contratação de um novo jardineiro/ Adquirir equipamentos necessários.	Concluída
2015	Porta danificada e pintura desgastada do que seria o posto médico que nunca funcionou desde a inauguração do Parque.	Solicitar a recuperação do espaço.	Em andamento
2015	Falta de sinalização e pintura na pista de caminhada.	Levantamento das placas necessárias.	Em andamento
2015	Corrimões do anfiteatro danificados.	Solicitar a recuperação dos corrimões.	Em andamento
2015	Falta de óleo e gasolina para a máquina de cortar grama.	Aquisição do material adequado para a máquina de cortar grama.	Em andamento
2015	Ausência de calçada no entorno do parque.	Verificar possibilidade de patrocínio.	Cancelada
2015	Limpeza precária; (uma única funcionária contratada fazia a limpeza de todo o Complexo (Parque, Biblioteca, Sanitários, etc.) no entanto, esta funcionária foi exonerada. A limpeza do Parque e Biblioteca encontram-se comprometidas.	Contratar uma funcionária para atuar na limpeza do parque. Elaborar edital de seleção simplificada.	Concluída
2015	Falta manutenção da quadra de vôlei de areia e nas grades de fechamento do parque.	Fazer o levantamento dos valores para manutenção da quadra de vôlei e grades de fechamento do parque.	Em andamento
2015	Ausência de sistema de irrigação.	Fazer o levantamento dos valores para o sistema de irrigação.	Em andamento
2015	Área extremamente árida, principalmente em se tratando de um parque.	Elaborar projeto paisagístico.	Em andamento



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Falta de segurança (consumo de droga, assaltos).	Colocar um posto da Guarda Municipal.	Concluída
2015	Falta de sistema de tratamento (Bomba, encanação, filtro, conexões e válvulas) para o espelho d'água, que vem acumulando resíduos e lixo.	Fazer o levantamento dos valores para recuperar o espelho d'água.	Em andamento
2015	Ausência do regimento interno do Parque.	Elaborar o Regimento Interno do Parque.	Concluída
2015	Falta de Equipamentos de Proteção Individual para os jardineiros.	Levantar os custos necessários para compra de EPI.	Concluída
2015	Ausência de lixeiras adequadas.	Levantar os custos necessários para compra de lixeiras.	Em andamento
2015	Locação irregular dos Boxes. São 8 lojas, com 6 locadas. 1 loja não possui contrato, apenas 1 locatário encontra-se com o pagamento em dia, os demais encontram-se com débitos em atraso.	Elaborar novos contratos de permissão par uso dos Boxes.	Em andamento

Abaixo segue o gráfico 08 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

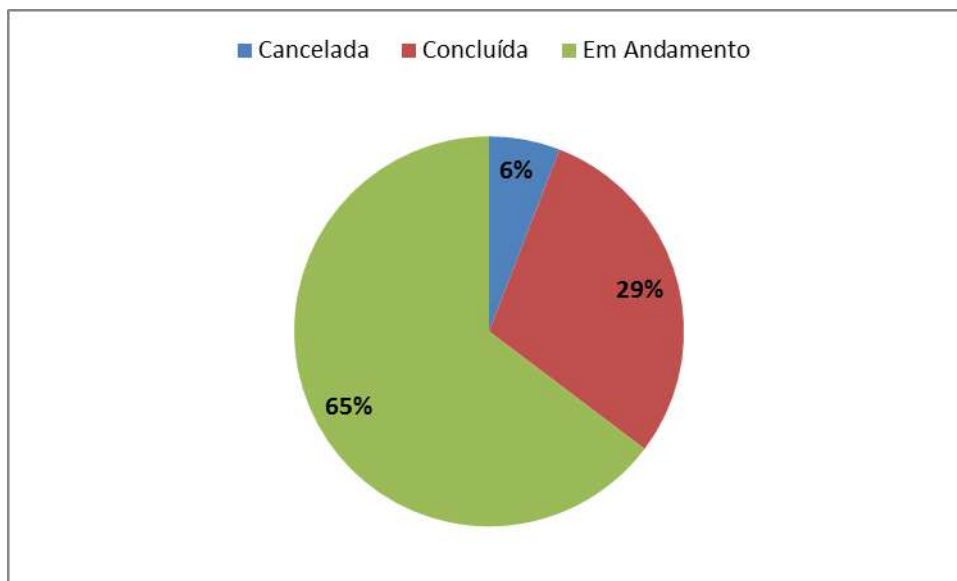


Gráfico 8 – Percentual de melhoria

BIBLIOTECA MUNICIPAL RAFAEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Abaixo segue o quadro 08 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 8 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
---------------	---------	------------------	----------



2015	A Biblioteca funciona relativamente bem, possui um acervo razoável. Possui 04 computadores disponibilizados para os usuários. Tem um espaço anexo que deveria funcionar como Galeria de Exposições, porém está precisando de manutenção e limpeza. Falta água no Parque e nos banheiros.	Elaborar um plano de atividades para a Biblioteca e Galeria de Exposições. Solucionar o abastecimento de água do parque e da biblioteca.	Concluída
------	--	--	-----------

Abaixo segue o gráfico 09 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

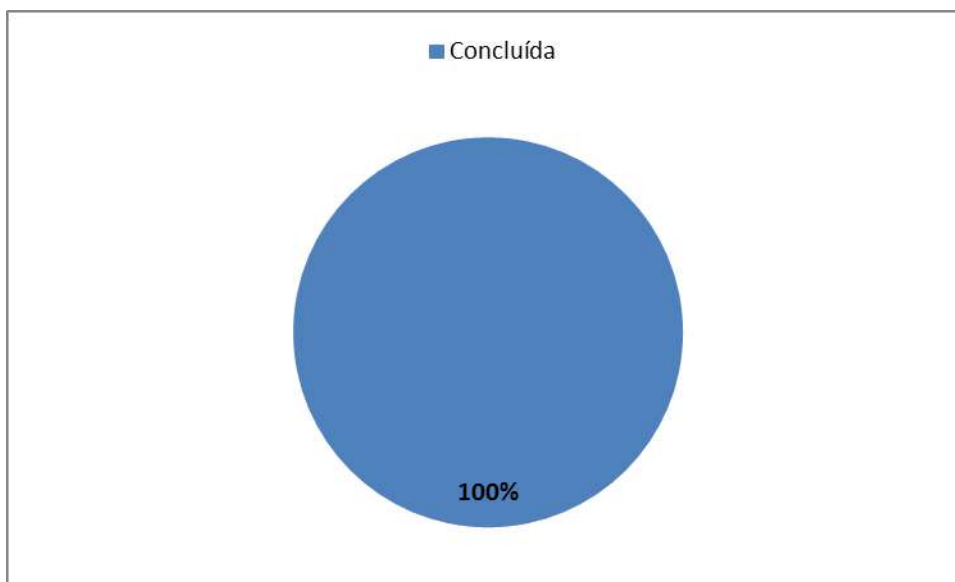


Gráfico 9 - Percentual de melhoria

CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS

Abaixo segue o quadro 09 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.



Quadro 9 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Dois colaboradores trabalham no referido posto, sem qualificação (um deles é o porteiro da Secretaria. 01 durante a semana e outro no final de semana). Foi identificado que os presentes funcionários não cumprem a carga horária corretamente.	Realocar pessoal com melhor perfil para o Centro de Atendimento ao Turista. Redimensionamento da carga horária e horário de atendimento. Será realizada uma capacitação para os atendentes.	Concluída
2015	Placas de sinalização e informativa totalmente danificadas	Recuperar a placa indicativa do Centro de Atendimento ao Turista.	Concluída
2015	Falta de folheteira informativa e promocional.	Buscar parceiros para confecção do referido material.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 10 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

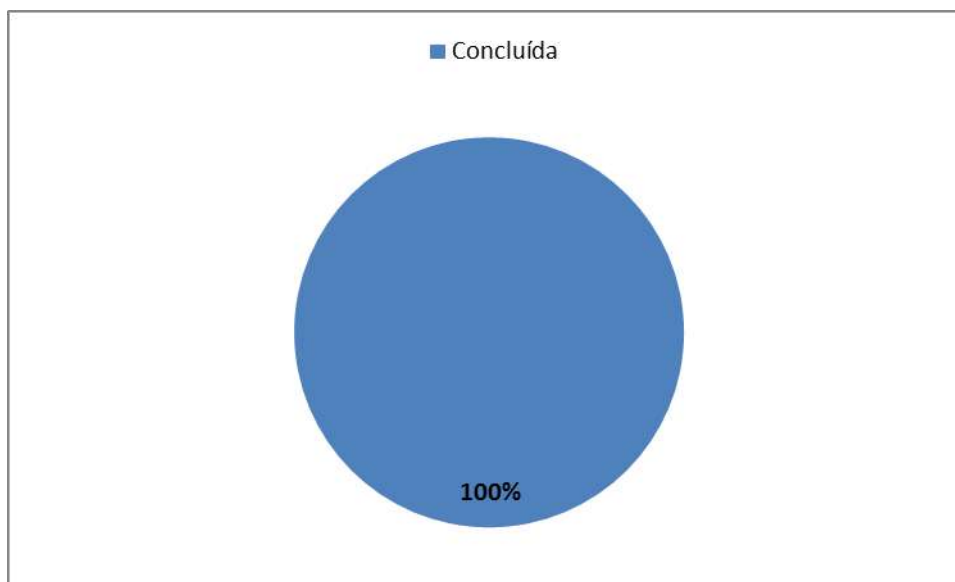


Gráfico 10 - Percentual de melhoria

MEMORIAL DE GRAVATÁ – MUSEU DA CIDADE



Abaixo segue o quadro 10 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 10 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	O Memorial apresenta infiltração no telhado, como também, apresenta madeiras infectadas por cupins.	Levantamento das necessidades do Memorial, assim como, os custos necessários para os reparos.	Em andamento
2015	O Espaço não possui acessibilidade.	Fazer um estudo para possibilitar a acessibilidade ao atrativo.	Cancelada
2015	Falta identificação de algumas peças e catalogação do acervo.	Fazer um levantamento de custos de placas indicativas das peças do acervo.	Em andamento
2015	Falta de segurança no espaço.	Solicitar apoio da guarda municipal.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 11 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

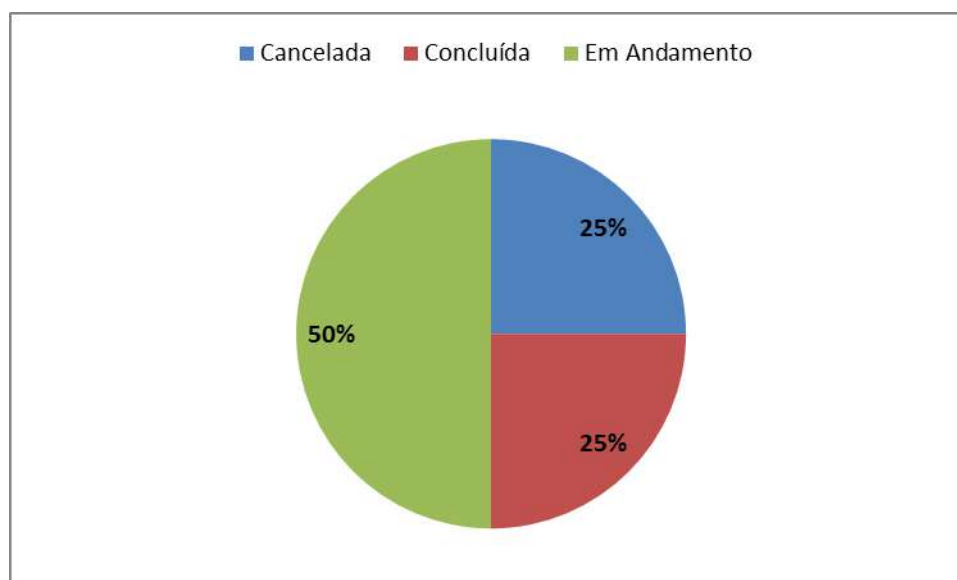


Gráfico 11 - Percentual de melhoria



Por fim, abaixo segue o gráfico 12, demonstrando o percentual de melhoria sobre os achados de toda a Secretaria.

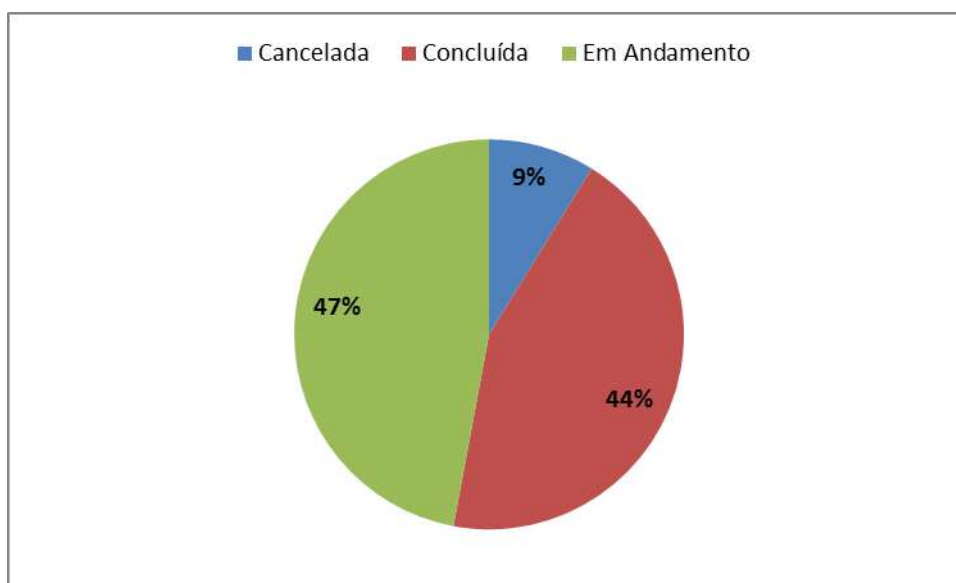


Gráfico 12 - Percentual de melhoria

6. SECRETARIA DE SAÚDE

ATENÇÃO BÁSICA

Abaixo segue o quadro 11 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 11 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
---------------	---------	------------------	----------



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Perda de recurso federal de 01 equipe de saúde da família e 27 agentes comunitários de saúde, totalizando a perda em torno de R\$ 34.000,00/mês, devido à inconsistência de cadastro.	Regularizar a situação cadastral da ESF e ACS e solicitar ao Ministério da Saúde o recurso retroativo.	Concluída
2015	Equipamentos comprados com recurso de emenda para as Unidades de Saúde da Família e não distribuídos.	Distribuir os equipamentos para as Unidades de Saúde da família.	Concluída
2015	Não realização de supervisão nas USF por falta de carro.	Estabelecer fluxo de rota dos veículos priorizando a contínua supervisão nas USF pela equipe da coordenação da atenção básica.	Concluída
2015	Estrutura física das Unidades sem manutenção	Preparar projeto de manutenção preventiva e corretiva da estrutura física das Unidades de Saúde da Família.	Concluída
2015	02 imóveis locados para Unidades de Saúde da Família com estruturas físicas precárias.	Substituição dos imóveis alugados que estão com graves problemas estruturais das USF Nossa Senhora das Graças e Patrícia Nely, priorizando a busca por prédio público.	Concluída
2015	Atraso nas obras de reforma das USF Jucá, Mandacaru, Uruçu-Mirim.	Realizar auditoria dos valores recebidos e utilizados.	Concluída
2015	Paralisação da obra da Academia da Saúde.	Realizar auditoria dos valores recebidos e utilizados.	Concluída
2015	Não garantia de apoio diagnóstico para as famílias atendidas no PSF.	Levantar necessidade de apoio diagnóstico para avaliar expansão de serviço próprio ou na rede complementar.	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	O Ministério da Saúde contemplou o Município com rede lógica para as USF's. A operadora realizou o cabeamento externo em 12 Unidades e está programando às outras 08, faltando fazer o cabeamento interno e a aquisição de estabilizadores.	Solicitar a Secretaria de Infraestrutura a realização do cabeamento interno das Unidades de Saúde. Compra de estabilizadores e impressoras para os computadores das USF.	Em andamento
2015	O Município foi contemplado com 06 emendas parlamentares nos anos de 2013, 2014 e 2015. Até o momento só recebeu o recurso de 2013 no valor de R\$ 1.486.433,00, tendo um saldo ainda de R\$ 788.487,75.	Acompanhar junto ao Ministério da Saúde a liberação dos recursos das Emendas Parlamentares.	Concluída
2015	Perda de recurso federal de 02 equipes do NASF referentes aos meses de outubro e novembro de 2015, totalizando o valor de R\$ 80.000,00 por inconsistência no cadastro.	Regularizar situação cadastral e solicitar ao Ministério da Saúde o recurso retroativo.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 13 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

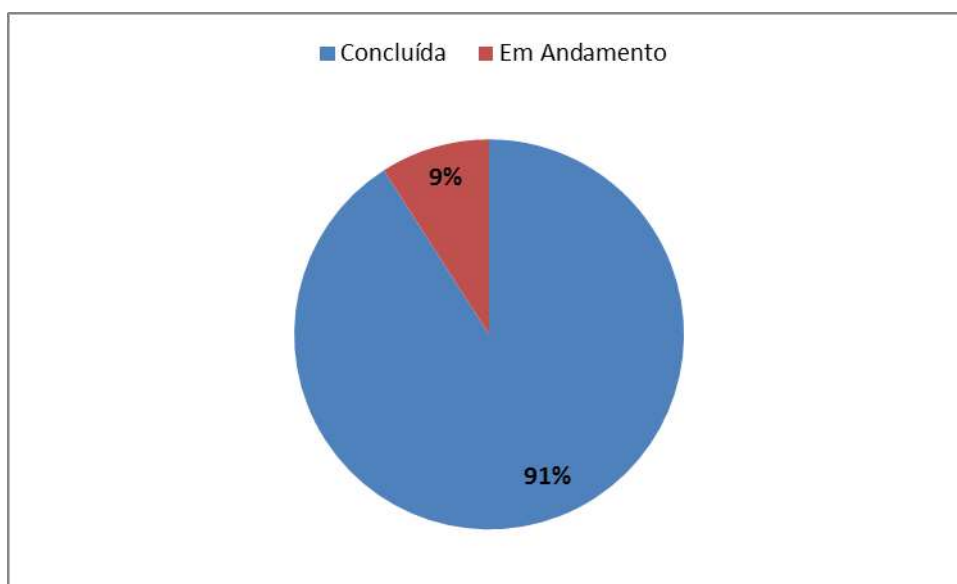


Gráfico 13 - Percentual de melhoria

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Abaixo segue o quadro 12 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 12 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Ausência de veículo para atender à necessidade dos serviços.	Destinar veículo com planejamento prévio do roteiro para contemplar o transporte de insumos/medicamentos do saudelog-Gravatá, transporte de exames (material biológico) para o LACEN, deslocamentos da equipe para ações externas.	Concluída
2015	Desabastecimento de Insumos (Medicamentos, Penso, Expediente, Limpeza) insuficiente.	Estabelecer um padrão para consumo mensal de insumos e medicamentos.	Concluída
2015	Coleta do Lixo Contaminado inapropriada.	Regularização da coleta de lixo contaminado.	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Descontinuidade de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e imóveis.	Realizar inventário <i>in loco</i> de equipamentos/ estado de uso/ instalação se necessário. Contratar serviços de manutenção preventiva e corretiva para equipamentos e imóveis.	Em andamento
2015	Fluxo de referência e contra referência pouco utilizado na rotina dos serviços.	Instituir fluxo de referência e contra referência e disseminar entre os serviços de saúde.	Concluída
2015	UPA construída com recurso federal e não inaugurada por falta de equipamentos, recursos humanos e recursos municipal para custeio.	Discutir com o Governo do Estado a viabilidade para custeio da UPA.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 14 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

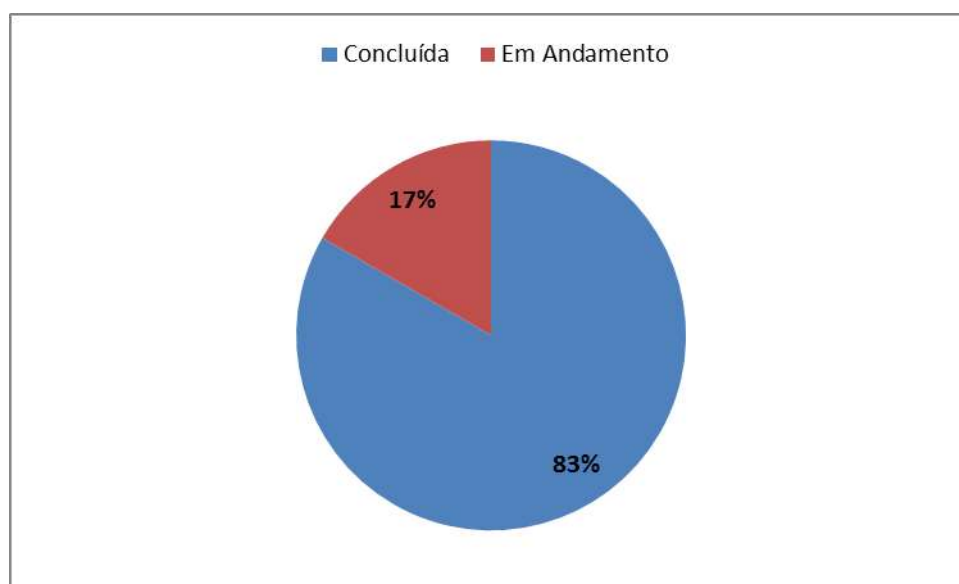


Gráfico 14 - Percentual de melhoria

HOSPITAL DR PAULO DA VEIGA PESSOA

Abaixo segue o quadro 13 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas,



elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 13 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Estrutura física, hidráulica, elétrica, canalização de gases com comprometimento.	Levantamento minucioso através da engenharia, dos problemas estruturais encontrados para estabelecer de forma imediata as devidas correções; Providenciar processos licitatórios para contratação de empresa que realize manutenções preventivas regulares.	Em andamento
2015	Laboratório, sem bioquímica, entrega de insumos irregular.	Regularizar a entrega de insumos, realizar manutenção corretiva no equipamento de bioquímica, dimensionamento de recursos humano qualificado.	Concluída
2015	Déficit de equipamentos para apoio Diagnóstico no hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa . Utilização da primeira e sexta Emenda.	Confecção do Termo de Referência para aquisição de equipamentos médicos hospitalares.	Concluída
2015	Identificado o atendimento de urgência e emergência deficitário.	Ação corretiva proposto implantar o serviço de classificação de risco. Conforme preconiza o M.S.	Concluída
2015	Defasagem em medicações no setor de farmácia. Ausência de controle de saída de medicações. Ausência de farmacêutico.	Regularizar a entrega de medicações, controle de estoque, e contratação de farmacêutico.	Concluída
2015	Entrega irregular de gás de cozinha.	Convocar o fornecedor para que estabeleça a entrega para o hospital.	Concluída
2015	Déficit de médico evolucionista para a internação.	Dimensionamento da equipe médica para maior cobertura no atendimento.	Concluída
2015	Ausência em redução de fornecimentos de alimentos.	Convocação dos fornecedores para regularização do fornecimento de alimentos	Concluída
2015	Ausência em redução de fornecimento de material de limpeza.	Convocação dos fornecedores para regularização do fornecimento de material de limpeza	Concluída

Documento Assinado Digitalmente por: MARIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, OTAVIO HENRIQUE CINTRA MONTEIRO
Acesse em: <https://stc.ece.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a1f5409e-1806-41b8-b905-e6a403c93767



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Ausência do serviço de material gráfico.	Convocação dos serviços gráficos para a regularização do fornecimento dos impressos	Concluída
2015	Ausência da CCIH	Implantação da CCIH	Em andamento
2015	Ausência de enxoval hospitalar.	Levantamento da necessidade, enxoval hospitalar por leito / ocupação.	Concluída
2015	Entrega de descartáveis irregular.	Convocar fornecedor para a regularização da entrega de descartáveis	Concluída
2015	Coleta de lixo hospitalar paralisada.	Convocar Fornecedor para regularização da coleta de lixo	Concluída
2015	Entrega de água mineral irregular.	Convocar fornecedor para a regularização da entrega de água mineral	Concluída
2015	Controle de pragas ausente.	Convocar a Vigilância Ambiental para o controle das pragas	Concluída
2015	Ausência do Serviço de Arquivo Médico Estatístico.	Criar o setor do SAME	Concluída
2015	Déficit de RH	Dimensionamento em RH para proposta de contratação	Concluída
2015	Defasagem no quadro médico	Contratações para novos médicos.	Concluída
2015	Ausência de número do SUS nos prontuários.	Implantar a obrigatoriedade do número do SUS em todos os prontuários .	Concluída
2015	Prédio do SAMU alugado com necessidade de reparos na estrutura física e elétrica.	Avaliação da viabilidade de transferência da sede do SAMU hoje locada no valor de R\$ 4.997,780 / mensal para o prédio do hospital contribuindo para otimização dos gastos e logística.	Em andamento
2015	Insuficiência de medicamentos, alimentos, material de limpeza, material gráfico.	Avaliar processos licitatórios existentes para aquisição de medicamentos, alimentos, material de limpeza, material gráfico; verificando saldo, prazos de validade e vigência; regularizar o abastecimento da Unidade.	Concluída
2015	Ausência de fluxos e de rotinas para atendimento.	Estabelecer padronização através de protocolos e cotas de abastecimento por setor.	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Recursos humanos distribuídos inadequadamente, contratações informais, valores divergentes e carga horária diversas. para profissionais desempenhando funções similares	Recadastramento de servidores, efetivos, contratados e comissionados. Dimensionamento de pessoal de acordo com os conselhos; Elaboração de edital para seleção simplificada a partir de janeiro/2016; Parametrização de salários e carga horária	Concluída
2015	Desinformação quanto ao custo/ produção da unidade	Estabelecimento dos Centros de Custo e Produção	Concluída
2015	Precarização do funcionamento das ambulâncias, ausência de equipamentos mínimos para transferência segura dos pacientes	Levantamento minucioso através da engenharia mecânica das ambulâncias e viaturas do SAMU, avaliação da viabilidade de investimento no conserto x "vida útil"; realizar aquisição de equipamentos móveis mínimos à transferência segura dos pacientes	Concluída
2015	Equipamentos de Proteção Individual inadequados, insuficientes ou ausentes	Aquisição de EPI's de acordo com as NR's vigentes	Concluída

Abaixo segue o gráfico 15 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

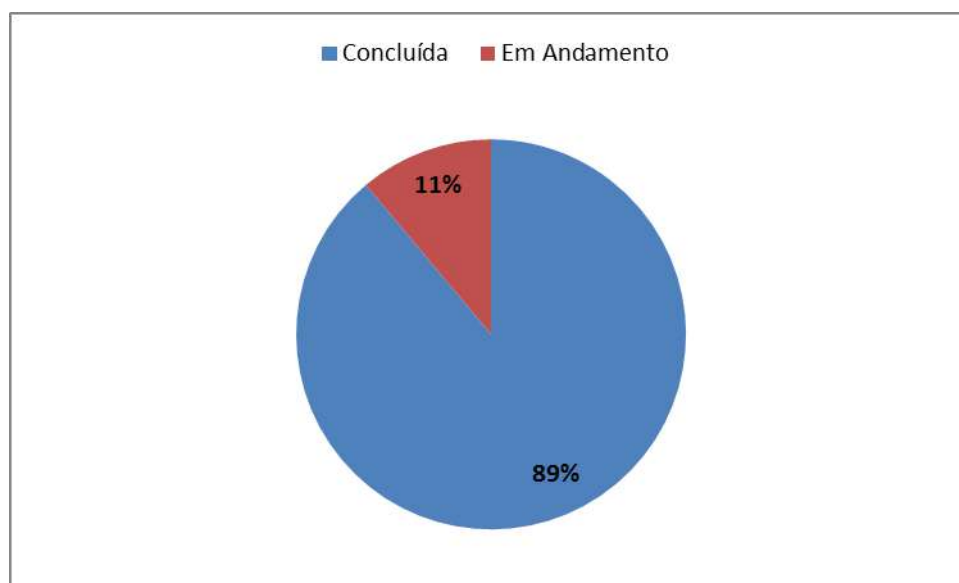


Gráfico 15 - Percentual de melhoria



VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Abaixo segue o quadro 14 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 14 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Recursos humanos insuficientes, com precariedade nos vínculos.	Contratação de recursos humanos com formação compatível a atividade solicitada.	Concluída
2015	Encontra-se com equipamentos escassos e insuficiente manutenção preventiva.	Manutenção da estrutura física e estrutural da sede e mobiliário.	Concluída
2015	Veículos com problemas mecânicos.	Manutenção dos automóveis e motos.	Concluída
2015	Escassez de EPI's e instrumentos de identificação.	Compras de fardamentos e Equipamentos de proteção individual.	Concluída
2015	Dificuldade de identificação dos recursos da vigilância sanitária.	Identificação junto à Secretaria de Finanças dos recursos oriundos do pagamento das taxas de licenciamento.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 16 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

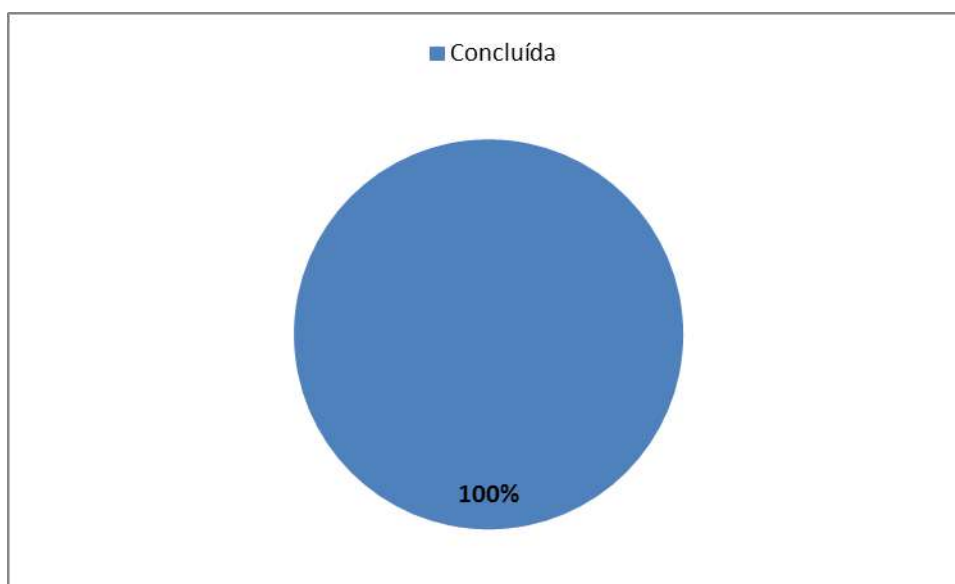


Gráfico 16 - Percentual de melhoria

RECURSOS HUMANOS

Abaixo segue o quadro 15 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 15 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Atraso no pagamento dos salários de outubro dos contratados e comissionados.	Regularização do pagamento dos salários de outubro dos contratados e comissionados.	Concluída
2015	Precarização dos vínculos.	Seleção pública para ocupação das vagas e renovação dos contratos vigentes.	Concluída
2015	Equipes incompletas: 02 ESF estão sem médicos, sendo 01 do Programa mais médico; 01 Equipe de Saúde Bucal sem Cirurgião dentista.	Aguardar novo edital do Programa Mais Médico para preencher vaga existente do programa.	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Folha de pessoal ultrapassando o limite prudencial da LRF.	Recadastramento dos funcionários da saúde. Reduzir em 30% os funcionários contratados.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 17 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

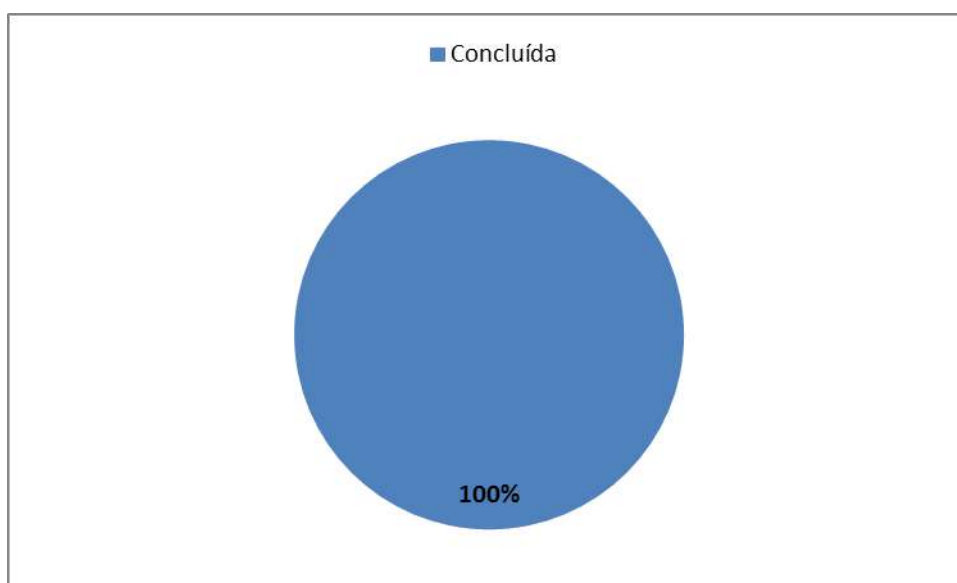


Gráfico 17 - Percentual de melhoria

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Abaixo segue o quadro 16 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 16 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Ausência da estrutura do Fundo Municipal de	Estruturar o Fundo Municipal de Saúde na sede da Secretaria de Saúde.	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
	Saúde.		
2015	Fluxo e controle inapropriado de compras.	Definir fluxo de compras seguindo os preceitos definido na Lei 8666/90.	Concluída
2015	Pregoeiro com portaria de designação vencida.	Republicar portaria de designação do pregoeiro.	Concluída
2015	Equipe sem qualificação.	Qualificar a equipe.	Concluída
2015	Formalização e acompanhamento dos Contratos inadequado.	Formalizar e acompanhar os contratos.	Concluída
2015	16 (dezesseis) imóveis locados para o funcionamento de diversos equipamentos de saúde perfazendo um gasto total mensal R\$27.834,31/mensal.	Buscar alternativas de substituição dos alugueis por imóveis públicos.	Concluída
2015	Ausência do custeio por Unidade de Saúde.	Implantar centro de custo na Secretaria de Saúde.	Cancelada
2015	Débitos encontrados.	Realizar auditoria para comprovação dos valores encontrados e negociação da dívida junto aos fornecedores.	Concluída
2015	Telefones sem funcionamento.	Pagamento dos débitos as empresas de telefonia.	Concluída
2015	10 (dez) veículos quebrados, sendo 02 ambulâncias do hospital.	Fazer estudo da viabilidade de manutenção dos veículos quebrados e contratar serviço de manutenção.	Concluída
2015	Contrato de locação de veículos apresentando inconsistência de quantitativo.	Revisar contrato de locação de veículo ajustando a realidade encontrada.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 18 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

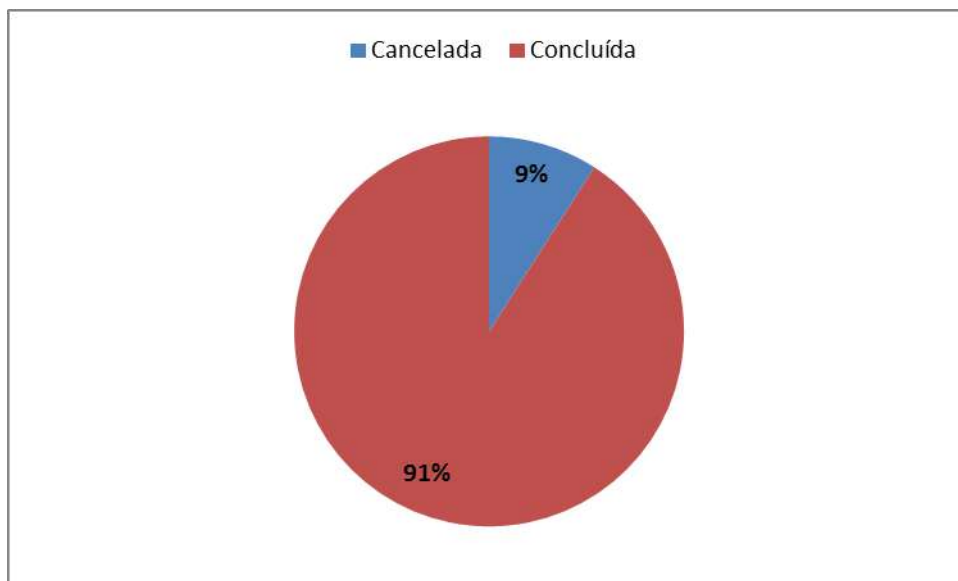


Gráfico 18 - Percentual de melhoria

Por fim, abaixo segue o gráfico 19, demonstrando o percentual de melhoria sobre os achados de toda a Secretaria.

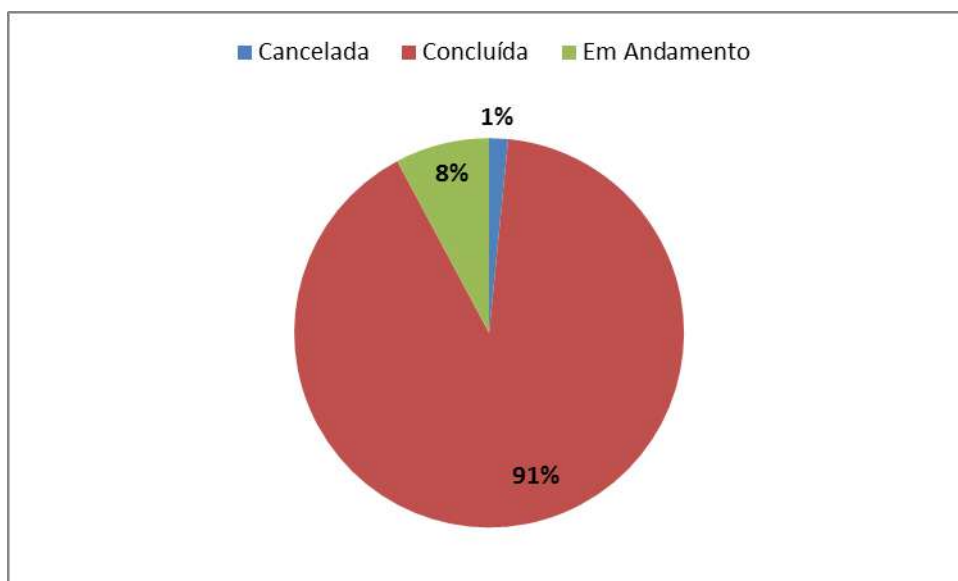


Gráfico 19 - Percentual de melhoria

7. CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CONTROLADORIA GERAL



Abaixo segue o quadro 17 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 17 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Não acesso a sistemas informatizados.	Instalação de sistemas da Prefeitura que auxiliem o Controle Interno.	Concluída
2015	Controle limitado ao monitoramento de protocolo de documentos relacionados a atendimento a demandas do MPPE e TCE.	Criar uma estrutura organizacional para atendimento a pelo menos as seguintes macro funções de Controle Interno: Auditoria, Controladoria e Ouvidoria.	Concluída
2015	Portal da Transparência desatualizado.	Criar um novo Portal da Transparência de forma gratuita.	Concluída
2015	Os funcionários comissionados não fazem parte da folha de pagamento da Controladoria, nem da Ouvidoria.	Tentar compor quadro de servidores públicos para a Controladoria com base na divulgação da potencialidade dos trabalhos e na quantidade de funções e cargos gratificados.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 20 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

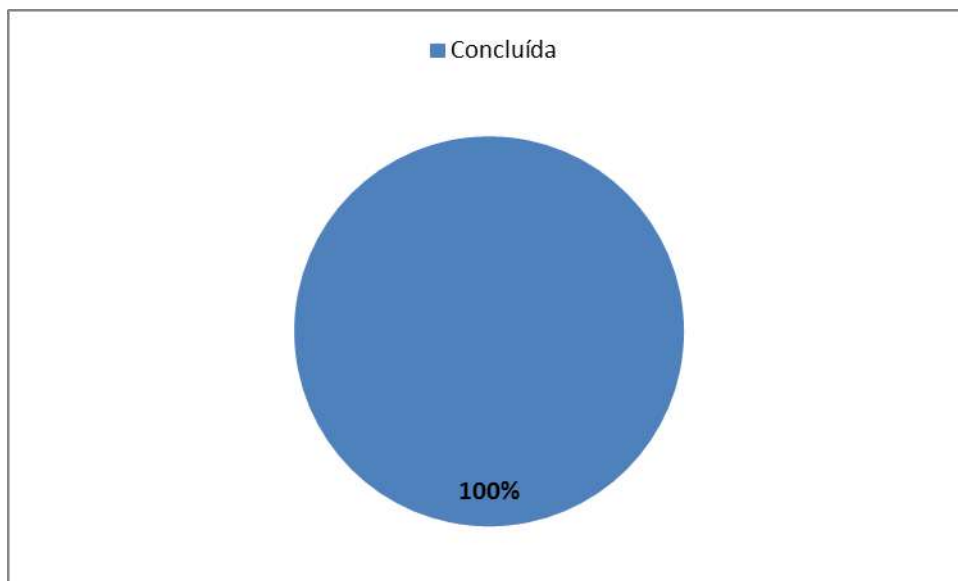


Gráfico 20 - Percentual de melhoria

OUVIDORIA GERAL

Abaixo segue o quadro 18 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 18 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Falta de treinamento.	Buscar levar treinamento realizado pela Ouvidoria de Pernambuco aos integrantes da Ouvidoria.	Concluída
2015	Inexistência de sistema informacional.	Buscar software livre específico para o serviço de Ouvidoria. Caso o uso do sistema se torne complexo, poderia ser usado o GoogleDrive para compartilhar informações de maneira integrada.	Concluída
2015	Inexistência de Rede de Ouvidoria.	Criar rede de ouvidoria.	Cancelada



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Os funcionários não fazem parte da folha de pagamento da Controladoria, nem da Ouvidoria.	Tentar compor quadro de servidores públicos para a Controladoria com base na divulgação da potencialidade dos trabalhos e na quantidade de funções e cargos gratificados.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 21 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

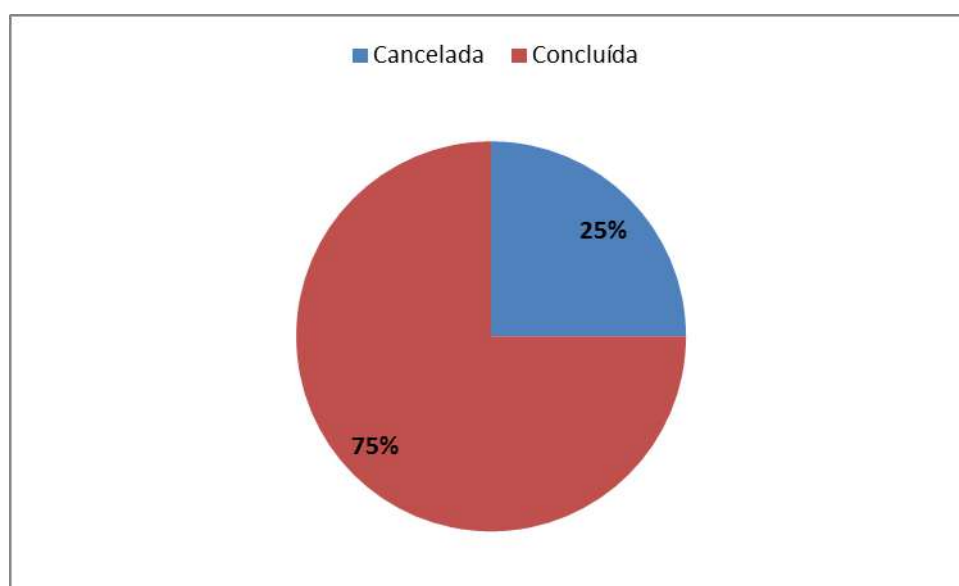


Gráfico 21 - Percentual de melhoria

Por fim, abaixo segue o gráfico 22, demonstrando o percentual de melhoria sobre os achados de toda a Secretaria.

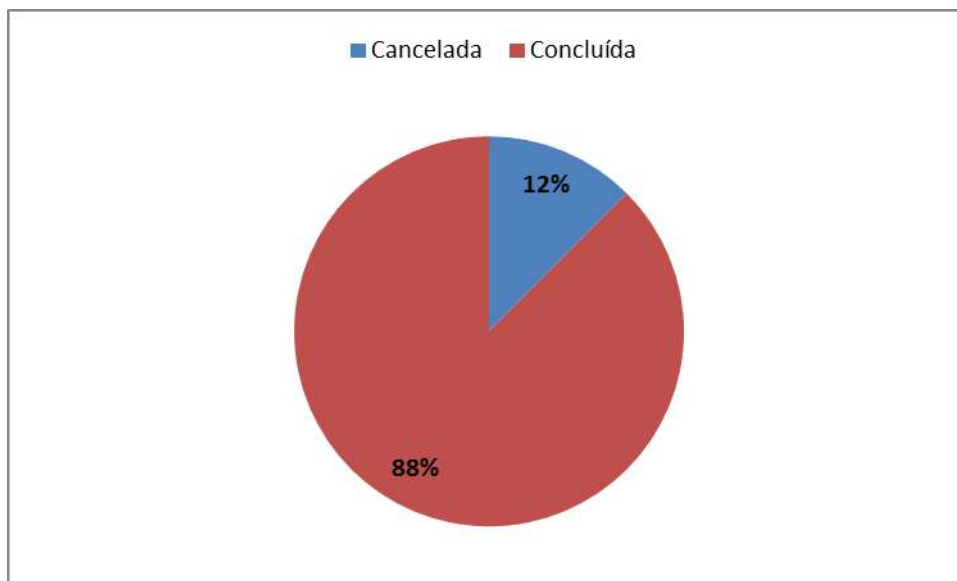


Gráfico 22 - Percentual de melhoria

8. SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

CONTAS BANCÁRIAS

Abaixo segue o quadro 19 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 19 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Contas Bancárias bloqueadas	Desbloqueio das contas bancárias	Concluída
2015	Ausência de responsável habilitado para movimentar as contas bancárias	Habilitação de responsáveis para movimentação das contas	Concluída
2015	Grande volume de pagamentos em cheque	Iniciado modelo de controle de saldo em conta bancária	Concluída

Abaixo segue o gráfico 23 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

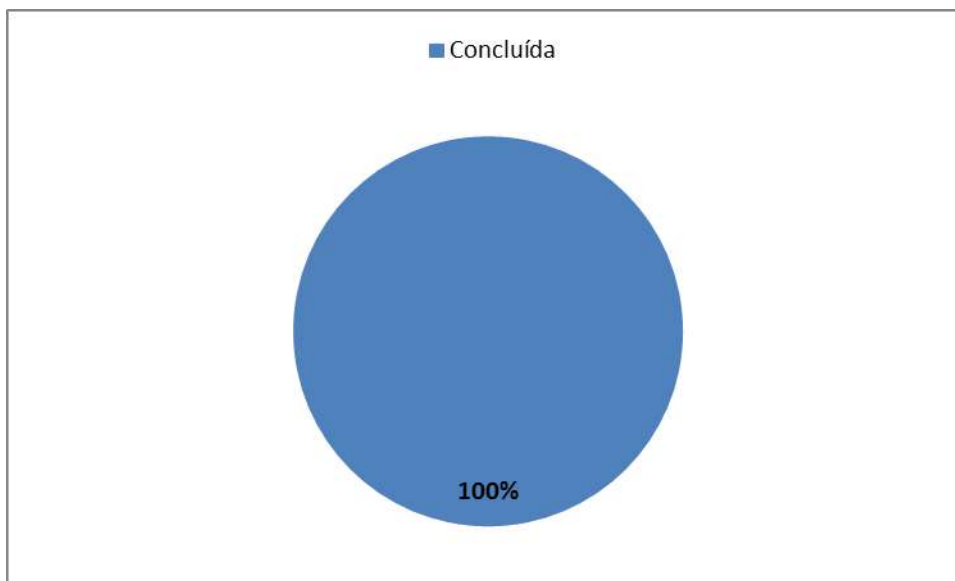


Gráfico 23 - Percentual de melhoria

CONTAS A PAGAR

Abaixo segue o quadro 20 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 20 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Grande volume de cheques emitidos com assinatura falsificada	Transações bancárias da Prefeitura só serão realizadas de forma eletrônica ou por ofício.	Concluída
2015	Folha de pagamento de out/15 pendente de pagamento em 18/11/2015 (data de intervenção)	Parcelamento da folha de out/15 em 2 parcelas	Concluída
2015	Ausência de pagamento da contribuição patronal e retida dos servidores do RGPS, ocasionando a retenção de valores no FPM com juros e multa.	Realizar o pagamento das contribuições na data do vencimento, evitando a incidência de multa e juros	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Passivo detectado na ordem de R\$ 102 milhões	ajustar as despesas de custeio do município ao fluxo de receitas arrecadadas.	Em andamento
2015	Pagamento parcial das contribuições devidas ao RPPS	Pagamento integral (retida e patronal), de acordo com o valores apresentados em folha de pagamento das contribuições devidas ao RPPS.	Concluída
2015	Despesas liquidadas sem o devido processo de atesto da realização dos serviços ou da entrega dos materiais	Envio das despesas liquidadas pela gestão anterior para análise das respectivas Secretarias, nos termos do Decreto Municipal nº 37/2015. Implantar controle interno para liquidação e pagamento com o devido correto processo de atesto	Concluída
2015	Ausência de provisão de recursos para pagamento do saldo 13º salário de 2015 (50%)	Parcelamento do saldo do 13º de 2015 e em 2016 realizar o devido provisionamento de recursos	Concluída
2015	Centralização do processamento da despesa	Descentralizar o processamento das despesas nas maiores Secretarias (Educação, Saúde e Assistência Social).	Concluída
2016	Consignado do Bradesco retido pela Prefeitura no contra cheque dos funcionários no período de julho/2013 a Dez/2014 Valor nominal de R\$ 751.242,57.	Realizar proposta de pagamento junto ao Bradesco.	Em andamento

Abaixo segue o gráfico 24 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

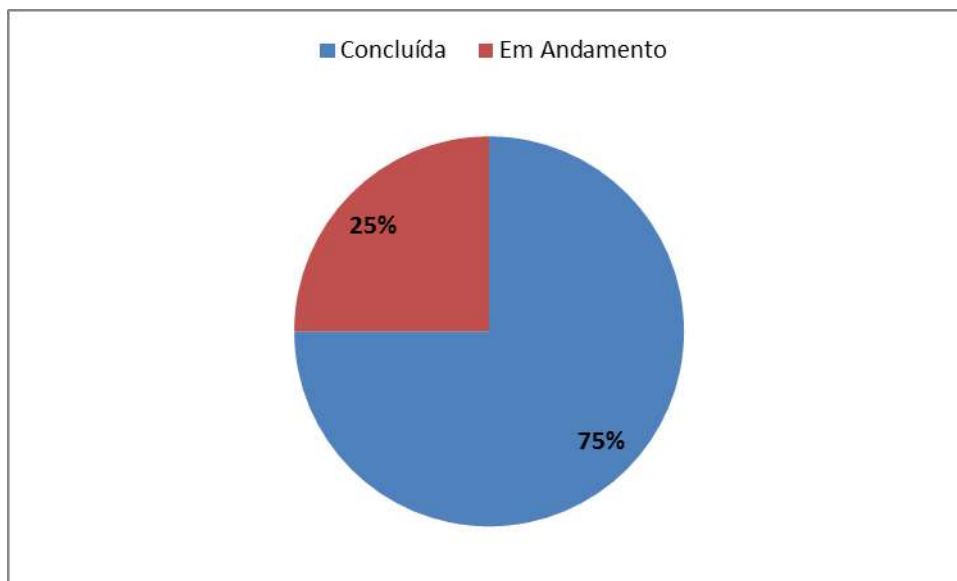


Gráfico 24 - Percentual de melhoria

ORÇAMENTO

Abaixo segue o quadro 21 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 21 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Abertura de créditos adicionais sem a devida formalização por Decreto do Poder Executivo.	Realizar a abertura dos créditos adicionais, nos termos autorizados pela LDO, por meio de Decreto do Poder Executivo.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 25 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

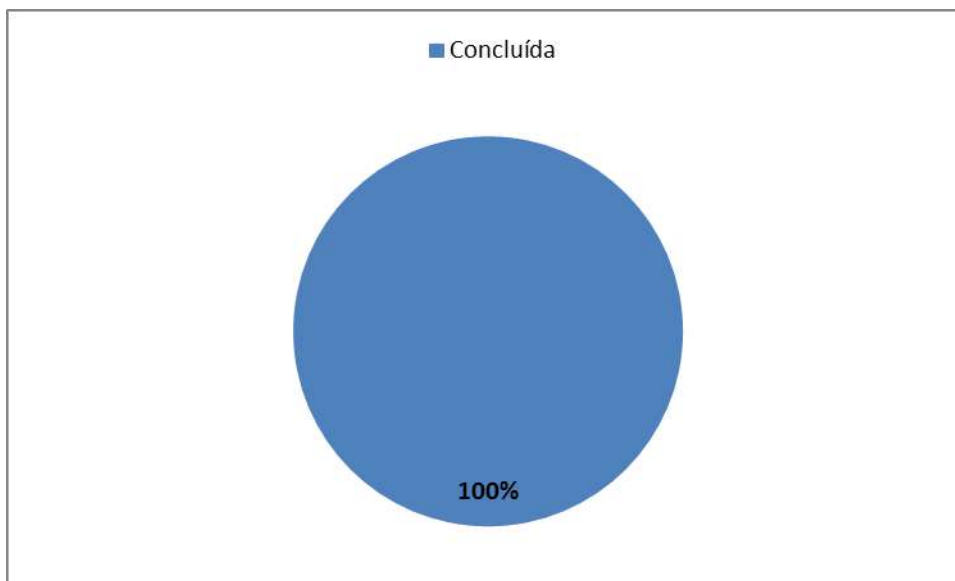


Gráfico 25 - Percentual de melhoria

CONTRATOS

Abaixo segue o quadro 22 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 22 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Todos os contratos de responsabilidade da Secretaria de Finanças a vencer em 31/12/2015 sem o devido processo licitatório em andamento.	Realizar as contratações devidas por dispensa emergencial, quando cabível, e providenciar o devido processo licitatório para regularização definitiva dos contratos.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 26 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

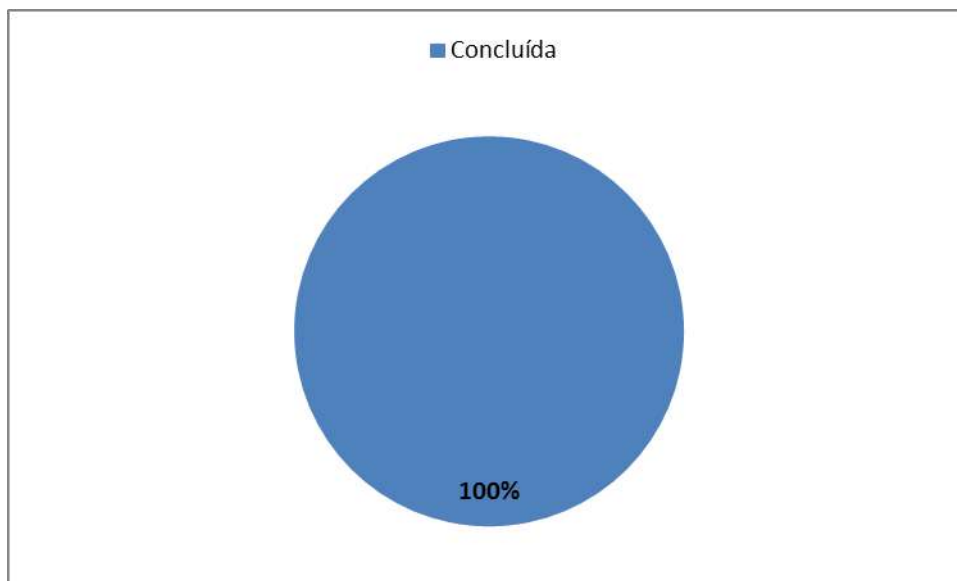


Gráfico 26 - Percentual de melhoria

PANORAMA FINANCEIRO

Abaixo segue o quadro 23 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 23 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Ausência de Decreto de Programação Financeira para o Exercício de 2015.	Elaborar Decreto de Programação Financeira para o Exercício de 2016 de forma a adequar a execução orçamentária ao fluxo de caixa do Município.	Concluída
2015	Os Sistemas informatizados de finanças e de arrecadação estão totalmente nas mãos de terceiros (contratos com empresas sem gestão da Sefinp).	Realizar a apropriação das funcionalidades dos sistemas para melhorar a gestão e desenvolver melhorias de sistemas e Providenciar nova licitação com as especificação dos sistemas requeridos de forma a atender a necessidade da Prefeitura, se for o caso.	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Relato da equipe de arrecadação de que não há atuação da Prefeitura na área de Auditoria Fiscal há muito tempo.	Desenvolver planejamento de auditoria fiscal e estabelecer formato para apresentação dos resultados.	Em andamento
2015	Servidores fiscais sem meta de arrecadação.	Desenvolver planejamento de auditoria fiscal.	Em andamento
2015	Legislação Tributária defasada e com inconsistências.	Rever a legislação e operar as correções devidas.	Concluída
2015	Número elevado de denúncias contra servidores e comissionados.	Realizar apuração dos fatos com ajuda da Controladoria Geral do Município.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 27 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

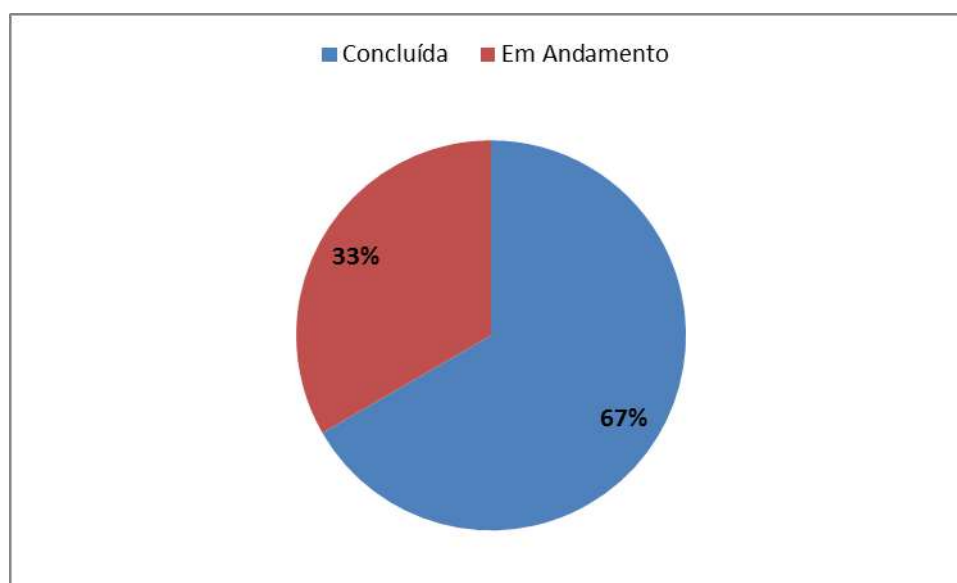


Gráfico 27 - Percentual de melhoria

Por fim, abaixo segue o gráfico 28, demonstrando o percentual de melhoria sobre os achados de toda a Secretaria.

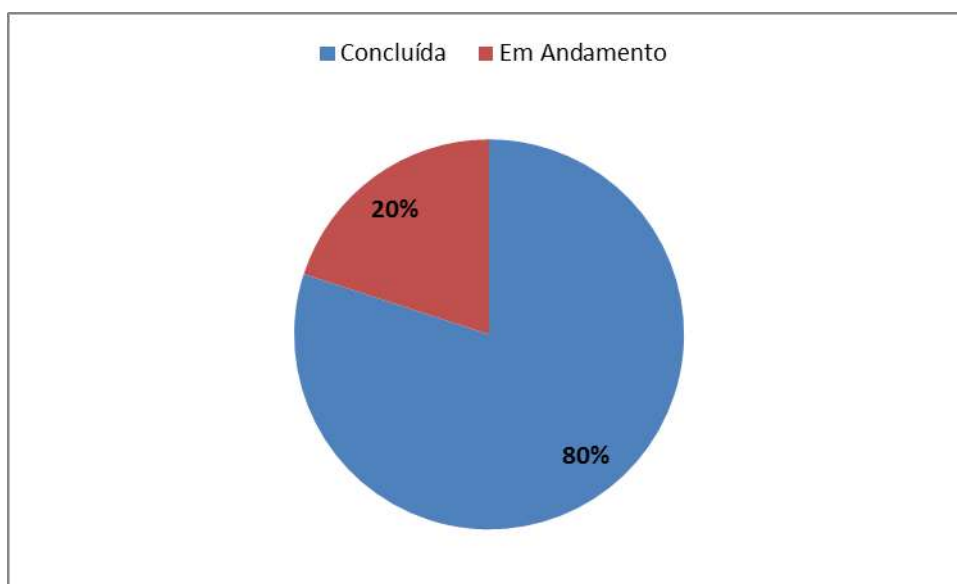


Gráfico 28 - Percentual de melhoria

9. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Abaixo segue o quadro 24 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 24 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	TAC firmado com o Ministério Público do Trabalho na área de saúde com várias obrigações assumidas (19 itens) e não cumpridas, prazo já vencido com multa por descumprimento de R\$ 40.000,00 por item.	Encaminhar à Secretaria de Saúde para levantamento das pendências e encaminhar Ofício ao Ministério Público do Trabalho com o objetivo evitar execução da multa.	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Precatório com parcela anual a ser vencida em 31/12/2015 (valor da última parcela vencida em 31/12/2014 com bloqueio em Maio de 2015 de R\$ 606.744,05).	Tentar postergar ao máximo o bloqueio levando ao conhecimento do Judiciário a situação excepcional de intervenção e colapso financeiro que se encontra o Município.	Concluída
2015	Milhares de Execuções Fiscais em trâmite, outras tantas para distribuir, o que impacta diretamente na arrecadação da edibilidade.	Provocar o TJPE para que se faça um mutirão e realizar o Protesto Extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa.	Concluída
2015	Decretos que entraram em vigor no início de 2014 alteraram os valores do metro linear para fins de cobrança do IPTU gerando aumentos de até 200% em relação ao ano anterior.	Agendar reunião com finanças e gabinete para discutir e regularizar a questão.	Concluída
2015	Alto débito com a Receita Federal de natureza previdenciária (INSS).	Necessidade de revisar o passivo, o que foi pago ou retido nos últimos 5 anos e a obrigação corrente (alíquota, base de cálculo, entre outros).	Em andamento
2015	Problemas com regularidade fiscal (CAUC) – CND e CRP.	Tratar com a receita a CND e verificar a possibilidade de ajuizar Ação Judicial para extirpar essa exigência do CAUC.	Concluída
2015	Várias Ações Civas propostas pelo Ministério Público tratando de matéria de saúde (medicamentos, transporte de pacientes, equipe multidisciplinar para acompanhamento, leite, entre outros) e assistência social (internação de viciados em drogas), todas com liminares concedidas e previsão de multa diária por descumprimento.	Realizar reunião entre Procuradoria, Finanças, Saúde e Assistência Social para tratar do tema.	Concluída
2015	Processos licitatórios para Parecer e Visto com vícios insanáveis.	Todos serão devolvidos à Comissão de Licitação com negativa de visto.	Concluída



Abaixo segue o gráfico 29 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

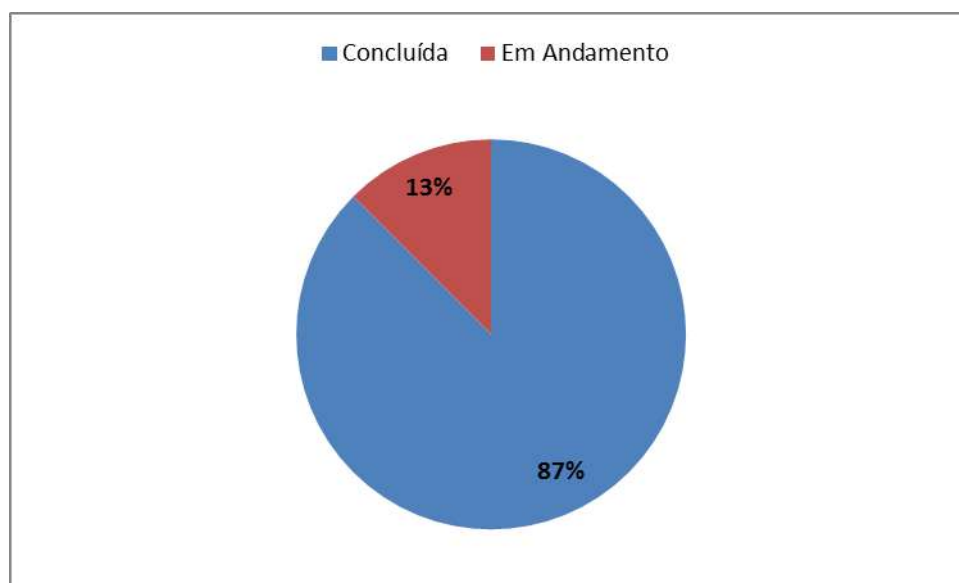


Gráfico 29 - Percentual de melhoria

10. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E CONTROLE URBANO

Abaixo segue o quadro 25 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 25 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
---------------	---------	------------------	----------



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Serviço de Coleta de Lixo e gestão do Aterro Sanitário feita de forma insatisfatória e sem fiscalização. O Aterro Sanitário se transformou num grande lixão. Processo licitatório para contratação de uma nova empresa em andamento com planilha validada pelo TCE	Quando da conclusão da licitação do lixo, contratar com a empresa vencedora imediatamente para execução do serviço com os padrões de qualidade exigidos pelo TCE. Monitorar processo para evitar atrasos desnecessários.	Concluída
2015	Manutenção da rede de esgoto e drenagem pluvial do Município precária e sem regularidade na aquisição de materiais e insumos. Servidores trabalhando sem nenhum equipamento de segurança.	Realizar pregão para aquisição de materiais e insumos para volta do serviço de manutenção do sistema de esgoto e drenagem pluvial da cidade.	Em andamento
2015	Manutenção das estradas vicinais do município feita apenas com uma máquina pesada, sendo insuficiente para atender os 820 km da rede municipal.	Aquisição de peças para reativar mais dois equipamentos pesados (retroescavadeira) melhorando a manutenção das estradas vicinais municipais. Fechar acordo de cooperação técnica com o IPA para viabilizar investimento nas estradas vicinais.	Concluída
2015	A cidade não dispõe de operação tapa buraco para as vias em pavimento asfáltico e nem manutenção das vias em paralelo.	Foi publicado no DOE a chamada para contratação de empresas de engenharia para realização dos serviços de RECAPEAMENTO DO PAVIMENTO E RECUPERAÇÃO DA DRENAGEM E CALÇADA DE RUAS DE GRAVATÁ/PE.	Concluída
2015	Conjunto de máquinas e equipamentos sem utilização por falta de reposição de peças.	Foi realizado processo licitatório p/ aquisição de peças para os equipamentos, de acordo com Tenente Menezes.	Concluída
2015	Trânsito municipal sem gestão ou controle efetivo. Não existe fiscalização e nem investimento na sinalização viária do Município.	Definição com o Detran conjunto de ações para melhoria do Trânsito (nova sinalização horizontal e vertical, modernização dos semáforos, cronograma de blitz na cidade, estudos de engenharia de tráfego para melhorar fluidez)	Em andamento



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Iluminação Pública sem responsável, implicando na falta de manutenção e investimentos necessários para a cidade. Não foi formalizado a delegação dos serviços. O Serviço está "órfão".	Recorrer a Procuradoria do Município entrou na justiça para que a CELPE retome os serviços de manutenção da iluminação pública	Concluída
2015	Gestão administrativa dos contratos e convênios sob responsabilidade da Secretaria feito de forma satisfatória, entretanto, fiscalização no momento da execução feita de forma temerária.	Desenvolver trabalho para regularização dos contratos em andamento, num processo contínuo e diário	Concluída
2015	Ausência de processos de trabalhos bem definidos no setor de controle urbano e uso do solo. Prazos excessivamente longo para análise e liberação de projetos. Decisões tomadas sem amparo legal na liberação de habite-se e alvarás.	Reestruturar processos de trabalho no setor de Controle Urbano e Uso do Solo	Concluída
2015	Código tributário desatualizado e sem clareza quanto aos procedimentos e exigências.	Em análise	Cancelada



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Fiscalização de construções irregulares, invasão de áreas públicas e placas de propagandas não autorizadas ineficiente e ineficaz. Completa falta de sintonia entre o setor e a Procuradoria Municipal. Os embargos solicitados não são analisados e conseqüentemente nada acontece, fragilizando a pouca fiscalização que acontece.	Realização de seleção simplificada para contratação de novos fiscais	Concluída
2016	Contratos para procedimento administrativo de ressarcimento e Tomadas de Contas Especiais	Realizar os procedimentos administrativos e de Tomadas de Contas Especiais	Em andamento

Abaixo segue o gráfico 30 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

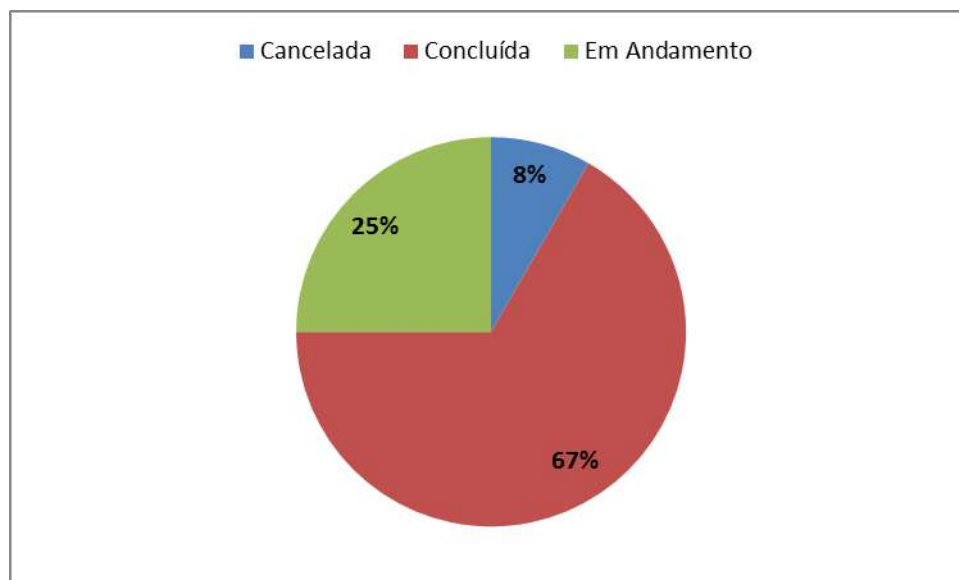


Gráfico 30 - Percentual de melhoria



11. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO DE TEMPO DETERMINADO

Abaixo segue o quadro 26 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 26 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Contratos sem a devida formalização.	Elaboração de edital para seleção simplificada.	Concluída
2015	Valores salariais discrepantes.	Parametrização de salários e estudo por benchmarking.	Concluída
2015	Contratos com cláusulas nulas.	Análise jurídica de todos os termos contratuais.	Concluída
2015	Contratos sem publicação.	Análise jurídica de todos os termos contratuais.	Concluída
2015	Falta de dimensionamento da força de trabalho necessária.	Otimização da força de trabalho.	Concluída
2015	Irregularidades no pagamento de verbas (13º e férias).	Parametrização de salários e estudo por benchmarking.	Cancelada
2015	Contratos para funções finalísticas e de apoio.	Recadastramento de servidores.	Concluída
2015	Não caracterização da excepcionalidade da necessidade pública.	Elaboração de edital para seleção simplificada.	Concluída
2015	Falta de regulamentação.	Elaboração de Decreto de regimento da espécie contratual e submissão jurídica dos contratos.	Concluída
2015	Custo elevado com a folha de CTD.	Otimização da força de trabalho.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 31 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

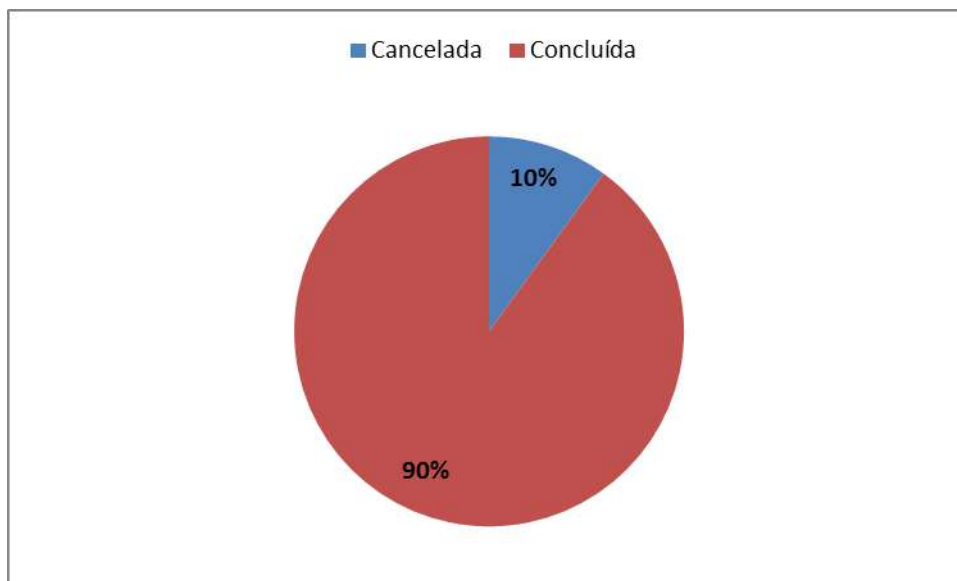


Gráfico 31 - Percentual de melhoria

COMISSIONADOS

Abaixo segue o quadro 27 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 27 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Aplicação de redutor transitório nos vencimentos dos cargos com sucessivas prorrogações, denotando sua perpetuidade e sem a espécie normativa adequada.	Regulamentação do redutor dos vencimentos e redução do quantitativo de cargos comissionados por meio da Lei que instituirá a Reforma Administrativa no Município, criando a nova estrutura.	Concluída
2015	Número excessivo de cargos.	Otimização dos cargos comissionados.	Concluída
2015	Falta de regulamentação quanto à distribuição dos cargos comissionados.	Otimização dos cargos comissionados.	Concluída



2015	Alocação indevida de servidores, com nomeações e locais de trabalho diferentes.	Distribuição dos cargos comissionados por meio de Decreto do Chefe do Executivo, alocando corretamente entre as Secretarias e correção das diversas nomenclaturas.	Concluída
2015	Não pagamento de 13º salário e férias.	Pagamento de 13º salário e férias.	Cancelada
2015	Pagamento de subsídio / verba indenizatória sem critérios definidos.	Análise quanto à legalidade e fixação de critérios para o pagamento da verba indenizatória.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 32 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

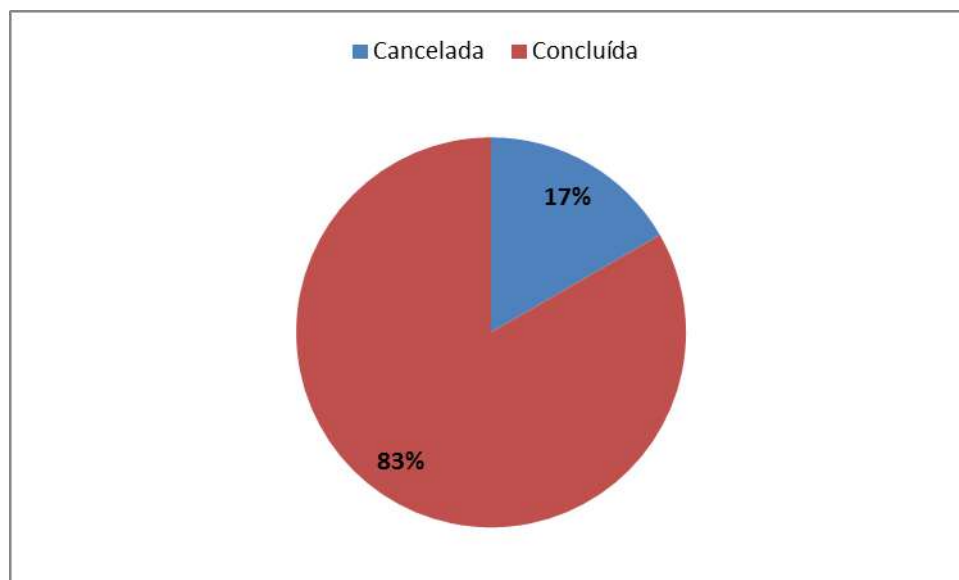


Gráfico 32 - Percentual de melhoria

COMPROMETIMENTO DA RECEITA COM DESPESA DE PESSOAL

Abaixo segue o quadro 28 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.



Quadro 28 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Grande número de contratados temporariamente.	Realizar o levantamento dos servidores temporários de forma a identificar a real necessidade dessas contratações.	Concluída
2015	Pagamento de verbas indenizatórias sem critérios definidos.	Analisar o custo e normatizar os critérios de pagamento das verbas indenizatórias, representação de gabinete e horas-extras.	Concluída
2015	Realização de horas-extras sem critérios definidos.	Analisar o custo e normatizar os critérios de pagamento das verbas indenizatórias, representação de gabinete e horas-extras.	Concluída
2015	Altos salários da carreira de professores.	Pagar exatamente o piso salarial dos professores.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 33 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

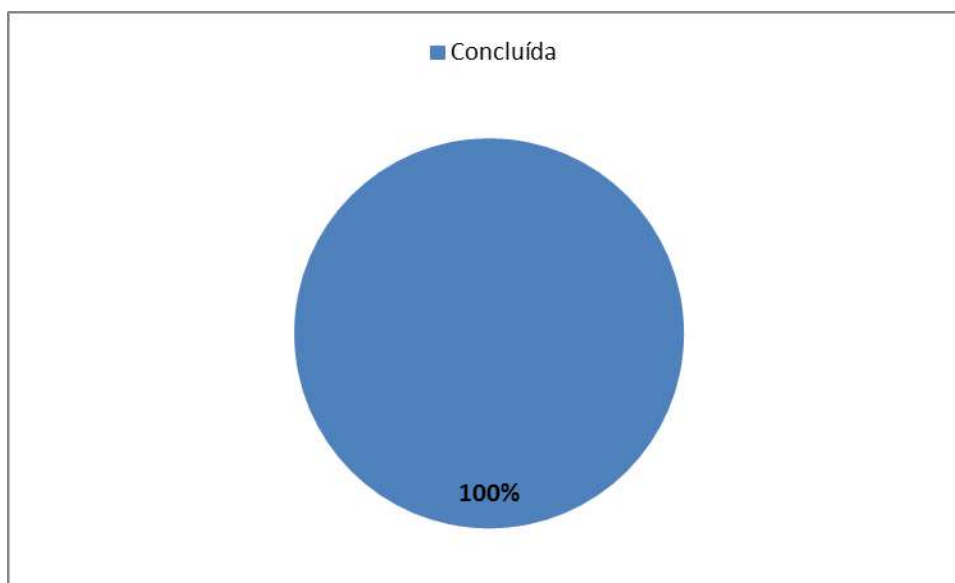


Gráfico 33 - Percentual de melhoria

DÉBITOS COM INSS

Abaixo segue o quadro 29 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas,



elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 29 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Falta de pagamento da parcela da participação patronal para o INSS.	Analisar juntamente com a Controladoria Geral, Procuradoria Geral e Secretaria de Finanças o débito apurado e estabelecer estratégia para seu saneamento.	Concluída
2015	Falta de repasse dos recolhimentos da contribuição dos servidores.	Realizar o repasse ao Instituto Nacional dos valores retidos no mês.	Concluída
2015	Acúmulo de dívida previdenciária no valor de aproximadamente R\$ 46 milhões.	Analisar juntamente com a Controladoria Geral, Procuradoria Geral e Secretaria de Finanças o débito apurado e estabelecer estratégia para seu saneamento.	Concluída
2015	Falta de pagamento do parcelamento da dívida confessa.	Realizar encontro com a Delegacia da Receita Federal para tentar viabilizar uma nova negociação dos valores, especialmente do valor da entrada para início do parcelamento.	Cancelada
2015	Retenções de parte das parcelas do Fundo de Participação dos Municípios em razão do débito previdenciário.	Realizar encontro com a Delegacia da Receita Federal para tentar viabilizar uma nova negociação dos valores, especialmente do valor da entrada para início do parcelamento.	Cancelada
2015	Divergências contábeis entre valores recolhidos e apropriados nos balancetes da Prefeitura.	Consolidar e padronizar entendimentos acerca da forma de apropriação contábil dos valores retidos e devidos nos relatórios de gestão do Município.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 34 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

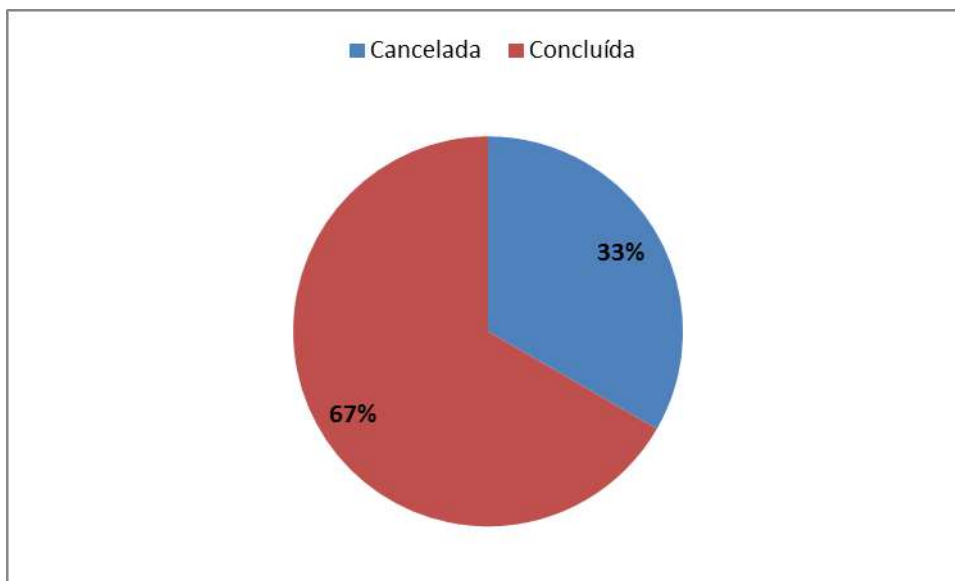


Gráfico 34 – Percentual de melhoria

PROCESSO DE COMPRAS

Abaixo segue o quadro 30 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 30 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Descentralização dos processos de compras diretas.	Centralizar e normatizar os processos de compras.	Concluída
2015	Despadronização quanto ao fluxo de processamento desde a requisição da licitação até a formalização dos contratos administrativos.	Modelar o processo de aquisições e contratações.	Concluída
2015	Ausência de planejamento de médio e longo prazo para as aquisições.	Realizar levantamentos junto às Secretarias quanto às necessidades de contratações e aquisições pelos próximos meses.	Concluída



Abaixo segue o gráfico 35 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

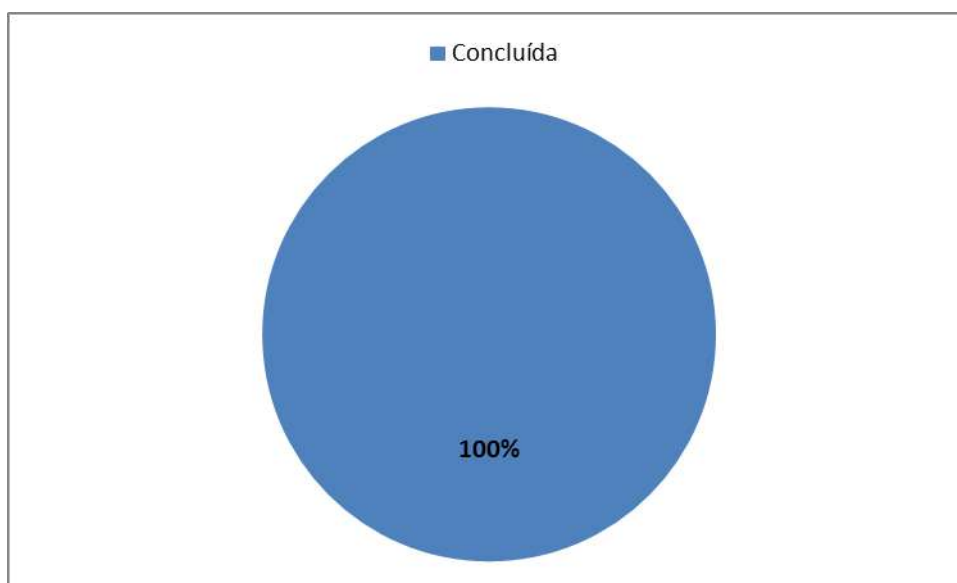


Gráfico 35 - Percentual de melhoria

CONTRATOS

Abaixo segue o quadro 31 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 31 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Processos de contratos atinentes exclusivamente ao registro.	Normatizar os processos de contratações.	Concluída
2015	Despadronização do fluxo e falta de normatização para contratações.	Modelar o processo.	Concluída
2015	Falta de informações precisas e consolidadas.	Apurar as informações existentes.	Concluída



Abaixo segue o gráfico 36 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

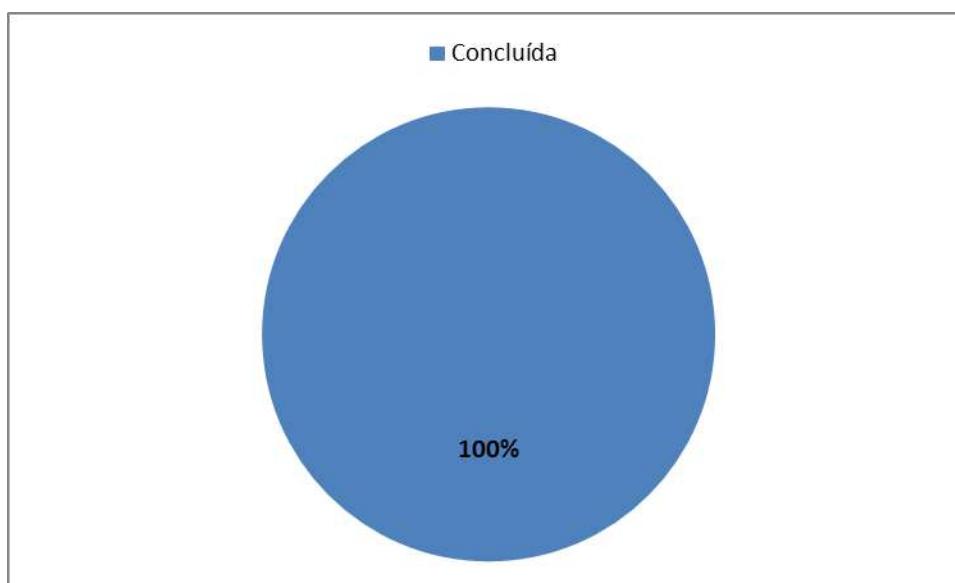


Gráfico 36 - Percentual de melhoria

PATRIMÔNIO

Abaixo segue o quadro 32 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 32 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Falta de capacitação dos Servidores.	Procurar soluções gratuitas para capacitação básica de forma online.	Concluída



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Falta de computadores. (O Departamento só possui um computador e este encontra-se obsoleto, utilizando um sistema operacional já declarado "morto" há 07 anos, estando atrasado em pelo menos 02 gerações de Sistemas Operacionais. No entanto, a estrutura do Departamento é razoável, comportando adequadamente todos os servidores).	Há a necessidade de aquisição de pelo menos mais um computador e uma impressora com Scanner.	Cancelada
2015	Legislação Patrimonial escassa e precária, sendo regidos por Instruções Normativas redigidas pela Controladoria.	Normatiza e regulamentar normas patrimoniais com base na legislação Estadual.	Concluída
2015	Descentralização do controle patrimonial, ficando cada secretaria responsável pelo controle dos bens a sua disposição e estas sem um responsável específico para tal.	A Lei Municipal nº 3.688/2015 centralizou o controle patrimonial na Secretaria de Administração.	Concluída
2015	Registros falhos e incompletos sobre os imóveis.	Levantamento cartorial de imóveis pertencentes ao Município, inventário de imóveis, cadastramento, registro e controle destes bens via Sistema ou Planilhas Eletrônicas.	Concluída
2015	Falta de um sistema informatizado para controle patrimonial, sendo que o último utilizado é de 2011 e não temos acesso a sua base de dados.	Compra ou criação de um Sistema informatizado para cadastro, registro e controle dos bens móveis.	Cancelada



Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Falta de ferramentas de Gestão Patrimonial (Termo de movimentação, Termo de transferência, Laudo de avaliação de inservíveis, etc.).	Desenvolver estas ferramentas e desenvolver a cultura na administração municipal para utilização destas.	Concluída

Abaixo segue o gráfico 37 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

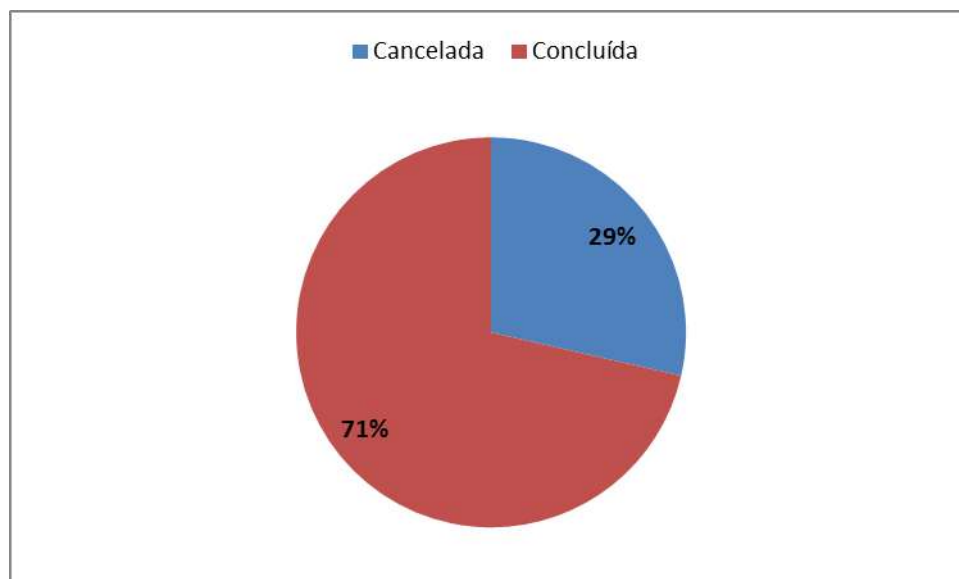


Gráfico 37 - Percentual de melhoria

Por fim, abaixo segue o gráfico 38, demonstrando o percentual de melhoria sobre os achados de toda a Secretaria.

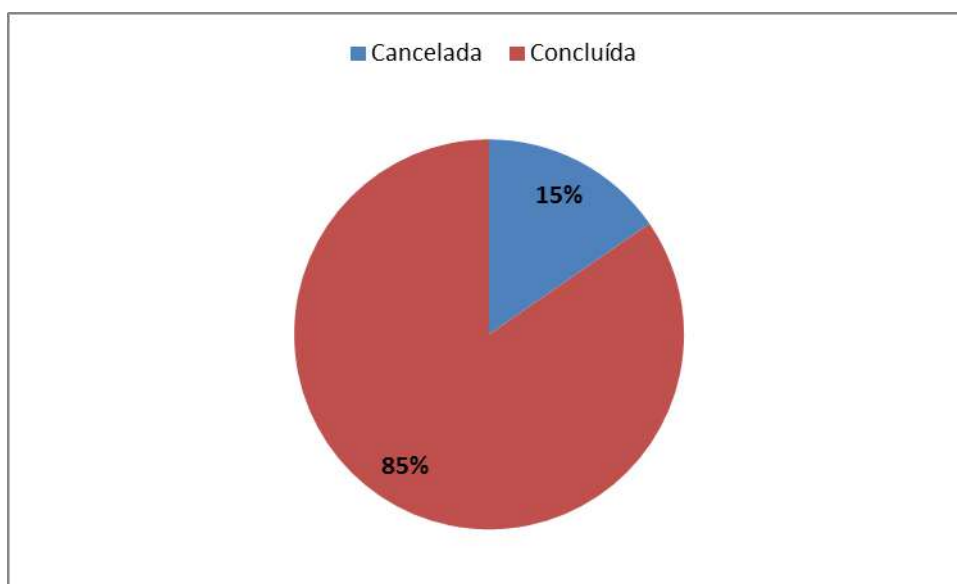


Gráfico 38 - Percentual de melhoria

12. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Abaixo segue o quadro 33 com a atualização das ações corretivas elencadas no Relatório Situacional, Implementação das Ações Corretivas, elaborado em fevereiro de 2016. Isso, classificando a situação em que cada uma se encontra, conforme resposta da Secretaria.

Quadro 33 - Situação de melhoria

Ano de achado	Achados	Ações Corretivas	Situação
2015	Contratos dos boxes dos mercados sem a devida formalização	Cadastramento e Formalização de contratos dos Mercados e Feira	Concluída
2015	Forma irregular de arrecadação das taxas dos mercados, feira e abatedouro	Encontrar junto ao órgão competente uma forma de regularizar as taxas de arrecadação	Concluída
2015	48 pessoas executando trabalhos sem vínculo com a Prefeitura, pagos pela Secretaria através da arrecadação das taxas recolhidas	Encontrar junto ao órgão competente uma forma de regularizar a contratação de pessoal	Concluída



2015	Distribuição de água através de carro pipa.	Melhorar a distribuição dos carros pipas, enquadrando a logística ao número de veículos existentes e, dentro das possibilidades, procurar aumentar a quantidade de carros em disponibilidade.	Concluída
2016	Arrecadação das taxas do abatedouro sem ser pelo DAM (Documento de Arrecadação Municipal)	Regularizar a cobrança das taxas através do DAM junto a Secretaria Responsável	Concluída

Abaixo segue o gráfico 39 com o percentual de melhoria relatado pela Secretaria.

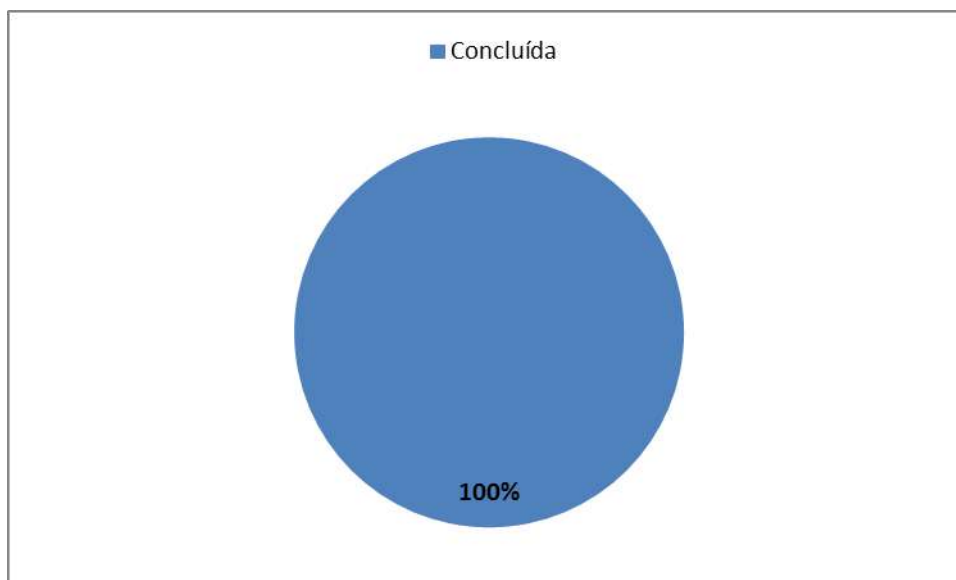


Gráfico 39 - Percentual de melhoria

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi possível mensurar a implementação de melhorias das Secretarias e Órgãos municipais. Isso representa um universo 237 ações. Dessas, 233 identificadas em 2015 e 4 no ano de 2016. Abaixo segue o gráfico 40 com o retrato total do percentual de melhoria das Secretarias.

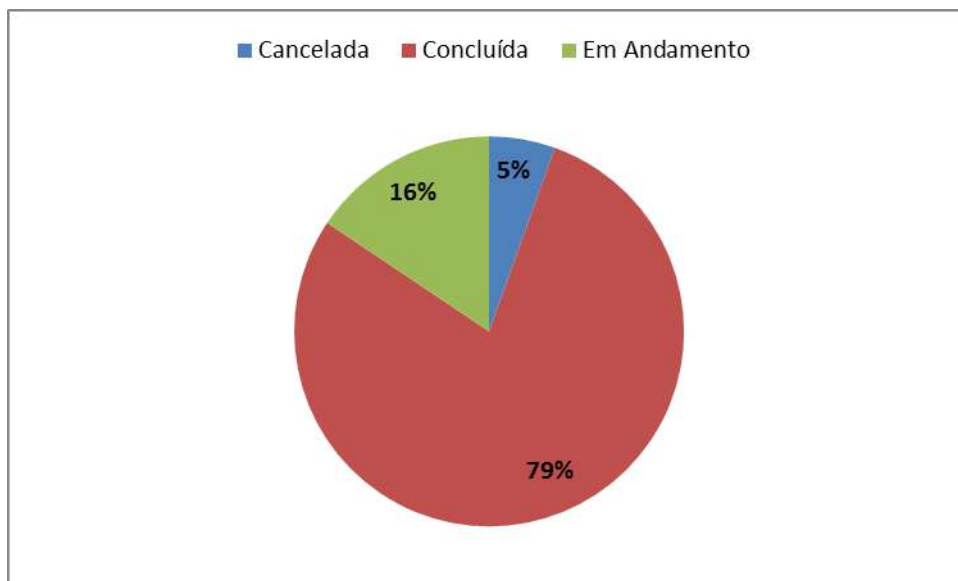


Gráfico 40 - Percentual de melhoria

É possível observar que 79% dos achados de melhoria já tiveram uma solução. Mas ainda há um percentual de 16% em andamento e 5% canceladas. Durante o ano de 2016 se espera que todas as ações, excetuando as canceladas, terminem concluídas.

Gravatá, 21 de novembro de 2016

Otávio Henrique Cintra Monteiro
Controlador Geral do Município

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO ESTADUAL EM GRAVATÁ



Documento Assinado Digitalmente por: MARIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, OTAVIO HENRIQUE CINTRA MONTEIRO
Asses: 011 - <https://eicr.tde.je.gov.br/pt/validaDoc.seam> Código do documento: a1f5409e-1806-41b8-6905-e6a4d03693767



GRAVATÁ
GOVERNO MUNICIPAL
É TEMPO DE TRABALHO.



Documento Assinado Digitalmente por: MARIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, OTAVIO HENRIQUE CINTRA MONTEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a1f5409e-1806-41b8-b905-e6a403c93767

RELATÓRIO DA GESTÃO: GOVERNO DA INTERVENÇÃO ESTADUAL EM GRAVATÁ

*NOVEMBRO 2015
A NOVEMBRO 2016*



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

GOVERNADOR	Paulo Henrique Saraiva Câmara	SECRETARIA DE IMPRENSA	Ennio Lins Benning
VICE-GOVERNADOR	Raul Jean Louis Henry Júnior	SECRETARIA DE TRANSPORTES	Sebastião Ignácio de Oliveira Júnior
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Milton Coelho da Silva Neto	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Sérgio Luis de Carvalho Xavier
SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	Nilton da Mota Silveira Filho	SECRETARIA DA MULHER	Silvia Maria Cordeiro
SECRETARIA DA CASA CIVIL	Antônio Carlos dos Santos Figueira	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	Márcio Stefanni Monteiro Moraes
SECRETARIA DAS CIDADES	Francisco Antônio Souza Papaléo	SECRETARIA DE SAÚDE	José Iran Costa Júnior
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	Lúcia Carvalho Pinto de Melo	SECRETARIA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, QUALIFICAÇÃO E TRABALHO	Alexandre Valença
SECRETARIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	Ruy Bezerra de Oliveira Filho	SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E LAZER	Felipe Augusto Lyra Carreras
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE	Isaltino José do Nascimento Filho	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	Antônio César Caúla Reis
SECRETARIA DA CULTURA	Marcelino Granja de Menezes	GABINETE DE PROJETOS ESTRATÉGICOS	Renato Thièbaut
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	Angelo Fernandes Gioia	ASSESSORIA ESPECIAL AO GOVERNADOR	José Francisco Cavalcanti Neto
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Thiago Arraes de Alencar Norões	CASA MILITAR	Coronel Eduardo Pereira
SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	Pedro Eurico de Barros e Silva		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Frederico da Costa Amâncio		
SECRETARIA DA FAZENDA	Marcelo Barros		
SECRETARIA DE HABITAÇÃO	Marcos Baptista Andrade		



GOVERNO DA INTERVENÇÃO

INTERVENTOR	Mário Cavalcanti
CHEFIA DE GABINETE	Andrea Costa de Arruda
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO	Romero Tadeu Borja de Melo Filho
CONTROLADOR GERAL MUNICIPAL	Otávio Henrique Cintra Monteiro
SECRETÁRIA DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO	Tercília Vila Nova Sodré da Mota
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	Ronaldo Acioly Filho
DIRETORA PRESIDENTE DO IPSEG	Lucileide Ferreira Lopes
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	Maria Ângela Cavalcanti de Andrade
SECRETÁRIA DE SAÚDE	Adelaide Maria Caldas Cabral
SECRETÁRIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	Francisco Claudino Pereira
SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E CONTROLE URBANO	Giuliana Lins Cavalcanti
SECRETÁRIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E LAZER	Daniela Regueira da Silva Alecrim
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Laurisabel Guimarães Pinheiro
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA	Tenente Coronel Laurinaldo Félix Nascimento



GRAVATÁ
GOVERNO MUNICIPAL
  TEMPO DE TRABALHO.

EQUIPE TÉCNICA DO RELATÓRIO

COORDENADORA DO PROJETO	Lilian Costa Gomes (SEPLAG-PE)
APOIO TÉCNICO	Otávio Henrique Cintra Monteiro (SCGE-PE)
APOIO TÉCNICO	Major Werner WALTER Heuer Guimarães (Casa Militar-PE)
IDENTIDADE VISUAL - EDITORIAL	Canton Farias Wu (Seplog/Instituto de Gestão-PE)



SUMÁRIO

INTERVENÇÃO ESTADUAL – CARTA AO LEITOR	08
TÓPICOS DA GESTÃO	10
MEDIDAS JUDICIAIS ADOTADAS	11
AÇÕES DE CONTROLE DA DESPESA COM PESSOAL	26
LICITAÇÕES E CONTRATOS	38
AÇÕES DE TRANSPARENCIA E CONTROLE SOCIAL	46
CENÁRIO FISCAL DA INTERVENÇÃO	54
RECEITAS DO MUNICÍPIO	55
DESPESAS DO MUNICÍPIO	61
LIMITES CONSTITUCIONAIS	64
AÇÕES ESTRATÉGICAS	70
IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES CORRETIVAS	71
METAS PRIORITÁRIAS	74
PACTO DOS MUNICÍPIOS PELA SEGURANÇA PÚBLICA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	107



CARTA DO INTERVENTOR

A Prefeitura Municipal de Gravatá encontra-se sob Intervenção Estadual decretada pelo Governador do Estado através do Decreto nº 42387/2015, em razão de decisão unânime da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, fruto de Representação proposta pelo Ministério Público Estadual após inúmeras irregularidades reveladas formalmente por auditoria do Tribunal de Contas de Pernambuco.

Decretada a Intervenção Estadual, nossa gestão trabalhou continuamente e sem medir esforços para mitigar os problemas encontrados no município, que foram além das causas que fundamentaram a medida interventiva, e realizar a entrega de todas as ações previstas ao final da gestão.

Desta forma, diante do quadro encontrado em 18 de novembro de 2015 de total desequilíbrio administrativo e financeiro com débitos milionários, sobretudo com a Receita Federal, serviços essenciais paralisados (Saúde, Transporte Escolar, Limpeza Urbana e outros), mais de 02 folhas de pagamento em atraso, boa parte do funcionalismo público em greve, entre outros problemas, a equipe de Intervenção passou a identificar os principais problemas e aplicar as medidas corretivas caso a caso.

Neste sentido, ressalte-se que dentre as inúmeras práticas ilegais identificadas na gestão afastada observou-se, entre outras, fraude e so-



brepreço nos processos licitatórios de limpeza pública, descumprimento do Limite de Gastos com Pessoal e irregularidades nos regimes de Previdência, atos e fatos que denotaram total desrespeito ao ordenamento jurídico vigente, notadamente aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, e que tornaram aquela gestão calamitosa, temerária e fraudulenta.

Merece registro o fato de que todas as ações desenvolvidas com vistas ao restabelecimento da normalidade no município, sobretudo a implementação das metas estabelecidas pela gestão interventora foram instrumento de planejamento monitorado periodicamente e acompanhado diretamente pelo Interventor e Secretários Municipais, destacando-se neste ponto, o monitoramento de todos os processos licitatórios realizados, num total de 112 certames, dos quais, 60 foram na modalidade Pregão e nenhuma carta convite, demonstrando a seriedade, lisura e seriedade de todos os trabalhos desenvolvidos pela equipe.

Além disso, destaque-se que a gestão interventora foi além também no sentido de atrair investimentos e novos empreendimentos, o que sem dúvida resgatou a autoestima do povo gravataense que se sentia completamente esquecido pelo poder público municipal no período da gestão do prefeito afastado.

Neste ponto registramos o projeto inovador de produção de energia elétrica a partir do lixo urbano. Fruto de um intenso trabalho de pesquisa conjunta entre engenheiros da Casa Militar do Governo do Estado e Prefeitura de Gravatá, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado, o projeto pioneiro em todo o Brasil foi convertido em certame licitatório que resultou na contratação de empresa que já desenvolve atividades no sentido de iniciar a geração de energia em 2017. Tal processo possibilitará uma economia mensal aos cofres públicos da ordem de duzentos mil reais, uma vez que a energia gerada do lixo da cidade será usada para custear as despesas com energia elétrica dos prédios públicos e parque elétrico do município.

Registre-se, ainda, que a gestão interventora não se quedou em enfrentar apenas os problemas encontrados na gestão municipal, e foi além. Entendendo que a segurança pública merece a atenção e esforço conjunto de todos os setores da sociedade, sobretudo da Prefeitura, o Interventor houve por bem aderir ao Projeto Pacto dos Municípios pela Segurança Pública, do Ministério Público de Pernambuco, através do qual se comprometeu formalmente em enfrentar a problemática, com enfoque em dez

Eixos e respectivas metas estabelecidas pelo Programa. Após cumprir todas as metas estabelecidas em cada eixo do Projeto, a Prefeitura de Gravatá foi a única a receber do Ministério Público do Estado de Pernambuco, no ano de 2016, a Certificação Ouro, a maior classificação possível na premiação.

Também merece registro as fundamentais parcerias firmadas com o Governo do Estado de Pernambuco que nos forneceu suporte incondicional para a concretização dos resultados ora obtidos. O conjunto de esforços e todas as ações realizadas entre a Prefeitura e o Governo do Estado também foram objeto de monitoramento periódico acompanhado pelo Interventor, Secretários Estaduais e Municipais das pastas diretamente envolvidas.

O resultado do nosso trabalho foi consolidado neste Relatório, que em última análise, se configura com uma robusta cartilha de boas práticas de gestão pública, além do que demonstra, de forma analítica, todas as ações realizadas pela equipe, além do que é instrumento de comprovação do legado deixado para o município de Gravatá.

Este relatório toma por base o início do Governo Intervencionista, em 18 de novembro de 2015, e como termo o mês de novembro/2016, em razão da necessidade de fechamento e consolidação das informações em documento único.

Gravatá-PE, 01 de dezembro de 2016.

MÁRIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Interventor Estadual de Gravatá





TÓPICOS DA GESTÃO



Nesta seção serão apresentadas temáticas de grande relevância para o êxito da Gestão Interventora. Em cada uma delas, delicados pontos da gestão tiveram que ser tratados, se fazendo necessário atuar sobre as principais irregularidades encontradas e estruturar os principais pilares para o adequado funcionamento das atividades da administração pública municipal.

Assim, será esmiuçado o trabalho desenvolvido pela equipe interventora em matéria de medidas judiciais adotadas, de controle de despesas com pessoal, de licitações e contratos, e de transparência e controle social.

MEDIDAS JUDICIAIS ADOTADAS

1. ATUAÇÃO SOBRE OS ITENS QUE JUSTIFICARAM A INTERVENÇÃO ESTADUAL

A Intervenção do Estado de Pernambuco no Município de Gravatá foi proposta pelo Parquet Estadual, concedida por decisão unânime da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco e decretada pelo Governador do Estado (Decreto nº 42387/2015), em razão de graves práticas da gestão do poder executivo da época em desrespeito ao ordenamento jurídico que rege a Administração Pública. Mais especificamente, a decisão foi motivada por quatorze fatos, conforme quadro da página seguinte.

Para cada um destes itens foi necessária atuação da equipe interventora visando a correção das irregularidades encontradas. Nesse sentido, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Procuradoria Geral do Município (PGM). Em todo tempo, além de ajuizar as ações judiciais necessárias, esta orientou a condução das demais



ações realizadas pela equipe interventora. Assim, segue uma síntese das ações desenvolvidas por fato motivador.

FATO 01

Obstrução sistemática aos regulares trabalhos de controle externo do TCE-PE

Apesar do dever constitucional do prefeito de prestar contas atendendo aos pedidos de informações dos órgãos de controle externo, verificou-se que, reiteradamente, sem maiores explicações, o chefe do Poder Executivo afastado se omitira, de forma habitual, em atender, responder e em prestar esclarecimentos aos ofícios recebidos, conforme se observa clara-

mente nos inúmeros e reiterados ofícios, alertas de responsabilização e medidas cautelares expedidas pela Corte de Contas de Pernambuco apontando uma série de questionamentos e irregularidades.

Vale destacar também, que além de obstruir a atuação dos órgãos de controle, em vários momentos o prefeito afastado usurpou a função de outros poderes, sobretudo do Legislativo, o que se comprova, por exemplo, através dos decretos em matérias de competência exclusiva do parlamento municipal (Decretos nº 041/2013 e 006/2014 – alterando a base de cálculo de IPTU, Decreto nº 010/2014 – renúncia fiscal através de Decreto, Decreto nº 009/2015 – concedendo reajuste salarial e o Decreto nº 030/2015 – alterando artigo de Lei).

Em sentido completamente oposto, além de cessar esses absurdos, a gestão interventora vem imprimindo uma gestão amplamente democrática, contribuindo não apenas com as prestações de contas e informações aos órgãos competentes, dentre eles o TCE-PE, mas também ao próprio controle social, tendo investido em melhoria dos mecanismos de publicidade e transparência, como se observa no site da Prefeitura e no seu Portal da Transparência, atualizados gratuitamente pela Controladoria Municipal e disponíveis a toda sociedade.

Também, a Intervenção já realizou 3 (três) audiências públicas na Câmara de Vereadores, a primeira em 17/02/2016 para apresentação do resultado das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2015, a segunda em 30/05/2016, para apresentação do resultado das metas fiscais do 1º quadrimestre e a terceira em 21/07/2016, para discussão do orçamento da LDO para 2017, bem como criou através do Decreto nº 005/2016 a mesa geral de negociações entre os sindicatos representantes de categorias de profissionais e a gestão do Poder Executivo Municipal para manutenção de diálogo constante, demonstrando-se práticas de gestão nunca antes vistas nesta edilidade.

FATO 02

Contratação sem licitação de empresa de recolhimento de lixo, apesar de sucessivos alertas do TCE-PE

Em auditoria realizada pelo TCE-PE, constatou-se que, a gestão afastada, iniciada em janeiro de 2013, até a data do pedido de intervenção (outubro de 2015), por quase 3 (três) anos, executou o serviço de limpeza urbana através de sucessivos contratos emergenciais por dispensa de licitação, escolhendo de forma discricionária a empresa contratada e a remuneração a ser paga por este serviço. Ademais, verificou-se que, até Agosto de 2015, foram alocados R\$ 17 milhões na contraprestação desse serviço, valores estes não licitados e com claro superfaturamento.

Ao prefeito afastado, foram feitos vários alertas e recomendações para que corrigisse tais irregularidades, todavia, ele ficou-se inerte, em desrespeito as mais básicas regras da Lei de Licitações.

Por sua vez, a atual gestão ao assumir, passou a analisar profundamente o tema, este que é o contrato de fornecimento de maior valor do Município, investindo toda a atenção para que a Administração atingisse proposta mais vantajosa e firmasse um contrato decorrente de um processo licitatório limpo, legítimo, com ampla publicidade e concorrência.

Enquanto não findava o processo, como se tra-

Lista de fatos que motivaram a Intervenção

FATO 01 – Obstrução sistemática aos regulares trabalhos de controle externo do TCE-PE
FATO 02 – Contratação sem licitação de empresa de recolhimento de lixo, apesar de sucessivos alertas do TCE-PE
FATO 03 – Superfaturamento no recolhimento de lixo em 2013 e 2014
FATO 04 – Falsificação no processo de dispensa de licitação do lixo
FATO 05 – Disposição de lixo no aterro sanitário sem licença.
FATO 06 – Desvios de valores retidos da remuneração dos servidores devidos ao INSS no exercício de 2013
FATO 07 – Sonegação da contribuição patronal ao instituto municipal de previdência de Gravata (IPSEG) no exercício de 2013
FATO 08 – Negar execução a lei federal sobre o recolhimento de contribuição à Receita Federal
FATO 09 – Fraude para afastar licitante de processo licitatório
FATO 10 – Nova dispensa indevida de licitação para contratar empresa de recolhimento de lixo e operação de aterro sanitário
FATO 11 – Ordenar despesa com pessoal não autorizada em lei complementar federal nos exercícios de 2013 e 2014
FATO 12 – Gestão temerária de instituição financeira municipal
FATO 13 - Falsificação pelo Prefeito de atestado no processo licitatório da obra do CAIC
FATO 14 – Atestados indevidos de execução de obras realizadas através de convênio federal



ta de um serviço indispensável e ininterrupto, após romper com a empresa herdada da gestão afastada em Dezembro de 2015, firmou o Contrato emergencial nº 006/2016, com a empresa Via Ambiental.

Este contrato, mesmo ainda sendo emergencial, simplesmente em razão de série e eficiente pesquisa de mercado e cotações de preços, apresentou economia da ordem de R\$ 1.265.946,68 (Um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos) se comparado o período de Janeiro a Maio de 2016 com o mesmo período de 2015. Isto comprova de maneira incontroversa o superfaturamento praticado pela gestão do prefeito afastado neste serviço, prática que se estendeu à quase todos os contratos firmados nesta edilidade de 2013 até a data da Intervenção.

Nesse sentido, após a referida análise e por orientação do Tribunal de Contas de Pernambuco, a gestão interventora revogou a Concorrência nº 004/2015, iniciada pela gestão afastada, sobretudo em razão da frustrada concorrência, na medida em que apenas dois licitantes estavam participando do certame naquele momento, ainda sem vencedor.

Ato contínuo, após se cercar de todas as precauções técnicas e jurídicas, revisão de Projeto e planilha orçamentária, lançou-se o Processo Licitatório nº 027/2016, tendo a participação de 9 (nove) empresas, o que demonstrou a retomada da credibilidade do Município e o retorno do interesse do mercado em concorrer às suas

licitações.

Com efeito, mesmo diante da complexidade da matéria, da grande quantidade de licitantes, de impugnações ao instrumento convocatório e recursos administrativos, a gestão da Intervenção findou o referido certame e firmou o Contrato nº 028/2016 com a empresa Planalto Pajeú, solucionando em pouco mais de 6(seis) meses o que o prefeito anterior não conseguiu ou não quis conseguir em quase 3(três) anos, esse que era um dos principais problemas do Município.

Vale destacar, que este novo contrato firmado, mesmo com ampliação quantitativa de quase 20% (de 1755 ton. para 2089 ton.) do item de maior relevância financeira do objeto (coleta e transporte de resíduos domiciliares, comerciais e varrição de feiras livres) para melhor atender à coletividade, inclusão de novos itens de serviço e variação inflacionária, ainda proporcionará à Administração a economia mensal de mais de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais por mês) se comparado com a média praticada pelos contratos da gestão afastada.

FATO 03

Superfaturamento no recolhimento de lixo em 2013 e 2014

Conforme fiscalização realizada pelo TCE-PE, no confronto das despesas relativas ao exercício de 2013, identificou-se excesso nos quantitativos referentes aos serviços de varrição e sobrepreço em diversos itens unitários, o que

resultou em um superfaturamento total de R\$ 2.763.435,54, sendo que, R\$ 711.597,02 eram referentes ao excesso nos quantitativos de varrição e R\$ 2.051.838,52 referentes ao excesso nos preços unitários.

Ainda, nos contratos relativos aos serviços do exercício de 2014 a empresa manteve os preços unitários propostos em 2013, mas apresentou novas composições para esses, já considerando o aumento de 15% nos quantitativos, ocorrido a partir de Junho/2013.

Nessa análise foram identificados excesso nos quantitativos dos serviços de varrição, serviços complementares e locação de retroescavadeira, assim como sobrepreço em diversos itens unitários, o que resultou em um superfaturamento total de R\$ 1.806.791,40.

Por fim, vários pagamentos foram realizados tendo por base medições elaboradas pela própria contratada, as quais foram conferidas apenas superficialmente pela Administração, sem que tenham sido medidos, de fato, os quantitativos dos serviços executados e sem que fosse exigida a disponibilização da estrutura proposta pela contratada, já incluída nos preços.

Todo esse dano ao erário decorrente de sobrepreço/superfaturamento em itens unitários do serviço de limpeza urbana se comprovou quando da formalização e comparação com os preços contratados/praticados pela gestão interventora, através do Relatório de Economia de Despesas gerado pela Controladoria Municipal.

FATO 04

Falsificação no processo de dispensa de licitação do lixo

Segundo consta na documentação da Dispensa 01/2013, datada entre os dias 26 e 28/12/2012, antes da posse da gestão afastada, foram elaboradas as propostas de preços de 03 empresas consultadas acerca dos serviços de limpeza urbana do Município de Gravata.

No entanto, as justificativas e os fundamentos da contratação, mencionam textualmente o Decreto Municipal 08/2013, que só foi publicado em 14/02/2013. O termo de referência cita ainda notícias da mídia local, entre as quais consta uma com data de 14/01/2013. Registre-se ainda que a portaria de nomeação da Comissão de Licitações que teria conduzido esse processo também foi expedida posteriormente, em 29/01/2013.

De forma paralela, a prestação dos serviços já estava sendo realizada desde o dia 01/01/2013, segundo as memórias de cálculo do boletim de medição 01/2013. Esses fatos conduzem ao entendimento de que o referido processo teria sido 'montado' a posteriori comprometendo a lisura do procedimento e confirmando a falsificação de um processo público.

De bom alvitre salientar, que todo esse conjunto de graves irregularidades apresentadas quanto ao serviço de limpeza urbana, durante o período da gestão afastada, compõe os fundamentos fáticos e jurídicos de dois outros



processos judiciais em desfavor do Requerente (Ação Cautelar Preparatória de Ação Civil Pública por atos de Improbidade Administrativa nº 0002362-32.2015.8.17.0670 e Ação Civil Pública por atos de Improbidade nº 0002596-14.2015.8.17.0670).

FATO 05

Disposição de lixo no aterro sanitário sem licença

Na época em que ocorreu o referido processo de dispensa de licitação descrito no tópico anterior, não constavam no contrato social da empresa Conserv Construções e Serviços Ltda. as atividades de limpeza urbana e operação de aterro sanitário. Essas atividades só foram incluídas na 2ª alteração contratual, registrada na JUCEPE em 10/09/2013. Além disso, a referida empresa, não possuía licenciamento ambiental para realizar tal atividade.

Percebe-se, assim, o descaso também com a sustentabilidade, na medida em que a gestão afastada permitiu que empresa sem experiência anterior na atividade e sem licença ambiental desenvolvesse o serviço de limpeza urbana e operação do aterro, com alto risco de poluição, contaminação, proliferação de doenças e danos ao meio ambiente.

Ao contrário dessa maneira de condução irresponsável e sem nenhuma visão de futuro, o poder interventor demonstrou sensibilidade quanto a este tema ao realizar processo de con-

tratação de empresa com o objetivo de reduzir a quantidade dos resíduos sólidos produzidos no Município, utilizando o lixo para geração de energia limpa, o que proporcionará economia aos cofres públicos, beneficiando sobremaneira o meio ambiente e deixando um legado para as próximas gerações.

FATO 06

Desvios de valores retidos da remuneração dos servidores devidos ao INSS no exercício de 2013

Conforme relatório de auditoria assinado em 31/03/2015, o ex-gestor, descontou no exercício de 2013 da remuneração dos servidores, valores de propriedade do INSS (União), não os entregando à Receita Federal, no montante de R\$ 95.080,92.

Ainda, segundo a prestação de contas de 2014, houve a reiteração da conduta ilícita, onde não foi repassada a contribuição patronal no valor de R\$ 407.846,62 pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Gravata.

Ademais, outra conduta ilícita em desfavor do INSS, foi o não recolhimento da contribuição patronal de R\$ 1.987.957,67 pelo Fundo Municipal de Saúde no exercício de 2014.

Vale ressaltar quanto a esta irregularidade, que a gestão interventora se deparou com uma situação bem mais grave que a revelada pela Representação Interventiva, tendo recebido duas

intimações em execuções fiscais propostas pela Fazenda Nacional somando o montante de débito com encargos de aproximadamente R\$ 11.000.000,00 (Onze Milhões de Reais), decorrentes de valores retidos dos servidores e não repassados à Receita Federal em competências do período da gestão afastada. Nesse sentido, a PGM atuou elaborando a defesa da prefeitura, que já foi protocolada e aguarda o trâmite padrão do processo judiciário.

FATO 07

Sonegação da contribuição patronal ao Instituto dos Servidores Municipais de Gravata (IPSEG) no exercício de 2013

Não houve repasse integral das contribuições previdenciárias referentes às partes do servidor e patronal, nos anos de 2013, 2014 e 2015, que, atualizados até novembro de 2015, somava a quantia de R\$ 4.369.337,22

Esta prática vinha acontecendo desde o ano de 2012, e continuou na gestão do Prefeito afastado, comprometendo o equilíbrio financeiro e atuarial do regime e implicando no aumento do passivo do município, ademais de ser configurado como crime de apropriação indébita previdenciária.

Vale ressaltar, que todos esses fatos e valores foram questionados e comprovados também em Representação do Ministério da Previdência Social. Além disso, esses delitos já foram de-

nunciados pelo Ministério Público de Pernambuco (Processo nº 0005878-96.2016.8.17.0000 - 439078-1) em trâmite no TJPE por crime de responsabilidade do prefeito afastado, que seguramente perderá os seus direitos políticos e terá de ressarcir os enormes danos provocados ao erário.

E as irregularidades quanto ao IPSEG não param por aí, como será confirmado no FATO 12 adiante.

FATO 08

Negar execução a lei federal sobre o recolhimento de contribuição à Receita Federal

Novamente o relatório de auditoria do processo TCE-PE 1440080-7, concluiu que quanto à contribuição patronal, não houve o repasse integral à conta do INSS no valor R\$ 2.906.938,48.

A Lei Federal 8.212/92 é clara ao prever o dever de recolhimento à Receita Federal do Brasil, de valores devidos a título de contribuição patronal, tendo o descumprimento desse recolhimento gerado enorme passivo às contas do município, conforme já mencionado na parte do FATO 6.

No IPSEG, igual prática ocorria. Não havia recolhimento das contribuições



FATO 09

Fraude para afastar licitante de processo licitatório

O Processo Licitatório 012/2015 foi instaurado para conduzir a Concorrência 01/2015, cujo objetivo era a contratação de empresa para realizar o recolhimento do lixo urbano e a operacionalização do aterro sanitário.

No bojo da citada concorrência, a única empresa a apresentar proposta foi a CONSTRUTORA BRASFORT ENGENHARIA LTDA-EPP, CNPJ 07.535.063/0001-91. Conforme pesquisa realizada pelo TCE-PE, esta empresa é detentora de relativo conceito, prestando o mesmo serviço em outros municípios e para outras empresas privadas de grande porte em Pernambuco.

Apesar de atender as exigências do edital no tocante a habilitação e ter apresentado uma proposta dentro dos valores de mercado (segundo constatação do TCE-PE) a gestão do Requerente passou a adotar comportamento estranho e não usual, dificultando/retardando a assinatura do contrato de prestação de serviços por essa empresa.

Ultrapassado o prazo de validade da proposta sem a convocação da empresa para a assinatura do contrato, a empresa vencedora manifestou-se no sentido de não mais ter interesse em contratar com o município de Gravata.

Tudo para que continuasse a prática de sucessivos contratos emergenciais superfaturados por dispensa de licitação, irregularidade sanada

pela Intervenção com a assinatura de contrato vantajoso decorrente de processo licitatório com ampla publicidade e concorrência.

FATO 10

Nova dispensa indevida de licitação para contratar empresa de recolhimento de lixo e operação de aterro sanitário

Ultrapassado o prazo da proposta sem que o Município convocasse a empresa vencedora para que assinasse o contrato, e após a manifestação da empresa BRASFORT em desistir de contratar com essa edilidade, no dia seguinte àquela manifestação de desistência, o ex-prefeito autorizou a abertura de procedimento de dispensa de licitação, demonstrando uma “estranha” velocidade, dada a morosidade no procedimento anterior.

Menos de uma semana depois o ex-prefeito, pessoalmente, homologou a dispensa de licitação com a empresa EDSERV LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS EIRELI, CNPJ 09.282.163/0001-89, na data de 29 de julho de 2015 e, surpreendentemente, no mesmo dia já assinou o contrato com a empresa. Ou seja, os mesmos atos que para empresa BRASFORT levaram meses e restaram inconclusivos, em menos de um dia, o prefeito conseguiu realizar com a empresa EDSERV.

Com efeito, esta escolha da empresa EDSERV, sem licitação, aparentemente foi direcionada

pelo prefeito afastado, conforme elementos colhidos no Relatório de Inteligência 07/2015 ASPIN/CCE/TCE-PE (setor de inteligência do TCE-PE) acostado aos autos da Representação Interventiva.

FATO 11

Ordenar despesa com pessoal não autorizada em lei complementar federal nos exercícios de 2013 e 2014

No tocante ao Poder Executivo Municipal, sabe-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em seu Art. 20, estabelece o limite de gasto com pessoal em 54% da receita corrente líquida.

Em detrimento disso, no primeiro quadrimestre de 2013, a gestão afastada comprometeu o percentual em 58,89%. No segundo quadrimestre do mesmo ano, aumentou os gastos, passando para 63,85% das receitas e no terceiro e último manteve o crescimento atingindo a marca de 66,65%. Em 2014, o percentual da despesa com pessoal continuou crescente, chegando-se ao mês de Agosto com o percentual de 67,03%. Concluiu-se o ano com um comprometimento de alarmantes 71,20%.

A gestão interventora, ao assumir, decidiu não aguardar inerte pela retomada da economia e passou a agir com firmeza na redução dos gastos com pessoal, já tendo, mesmo diante da crise, conquistando resultados expressivos, como pode ser melhor observado no tópico sobre despesa com pessoal desse relatório de gestão.

Contudo, vale ressaltar as medidas jurídicas tomadas visando o retorno do gasto com pessoal ao limite estabelecido na LRF. A gestão interventora inicialmente revogou o Decreto nº 021/2015 (concedia a gratificação de representação de gabinete), por intermédio do Decreto nº 41/2015 de 22 de Dezembro de 2015, bem como suspendeu o pagamento de qualquer verba indenizatória aos Secretários Municipais.

Também, a gestão da Intervenção encaminhou à Câmara de Vereadores projeto convertido na Lei nº 3.688/2015 estabelecendo a reforma administrativa municipal, com a extinção de três secretarias e fixando os vencimentos dos cargos comissionados do Executivo Municipal com redução efetiva de 20% dos salários desses profissionais, inclusive do próprio interventor.

Além disso, a gestão da Intervenção estadual cuidou de publicar o Decreto nº 39/2015, que determinou o encerramento dos contratos temporários existentes, encarregando as Secretarias de realizar o correto dimensionamento da força de trabalho, autorizando a abertura de processos seletivos simplificados, mediante justificativa/caracterização do excepcional interesse público da contratação.

FATO 12

Gestão temerária de instituição financeira municipal

Prosseguindo com os desmandos que fundamentaram a Intervenção, deve-se destacar que,



o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Gravatá é considerado instituição financeira, na forma do art. 1º, caput, da Lei Federal 7.492, na medida em que é pessoa jurídica de direito público que tem como atividade principal a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros em moeda nacional.

Além dos fatos já narrados na parte do FATO 07 acima, outras irregularidades foram encontradas no regime próprio de previdência, caracterizando a gestão temerária dessa instituição e impedindo a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, que é emitido pelo Ministério da Previdência, sendo além de documento fundamental para que os servidores possam acompanhar a correta gestão dos recursos de sua aposentadoria pelo Município, instrumento indispensável ao recebimento de transferências voluntárias, empréstimos e demais operações de crédito.

Em razão da negligência da gestão do prefeito afastado e da ausência do referido Certificado, o Município encontrava-se prestes a perder os recursos do PNAFM (Programa Nacional de Apoio à gestão administrativa e fiscal dos municípios brasileiros) junto à União Federal – Ministério da Fazenda, através da Caixa Econômica da ordem de quase R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais).

Tais recursos têm como objeto a revisão do Plano Diretor, a confecção do Plano de Desenvolvimento Estratégico e a implantação da base

cartográfica e dos cadastros georreferenciados, instrumentos de gestão imprescindíveis à arrecadação, crescimento e desenvolvimento ordenado do Município de Gravatá, e que vinha sendo tratado com total desprezo pelo ex-gestor.

Diante dessa situação, a gestão interventora precisou agir rápido para conseguir emitir o CRP e evitar o prejuízo de perder esses valiosos investimentos que proporcionarão a esta edificação, crescimento e desenvolvimento ordenado e estratégico, tendo em apenas três meses conseguido a emissão do certificado e consequente continuidade e liberação dos recursos.

FATO 13

Falsificação pelo Prefeito de atestado no processo licitatório da obra do CAIC

Durante procedimento fiscalizatório de rotina, realizado pelo TCE-PE, verificou-se a emissão de dois termos de recebimento definitivo da obra do CAIC. O primeiro, lavrado em 24 de abril de 2015, assinado pelo Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos. O segundo emitido em 30 de junho de 2015, com o mesmo teor do primeiro, assinado pelo então prefeito do município de Gravatá.

Através de auditoria e de pesquisa de notícias na imprensa, percebeu-se que o prefeito assinou o termo de recebimento definitivo da obra, quando a mesma ainda não estava concluída,

incorrendo no tipo do Art. 297 do Código Penal e novamente em improbidade administrativa.

FATO 14

Atestados indevidos de execução de obras realizadas através de convênio federal

Em relatório de auditoria realizado pelo TCE-PE, o qual fiscalizou obras sobre pavimentação de ruas no entorno do parque da cidade e recapeamento asfáltico em vias da sede do Município, constatou-se que diversos boletins de medição eram atestados e pagos sem a devida execução dos serviços contratados. Vale destacar que referidas práticas eram comuns na gestão do prefeito afastado, onde a gestão interventora se deparou com outras obras inacabadas as quais tiveram o ateste e o respectivo pagamento sem a conclusão total do objeto contratado.

Ademais, quanto as irregularidades descritas acima, foram elaboradas diversas auditorias internas e posterior envio as órgãos de controle (Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual), a exemplo da notícia de fato nº 1.26.002.000282/2016-39, no âmbito do Ministério Público Federal, que resultou na instauração do inquérito civil nº 71/2016-MPF/PRM/CARUARU/1º OFÍCIO.



2. OUTRAS AÇÕES RELEVANTES

Além das ações referentes ao processo de Intervenção Estadual instituído pelo Tribunal de Contas do Estado, merecem destaque as ações judiciais executadas no período da Intervenção pela Procuradoria Geral do Município que se-guem abaixo.

REPASSE DO PARQUE ELÉTRICO PARA O MUNICÍPIO PELA CELPE

Em decorrência de resolução da ANEEL que obrigava as concessionárias de energia elétrica a repassarem a gestão dos parques energéticos para as prefeituras, assim que iniciou as atividades no município, a equipe interventora tratou de atuar sobre essa temática, escolhendo inclusive como meta prioritária do governo interventor.

Ao assumir a gestão da prefeitura, a gestão interventora observou que o parque elétrico de Gravata estava sucateado e que se houvesse o repasse do mesmo da Celpe para a prefeitura isso incorreria em grande prejuízo para a gestão municipal. Assim, o município protocolou ação judicial na justiça federal pleiteando assumir o parque elétrico apenas após a Celpe entregá-lo em condições de pleno funcionamento e com a devida manutenção. A decisão da ação judicial foi em prol do município, ficando a cargo da Celpe a manutenção do parque, o que ainda não foi concluído.

Ainda, durante a realização do estudo sobre

as condições do parque elétrico do município, a prefeitura identificou que o município estava pagando a energia elétrica de áreas internas de alguns condomínios. Por essa razão, a procuradoria geral do município ajuizou ação pleiteando de forma liminar, através de antecipação de tutela, o não pagamento desses pontos de energia e a respectiva assunção do referido pagamento por parte dos condomínios. A ação encontra-se pendente de julgamento.

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA (TAC) COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Quando da chegada da gestão interventora foi identificado que havia um TAC firmado em 2014 com o Ministério Público do Trabalho devido ao descumprimento de itens necessários para o ambiente de trabalho no Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa, estando, portanto, funcionando em desacordo às leis trabalhistas. Este TAC contemplava dezoito pontos e caso houvesse descumprimento, deveria ser paga uma multa de quarenta mil reais para cada item não executado.

Entretanto, a antiga gestão firmou o contrato, mas não teve o cuidado de fazer cumprir os ajustes necessários, o que acarretou em uma multa de R\$ 600 mil. Por mesma razão, o município também estava em via de sofrer bloqueio judicial pela execução desta multa.

Diante da situação, a nova gestão atuou junto

ao Ministério Público do Trabalho, solicitando um prazo de 30 dias para cumprir os itens firmados no TAC, o que foi concedido. Em seguida, a prefeitura comprovou que estava cumprindo todas as medidas e passou, então, a negociar o valor da multa, conseguindo reduzir de R\$ 600 mil para R\$ 20 mil. Esse valor já foi pago e está à disposição do Ministério Público do Trabalho.

REGULARIZAÇÃO DOS PERMISSO-NÁRIOS DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

Como forma de regularizar a precária relação encontrada entre o poder público municipal e os permissionários que utilizam os equipamentos públicos do município, a exemplo dos mercados públicos e quiosques, foi confeccionado instrumento legal de regularização dessa relação pela procuradoria municipal.

Foi feito um chamamento público, em que após a seleção foi firmado um termo de permissão, com duração de três anos, no qual os permissionários poderão exercer suas atividades nesses espaços públicos tendo a segurança jurídica necessária.

O termo confeccionado disciplina a utilização desses espaços, regulamentando a comercialização de produtos, a prestação de serviços, o tipo de publicidade que poderá ser realizada. Também, disciplina a forma de arrecadação das taxas administrativas envolvidas, antes feita em espécie e entregue aos fiscais municipais, agora feita através do Documento de Arrecadação

Municipal (DAM), emitido pela secretaria de finanças e planejamento do município.

DEFESA JURÍDICA DO REORDENAMENTO ESCOLAR

A procuradoria geral do município (PGM) foi a responsável pela defesa jurídica quanto à opção feita pela equipe interventora pela realização do reordenamento escolar. A secretaria de educação através de um planejamento pedagógico concluiu que a medida pedagógica mais coerente para melhoria do processo de ensino-aprendizagem do município e para corrigir situações como a existência de salas multiseriadas seria a realização do reordenamento escolar. Contudo, o Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE) contestou a atividade através de uma ação civil pública. Através da defesa apresentada pela PGM, o MPPE e o poder judiciário foram convencidos da necessidade e dos ganhos com a realização do reordenamento escolar. Nestes termos, o reordenamento seguiu e após quase um ano da sua efetivação é notório a melhora dos índices de aprendizagem, recebendo, inclusive, recolhimento de pais e professores.

EXECUÇÕES FISCAIS DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ

Em Janeiro de 2015, a Procuradoria Municipal através das informações levantadas junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPE, quanto às execuções fiscais do



Município de Gravatá, constatou a existência de 9451 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e um) processos, e mais outros em torno de 14.000 (quatorze mil) na distribuição do fórum da referida Comarca, ainda pendentes de ajuizamento.

A partir do dia 15 de Fevereiro de 2016, foi implementada Força Tarefa Especial para os fins de saneamento cartorário e agilização das ações de execução fiscal, denominado de Programa de Governança Diferenciada dos Executivos Fiscais. Até outubro de 2016, foram analisados em torno de 4.600 processos, resultando numa arrecadação de quase R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

Importante salientar que os maiores esforços foram concentrados no grande quantitativo de processos que estavam na fase inicial (pendente de despacho inicial para citação). Assim, requereu o Município as emendas das petições iniciais, citação do executado em um novo endereço e substituição da certidão de dívida ativa (CDA). Nesse contexto, também foram inúmeros os pedidos de desistência das ações em razão do pagamento da dívida pelo Contribuinte, e os pedidos de desistência referentes à troca de titularidade do cadastro imobiliário, que divergia do Executado nos autos, tornando-se impossível substituir as CDA's ou o Pólo Passivo, vez que a legislação veda tal medida.

ACÇÕES PARA O RESTABELECIMENTO DA ORDEM PÚBLICA NO MUNICÍPIO

Para o restabelecimento da **ordem pública** no

Município, vale destacar algumas medidas desenvolvidas como exemplo:

- 1) Decreto nº 36, de 18 de Novembro de 2015 revogando a delegação de poderes e condicionando quaisquer despesas à expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;
- 2) Decreto 37, de 26 de Novembro de 2015 que inaugurou estado de emergência neste Município e suspendeu o pagamento de todos os empenhos, contratos e convênios, com exceção de folha salarial, encargos e tributos, para análise quanto à legalidade das despesas;
- 3) Decreto 39, de 22 de Dezembro de 2015 que determinou o encerramento dos contratos temporários existentes, encarregando as Secretarias de realizar o correto dimensionamento da força de trabalho, autorizando a abertura de processos seletivos simplificados, mediante justificativa/caracterização do excepcional interesse público da contratação;
- 4) Decreto 40, de 22 de Dezembro de 2015 que convocou todos os servidores para um recadastramento funcional;
- 5) Decreto 41, de 22 de Dezembro de 2015 que vedou o pagamento de verbas de representação, e autorizou que a Controladoria Municipal realizasse auditoria na folha para identificação de valor pagos ou deduzidos indevidamente;
- 6) Decreto 42, de 22 de Dezembro de 2015 –

que dispõe acerca do horário de expediente, jornada de trabalho e controle de frequência;

7) Portaria PGM nº 001, de 15 de Dezembro de 2015 que estabeleceu diretrizes ao atendimento da legalidade nas licitações, contratos, convênios e congêneres

PRINCIPAIS PROJETOS DE LEIS E DECRETOS ELABORADOS

Para fazer frente a um vácuo legislativo existente em relação a leis que eram necessárias para disciplinar algumas áreas do município, foram elaborados projetos de leis e decretos conforme são apresentados abaixo:

1) Delimitação da área de segurança do perímetro de segurança escolar.

Lei Municipal nº 3696/2016. Esse projeto de lei foi aprovado pela Câmara Legislativa do município e sancionada pelo Interventor.

2) Regulamentação da insalubridade dos agentes comunitários de saúde e endemias.

Essa legislação já era prevista na lei orgânica do município, porém não era regulamentada. Nesses termos, foi enviado projeto de lei de nº 018/2016 à Câmara Municipal regulamentando o referido direito.

3) Regulamentação da Produtividade SUS e do PMAQ CEO

A Produtividade SUS refere-se ao Pagamento da produção dos profissionais da rede de saúde. Já

o PMAQ CEO corresponde ao incentivo do ministério da saúde específico para qualificação do serviço de especialidade odontológica.

Em termo de legislação, existia no município apenas a lei para a produtividade SUS, porém a mesma não era regulamentada. Assim, a procuradoria do município adequou as duas legislações, elaborando a minuta decreto de regulamentação da produtividade SUS e o projeto de lei nº 024/2016 e a minuta do decreto do PMAQ CEO.

4) Adequação dos salários dos professores ao piso nacional.

O projeto de lei nº 004/2016 foi enviado para Câmara Municipal e aguarda retorno para posterior sanção.

5) Elaboração de diversos projetos de leis dos Conselhos previstos para atuarem no âmbito municipal.

Diversos projetos de leis referentes ao funcionamento de Conselhos Municipais foram elaborados e enviados para à Câmara Municipal. Destaque para os Conselhos de Merenda Escolar, de Fiscalização do FUNDEB e o Conselho Municipal de Educação, que estavam desativados e foram reativados com a chegada da gestão interventora. Entretanto em relação a temática de conselhos municipais, informa-se que esta será melhor abordada no tópico sobre ações de transparência e controle social.



ACÇÕES DE CONTROLE DA DESPESA COM PESSOAL

Dentre os catorze fatos que levaram à proposição de intervenção estadual pelo Ministério Público de Contas está o comprometimento da receita corrente líquida com a despesa total de pessoal em índice de 72% no 1º quadrimestre/2015, conforme Relatório de Gestão Fiscal elaborado pela gestão com dados contábeis do município. Tal percentual encontrava-se muito acima do limite máximo de 54% prefigurado na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000), alínea b, inciso III, do artigo 20.

Contudo, mesmo acima dos limites legais, a gestão anterior não implementou as devidas ações previstas no artigo 169 da Constituição Federal ou mesmo do artigo 22 da LRF com vistas a reduzir o comprometimento, quer com a redução da despesa, quer com o incremento da receita do Município, aliando-se ao fato da grave recessão sistemática que passam os entes federativos em todas as suas instâncias.

Pelo contrário, mesmo após a divulgação dos resultados no Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2015, a despesa de pessoal apresenta uma tendência de elevação, o que evidenciou a necessidade do afastamento da gestão, por solicitação do próprio Tribunal de Contas do Estado:

No primeiro quadrimestre de 2013, a gestão já estava acima do limite em 58,89%. No segundo quadrimestre de 2013, aumentou os gastos, passando para 63,85% das receitas. O ano de 2013 foi encerrado com um montante de gastos de pessoal de 66,65%. De setembro a agosto de 2014, prosseguiu aumentando as despesas, resultando em um gasto de 67,03%. Fechou o ano de 2014 gastando alarmantes 71,20%. (Representação do Ministério Público de Contas)

Em seu pedido de representação, o Ministério Público de Contas indicou o cometimento de crime de improbidade administrativa consignado no inciso IX do artigo 10 da Lei Federal nº 8.429/1992, posto que a ação de ter aumentado a despesa e a omissão quanto às medidas de redução culminam em clara lesão ao erário e ao interesse público.

Ressalta-se que aliado ao aumento das despesas de pessoal, não foram verificadas ao longo dos últimos anos ações nas áreas fiscal e tributária ou mesmo de captação de recursos que fossem suficientemente eficazes a aumentar a arrecadação e descolar o comprometimento da receita do alarmante índice averiguado pela equipe técnica do TCE/PE.

Ademais, no momento da decretação da Intervenção, os servidores municipais encontravam-se em greve havia mais de 45 dias, o Município por diversos meses deixou de fazer as transferências da retenção da parte dos servidores aos Regimes Próprio e Geral de Previdência Social,

assim como deixou de fazer os pagamentos da parte do empregador aos mesmos institutos previdenciários, e não realizou a devida paga do mês de outubro/2015, nem mesmo o aporte referente à 2ª parcela do 13º salário dos servidores.

Tais fatos (descontos no FPM em razão de dívida previdenciária, falta de pagamento de salários e apropriação indébita) prejudicaram a saúde financeira do Município, tendo, inclusive, seus reflexos ao longo do presente exercício, a exemplo da necessidade de estabelecer como prioridade o pagamento da folha de funcionários em relação aos demais credores do município, os quais são pagos em seguida.

Some-se à situação de completo descontrole administrativo e financeiro no que diz respeito à gestão de folha de pagamento pessoal, o antigo Chefe do Executivo Municipal também deixou legado nocivo em Gravatá, comprometendo a sua liquidez perante servidores e credores e a boa fé administrativa.

2. MEDIDAS DE REDUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL

A gestão da intervenção estadual assumiu a Administração Municipal em 19 de novembro de 2015 e tem envidado os esforços necessários para a redução do limite de comprometimento da receita corrente líquida com a despesa total de pessoal.

Assim, com base na tabela de gasto com comissionados e CTD's referente aos exercícios de

2015 e 2016, a despesa de pessoal variável tem apresentado o seguinte comportamento até o mês de outubro de 2016 (último mês computado até a execução deste relatório):

	2015		2016	
	Comissionados	CTD	Comissionados	CTD
Totais	7.121.927,90	19.414.779,99	4.750.568,21	13.546.358,94
Jan	571.382,95	1.042.720,81	484.939,87	1.053.693,53
Fev	594.403,33	1.386.544,86	479.892,59	1.068.408,34
Mar	614.819,03	1.696.977,26	474.231,54	1.355.355,40
Abr	603.741,40	1.729.605,44	476.777,36	1.372.687,80
Mai	598.870,50	1.730.938,96	477.900,77	1.338.017,70
Jun	643.586,53	1.729.408,40	476.645,49	1.413.382,67
Jul	654.202,31	1.756.828,93	478.181,13	1.477.494,75
Ago	648.345,78	1.738.698,03	473.319,29	1.515.223,45
Set	607.747,18	1.737.842,19	465.341,39	1.498.313,20
Out	603.633,18	1.731.166,76	463.338,78	1.453.782,10
Nov	540.418,90	1.640.005,82	-	-
Dez	440.776,81	1.494.042,53	-	-

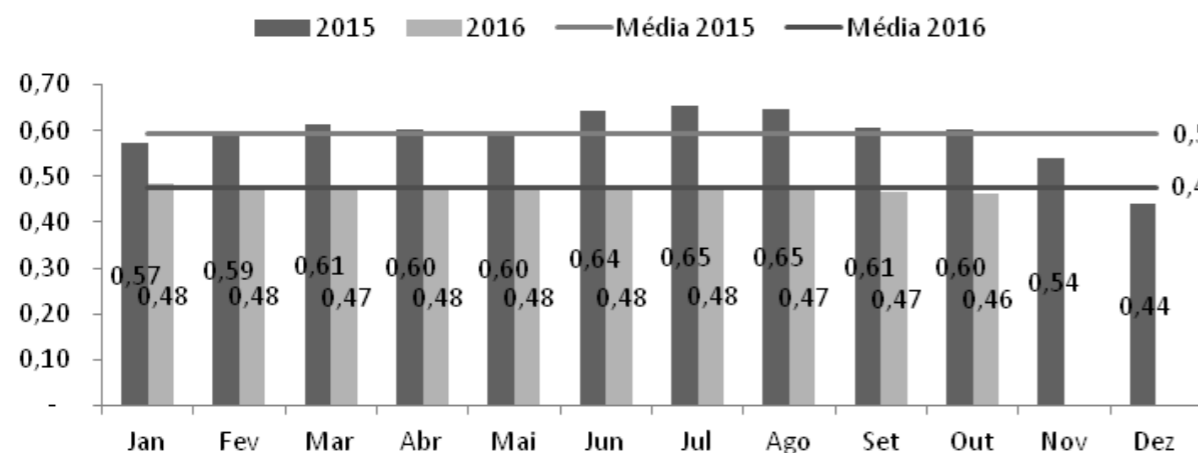
Conforme se observa há uma significativa diminuição nas despesas de pessoal a partir do mês de novembro de 2015 e os resultados obtidos com a redução se deram em razão da implementação das ações a seguir discriminadas.

2.1 REDUÇÃO DOS CUSTOS COM CARGOS COMISSIONADOS

O elevado custo com cargos comissionados durante a vigência da gestão afastada deve-se, tanto pelo quantitativo elevado de cargos distribuídos pelos órgãos e entidades da Administração, assim como em razão da concessão dos benefícios de Gratificação de Representação de Gabinete e de Verba Indenizatória aos Secretários Municipais.



Comissionados
(Valores em milhões)



A Representação de Gabinete (Decreto nº 21/2015) previa o pagamento de complemento salarial aos comissionados que exercessem “funções de gabinete”, representando o órgão em relações internas ao Executivo Municipal.

Os valores eram gradativamente aplicados ao nível e extensão da representação, sendo concedidos percentuais que iam de 10% a até 150% dos vencimentos dos cargos.

Apesar de haver previsão no Decreto de concessão aos servidores efetivos, apenas os servidores comissionados gozavam de tal benefício, conforme se observam em relatórios extraídos do sistema de recursos humanos.

Também, os critérios estipulados no Decreto em comento tinham o cunho meramente subjetivo, ficando ao julgo do gestor municipal, de acordo com o seu próprio entendimento, definir em qual dos perfis o servidor se enquadrava e a qual percentual faria jus.

Somente essa gratificação no ano de 2015 ocasionou um dispêndio de mais de R\$ 476 mil para os cofres municipais, chegando a ser pagos por vezes benefícios de até R\$ 4.500,00 mensais aos servidores.

Além disso, foi editada a Lei nº 3.639/2013, que concedia “verba indenizatória” exclusivamente aos Secretários Municipais em valores que variavam de R\$2.000,00 a R\$6.000,00, que seriam distribuídos por intermédio de avaliação de critérios subjetivos pelo gestor municipal, supostamente para arcar com despesas administrativas de deslocamento, alimentação e moradia, por exemplo.

Cabe salientar que a verba indenizatória custou ao erário do Município somente no ano de 2015 mais de R\$ 300 mil.

Desde a assunção da gestão interventora houve preocupação com a redução dos custos com cargos comissionados no Município, tendo em

vista a necessidade de atender à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Inicialmente houve revogação do Decreto nº 21/2015, que concedia a gratificação de representação de gabinete, por intermédio do Decreto nº 41/2015, bem como a suspensão de pagamento de qualquer verba indenizatória aos Secretários Municipais.

A gestão da Intervenção encaminhou à Câmara de Vereadores projeto convertido na Lei nº 3.688/2015 estabelecendo a reforma administrativa municipal, com a extinção de 3 secretarias e fixando os vencimentos dos cargos comissionados do Executivo Municipal com redução efetiva de 20% dos salários desses profissionais.

Além disso, houve trabalho significativo sobre os quantitativos de cargos nas Secretarias, reduzindo-se de 208 (outubro/2015) para 163 (outubro/2016), representando uma razão de 21%.

Dessa forma, o custo com a folha de cargos comissionados foi diminuída de R\$ 603.633,18 (outubro/2015) para R\$ 463.338,78 (outubro/2016), o que representa uma redução de 23% dos gastos da gestão anterior.

Conforme se depreende do gráfico acima, percebe-se que em 2015, considerando o período da gestão afastada (de janeiro a outubro), houve uma média de custo com cargos comissionados que supera R\$ 614 mil mensais.

Já em se tratando da gestão da Intervenção, após a adoção das medidas de redução de custos com cargos comissionados, a média mensal

no ano de 2016 (janeiro a outubro) foi de R\$ 475 mil por mês.

Somente a diferença entre as médias anuais, representa economia de aproximadamente R\$ 1,63 milhão em 12 meses.

2.2 REDUÇÃO DOS CUSTOS COM CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO

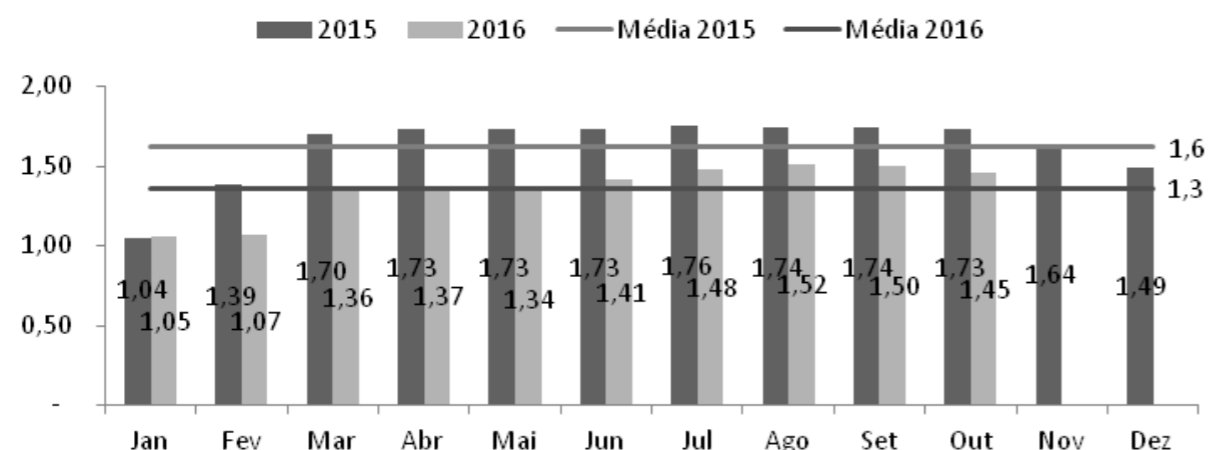
Há muitos anos o Município de Gravatá não realiza concurso público para provimento de cargos efetivos, tendo sido o último realizado em 2008, apesar da necessidade vívida de pessoal e de oxigenação dos quadros existentes, além da necessidade de consolidação e perpetuidade de políticas públicas efetivas advindas da continuidade da prestação dos serviços e profissionalização dos quadros.

A fim de efetivar uma boa prestação dos serviços à população, as funções deficitárias de pessoal vêm sendo preenchidas por meio da contratação de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

Entretanto, o que se observa é que na verdade a permissão constitucional sempre fora utilizada para além das prerrogativas normativas, servindo como meio de distribuição de empregos, sem perfilar-se aos ditames legais e sem observância do preceito constitucional do provimento de cargos por meio de concursos públicos, burlando assim o inciso II do artigo 37 da CF de 1988.



**Contrato por Tempo Determinado
(Valores em milhões)**



Fora observado pela gestão interventora que o Município possuía um elevado número de contratos por tempo determinado, tendo chegado, por exemplo, no mês de setembro/2015 a 1.006 profissionais em folha de pagamento.

Além do quantitativo superestimado de contratos por tempo determinado, foi possível identificar que em momento algum a gestão afastada realizou processo seletivo simplificado, conforme mandamento legal, doutrinário e jurisprudencial, afastando dessa forma a ampla concorrência, a impessoalidade, a publicidade, bem como a moralidade e legalidade das contratações.

A Lei Municipal nº 2.971/2001 autoriza a contratação temporária de pessoal para atendimento de situações de excepcional interesse público, no entanto não observa alguns dos ditames da praxe legislativa e jurídica, como por exemplo a previsão de seleção pública simplificada.

Apesar disso, não foi verificado o cumprimento

nem mesmo dos critérios e requisitos mínimos aludidos na retromencionada norma, posto que não havia a exposição de motivos para a contratação excepcional, o enquadramento nas situações excepcionais que pudessem ensejar a inobservância da regra do concurso público, nem a ampla divulgação desses instrumentos.

Outrossim, não é possível encontrar em que momento se fazia a caracterização da necessidade temporária de excepcional interesse público, nem mesmo um arrojado, parecer ou mesmo ato normativo do Chefe do Executivo autorizando as contratações em voga àquela época.

Também foi verificado que havia uma distribuição desordenada dos contratados pelos órgãos e entidades, assim como os cargos comissionados, em que eram lotados em determinada Secretaria, mas exerciam suas funções em outra, incorrendo muitas vezes em desvio de função.

Além disso, existe um incontável quantitativo de

contratos arquivados na Secretaria de Administração que não possuem a assinatura do Secretário correspondente à pasta, denotando a ausência de regular procedimento de contratação.

Diante de tudo isso, a gestão da Intervenção estadual cuidou de publicar o Decreto nº 39/2015, que determinou o encerramento dos contratos temporários existentes, encarregando as Secretarias de realizar o correto dimensionamento da força de trabalho, autorizando a abertura de processos seletivos simplificados, além da caracterização do excepcional interesse público em cada caso.

Ao todo, entre janeiro e julho de 2016, foram realizados 6 processos seletivos para atendimento urgente de demandas de profissionais nas Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Turismo, Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável.

Todas as seleções públicas simplificadas observaram os preceitos fundamentais que regem a matéria, com ampla divulgação das seleções no site da Prefeitura e quadros de avisos, análise curricular e documental com a exigência de cumprimento de critérios estritamente objetivos, reserva de 10% das vagas para pessoas com deficiência, observância dos requisitos básicos à investidura, publicidade dos resultados, oportunidade de recursos, assinatura dos contratos, dentre outros itens observados nos respectivos editais.

Por meio de levantamento factual das reais necessidades de profissionais em cada área, os

quantitativos de funções nas Secretarias foi reduzido de 1.000 (outubro/2015) para 828 (outubro/2016), representando uma razão de 17%.

Os custos com contratos temporários foram reduzidos de R\$ 1.731.166,76 (outubro/2015) para R\$ 1.453.782,1 (outubro/2016), o que representa redução de 16%.

Considerando o gráfico da página anterior, percebe-se que em 2015, durante o período da gestão afastada (de janeiro a outubro), houve uma média de custo com contratos por tempo determinado superior a R\$ 1,63 milhão mensal.

Já em se tratando da gestão da Intervenção, após a adoção das medidas de redução de custos com contratos temporários, a média mensal no ano de 2016 (janeiro a outubro) foi de R\$ 1,35 milhão por mês.

Somente a diferença entre as médias anuais, representa economia de aproximadamente R\$ 3,15 milhões em 12 meses.

2.3 VEDAÇÃO DE PAGAMENTO DE HORAS-EXTRAS

O Município não realizava controle de pagamento de horas-extras, sendo estas requeridas pelos servidores e concedidas pelas Secretarias Municipais, sem critérios definidos, por vezes como forma de complemento de salários, conforme informações posteriores dos próprios servidores.

Somente no **ano de 2015** o custo com horas extras foi de R\$ 640 mil, o que representava uma



média mensal de R\$ 53 mil.

Com a publicação do Decreto nº 42 em dezembro de 2015, a intervenção restringiu o pagamento de horas-extras, conforme artigo 22 da LRF, o que reduziu a **média de horas-extras para R\$ 2.167,00 em 2016**, representando a expectativa de economia de R\$ 577 mil no ano em curso, ou seja, redução de 90% do custo.

3. OUTRAS MEDIDAS EM DESTAQUE

Além das medidas direcionadas à redução da despesa de pessoal, outras ações tiveram que ser realizadas para correção e/ou ajuste de problemas identificados em material de despesa com pessoal. Entre elas, merecem destaque as ações que se seguem abaixo:

3.1 PAGAMENTO DO SALÁRIO DE OUTUBRO/2015

Quando da assunção da equipe interventora, em 19/11/15, avizinhand-se o mês de dezembro/2015, os servidores públicos de Gravata encontravam-se em estado de greve, dentre outras razões pelo não pagamento dos salários referentes ao mês de outubro/2015.

Por falta de saldo suficiente nas contas bancárias do Município e em razão dos reiterados descontos havidos nas parcelas decenais do Fundo de Participação dos Municípios, por razão de não pagamento do INSS, não havia condições de arcar imediatamente com os custos daquela folha, que somava aproximadamente R\$ 6,7 milhões.

Dessa forma, em negociação com os Sindicatos e servidores, a Intervenção apresentou proposta e realizou o pagamento em duas parcelas, sendo a primeira no mês de dezembro/2015 e a segunda em janeiro/2016.

3.2. PAGAMENTO DA 2ª PARCELA DO 13º SALÁRIO DE 2015

A gestão afastada havia realizado o pagamento da 1ª parcela do 13º salário de 2015 aos servidores efetivos em junho daquele ano, no entanto, deixou de realizar reserva de valores referentes ao duodécimo mensal para provisionamento da folha de pagamento a fim de garantir a referida gratificação natalina em sua segunda parcela.

Identicamente, por ausência de recursos financeiros suficientes, a gestão interventora mais uma vez teve que propor aos Sindicatos representantes das categorias profissionais o parcelamento de salários, dessa vez em 10 vezes, corrigidas mensalmente, ao longo do ano de 2016.

3.3 INSTITUIÇÃO DA MESA GERAL DE NEGOCIAÇÕES COM OS SERVIDORES

Além dos problemas acima discorridos, foi relatado pelos Sindicatos representantes dos servidores do Município que a gestão não os atendia e o clima era bastante conflituoso, havendo judicialização de diversas matérias, promovendo ainda mais o acirramento dos ânimos de ambos os lados.

Dada a experiência do Estado, em 2 de fevereiro de 2016 fora assinado o Decreto Municipal nº 005, instituindo a Mesa Geral de Negociações

a ser realizada mensalmente entre gestão e entidades sindicais a fim de dar transparência e estabelecer um vetor de negociação, promover a democratização das relações de trabalho e a valorização dos servidores públicos.

Além disso, foram previstas as Mesas Setoriais de Negociação, que tratariam especificamente dos pleitos referentes a cada categoria profissional ou Secretaria.

Dessa forma, já foram realizadas 12 reuniões ordinárias da Mesa Geral e diversas reuniões setoriais nas Secretarias de Saúde e de Educação e na Guarda Municipal.

Tal ação foi de suma importância para estabelecer um vínculo entre gestão e servidores, dar publicidade das ações realizadas pela Intervenção e da situação financeira municipal e avançar em alguns dos pleitos das categorias.

4. RESULTADOS OBTIDOS.

Conforme demonstrado anteriormente, com ações básicas determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Constituição Federal, foi possível reduzir a despesa de pessoal de uma média de R\$ 6,19 milhões em 2015 para R\$ 5,60 milhões em 2016, quando observado o comportamento da despesa em comparação ao último mês da gestão afastada (outubro/2015).

É possível concluir, conforme gráfico ao lado, que a gestão do Prefeito afastado não quis ou nem ao menos tentou realizar a redução de gastos com pessoal a fim de adequar-se aos limites

legais e constitucionais, tendo em vista que o implemento de tais ações pela gestão interventora já teve o condão de propiciar maior fôlego financeiro para o adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, assim como da vida administrativa, além da tentativa de adequação às determinações legais.

Frise-se que todas as providências adotadas pela administração interventora mantiveram sempre o prumo focado na boa prestação dos serviços públicos essenciais de forma a não ocasionar a solução de continuidade em razão do princípio da primazia do interesse público e em atenção irrestrita ao princípio da eficiência prefigurado no artigo 37 do texto constitucional.

A redução dos quadros de pessoal além da implementada pode comprometer em muito o andamento dos serviços especificamente das áreas de educação, saúde e segurança pública, apesar de os quantitativos e custos com pessoal variável estarem sob análise contínua e criteriosa das equipes setoriais e assim que mostrar-se oportuno, novas reduções poderão ser realizadas.

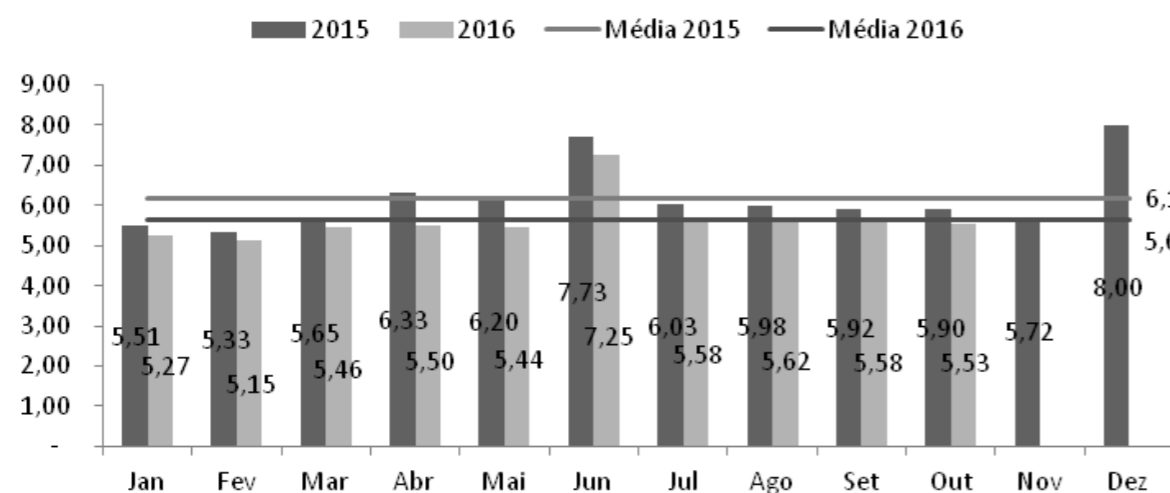
Cumprir ressaltar que, além da folha de pagamentos corrente, a gestão da Intervenção Estadual tem cumprido com todas as obrigações correntes previdenciárias, encontrando-se em dia perante os institutos dos Regimes Geral e Próprio de Previdência Social, inclusive não mais incorrendo em multa e juros por atrasos.

Também foi saldado o débito salarial referente ao mês de outubro/2015 de todos os servido-



PERÍODO	COMISSIONADOS		CTD		ECONOMIA TOTAL
	Custo	Economia	Custo	Economia	
out/15	603.633,18	-	1.731.166,76	-	-
nov/15	540.418,90	63.214,28	1.640.005,82	91.160,94	154.375,22
dez/15	440.776,81	162.856,37	1.494.042,53	237.124,23	399.980,60
jan/16	484.939,87	118.693,31	1.053.693,53	677.473,23	796.166,54
fev/16	479.892,59	123.740,59	1.068.408,34	662.758,42	786.499,01
mar/16	474.231,54	129.401,64	1.355.355,40	375.811,36	505.213,00
abr/16	476.777,36	126.855,82	1.372.687,80	358.478,96	485.334,78
mai/16	477.900,77	125.732,41	1.338.017,70	393.149,06	518.881,47
jun/16	476.645,49	126.987,69	1.413.382,67	317.784,09	444.771,78
jul/16	478.181,13	125.452,05	1.477.494,75	253.672,01	379.124,06
ago/16	473.319,29	130.313,89	1.515.223,45	215.943,31	346.257,20
set/16	465.341,39	138.291,79	1.498.313,20	232.853,56	371.145,35
out/16	463.338,78	140.294,40	1.453.782,10	277.384,66	417.679,06
		1.511.834,24		4.093.593,83	5.605.428,07

Despesa Total com Pessoal Ativo
(Valores em milhões)



res da administração municipal, assim como os valores referentes à 2ª parcela do 13º salário de 2015.

Concomitantemente à redução de despesas de pessoal, o Município envidou esforços no sentido de buscar aumentar a receita ao longo de 2016 e preparar o Município para retomar sua ascensão arrecadatória.

Dentre algumas ações convém destacar: realização de mutirão de execuções fiscais de processos judiciais que estavam sem os devidos títulos executivos exarados pelo Poder Judiciário, correções e recadastramento de imóveis do Município com vistas a arrecadar apropriadamente o IPTU, campanha de quitação de débitos perante o fisco municipal, dentre outras.

O resultado obtido no Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2016 aponta para um índice de comprometimento da receita na ordem de 65,66%, entretanto há que se ponderar que para o cálculo do comprometimento da Receita Corrente Líquida, o legislador determinou que fosse considerado o período referente aos doze meses anteriores à consolidação dos Relatórios de Gestão Fiscal.

O 1º quadrimestre de 2016 tem sob a égide interventora somente os meses de dezembro/2015 a abril/2016, ou seja, 7 meses ainda são referentes à desastrosa gestão dos gastos públicos e baixa arrecadação do Prefeito afastado e o 2º quadrimestre ainda quase 3 meses são referentes à antiga gestão.

Não há como supor que a gestão da Intervenção

Estadual não fora suficientemente eficaz para atender aos ditames da lei federal de responsabilidade, quando a assunção se deu exatamente no período de menor resultado na receita e maior despesa de pessoal.

Dessa forma, mediante apresentação dos esforços empregados para melhorar a gestão fiscal do município, é possível apresentar uma comparação entre os resultados do indicador de limite de despesa com pessoal entre os anos de 2015 e 2016.



2015. Conforme o decorrer dos meses, a participação dos resultados da gestão da interventora no cômputo do cálculo do indicador, que considera os valores do mês de referência mais os 11 meses anteriores, aumenta.

Assim, é possível computar um percentual de 60,08% no mês de outubro de 2016, resultado melhor que o demonstrado no final do ano de 2015 (67,21%) e no mês de outubro de 2015 (70,08%) – último mês antes da Intervenção Estadual.

Por meio dos dados obtidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi possível realizar o levanta-



mento de 111 municípios pernambucanos, em um universo de 184, que apresentaram os percentuais de limite de despesa de pessoal no 2º quadrimestre de 2016.

Foi possível proceder a uma análise comparativa do indicador de limite de despesa de pessoal do município de Gravatá com a média dos municípios de Pernambuco.

Observa-se por meio do gráfico ao lado que há uma tendência de estabilização do percentual de despesa com pessoal em relação à média

dos municípios pernambucanos.

No 2º quadrimestre de 2016, a média percentual apresentada foi de 58,89%. Ou seja, apenas 4,89% acima do limite legal de 54%.

Ao observar as tendências, é possível inferir que no final de 2016 Gravatá estará com um percentual de despesa de pessoal muito próxima da média dos municípios de Pernambuco, ou até melhor. Situação essa que não é vista em nenhum momento desde 2011, conforme o gráfico demonstra.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante do exposto, fica evidenciado que a Intervenção Estadual em Gravatá imprime esforço para balancear a responsabilidade fiscal e a responsabilidade de prestar os serviços públicos em um patamar adequado mesmo em meio a crise econômica. Embora a projeção para o final do ano de 2016 seja superior ao limite legal permitido pela LRF, ocorre uma redução dos per-

centuais de despesa com pessoal em tendência contrária aos outros municípios pernambucanos.

Até o final de 2016 permanecerá de forma contínua a vigilância sobre o percentual. Assim, espera-se que a projeção para dezembro de 2016 se concretize ou apresente melhor resultado.



LICITAÇÕES E CONTRATOS

Um dos principais fundamentos para a decretação da Intervenção Estadual foram as graves irregularidades na contratação de terceiros para realizar o serviço de limpeza urbana no município. Contudo, ao iniciar os trabalhos a equipe interventora se deparou com outras irregularidades em matéria de licitações e contratos. Assim, abaixo segue o resumo da atuação intervencionista em relação aos certames licitatórios no município.

Preliminarmente, é preciso ressaltar que os serviços do Município dependem da regularidade de suas contratações. Desta forma, para que não existisse uma paralisação completa e levasse a cidade a instauração de completo caos administrativo, foi preciso a realização de levantamento dos procedimentos e contratações existentes.

Quando a equipe da Intervenção chegou no Município, não havia nenhum setor que supervisionasse as atividades da Comissão Permanente de Licitação (CPL), do Pregoeiro da Secretaria de Saúde e nem mesmo um setor que elaborasse os Contratos, já que na estrutura da Prefeitura a Procuradoria do Município apenas vista o Contrato e não elabora o Termo Contratual.

Outra dificuldade do levantamento das demandas que estavam sendo executadas pelo Muni-

cípio, foi o fato da CPL e Pregoeiro não se comunicarem sobre suas atividades, uma vez que funcionavam em locais distintos e a faltava um setor específico para a elaboração dos Contratos e Atas decorrentes das contratações formalizadas pela CPL.

Desta forma, inicialmente, foi criado um setor para elaboração dos Contratos do Município, foi realocada a CPL e o Pregoeiro para a estrutura da Secretaria de Administração, ficando a cargo da Secretaria Executiva de Administração.

Por este motivo, foi dada uma atenção especial a área de licitações e contratos pela Intervenção que passou a analisar profundamente o tema em parceria/colaboração com o Tribunal de Contas Estadual.

1. REALIDADE ENCONTRADA

Quando a equipe da Intervenção analisou as licitações e os contratos firmados entre os diversos órgãos da Prefeitura Municipal e as empresas contratadas foram observadas as seguintes realidades:

1.1. CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA POR QUASE 03 (TRÊS) ANOS DE FORMA PRECÁRIA

O maior motivador do Processo de Intervenção Estadual no Município de Gravata foi a contratação irregular de empresa para prestação do serviço de limpeza urbana que, de forma injustificada, celebrou contrato por meio de dispensa.

Em auditoria realizada pelo TCE-PE, constatou-se que, a gestão afastada, iniciada em janeiro de 2013, até a data do pedido de intervenção (outubro de 2015), por quase 3 (três) anos, executou o serviço de limpeza urbana através de sucessivos contratos emergenciais por dispensa de licitação, escolhendo de forma discricionária a empresa contratada e a remuneração a ser paga por este serviço.

Ademais, constatou-se por aquela Corte de Contas que, até agosto de 2015, foram alocados R\$ 17 milhões na contraprestação desse serviço, valores estes não licitados e com fortes indícios de superfaturamento, conforme relatório de auditoria da equipe técnica de engenharia do TCE-PE nos autos do Processo nº 1404448-1.

Ao prefeito afastado, foram feitos vários alertas e recomendações para que corrigisse tais irregularidades e deflagra-se processo licitatório, todavia, ele ficou-se inerte, em desrespeito às mais básicas regras da Lei de Licitações.

Assim, este que é o contrato de fornecimento de maior valor do Município, impôs toda a atenção para que a Administração atingisse proposta mais vantajosa e firmasse um contrato decorrente de um processo licitatório limpo, legítimo, com ampla publicidade e concorrência.

Merece destaque o fato de que, a contratação celebrada pela gestão anterior, era extremamente onerosa aos cofres públicos, não atendia as necessidades do Município. Desta forma, foi observado que havia em curso uma Dispensa Emergencial. Processo nº 049/2015, Dispensa

nº007/2015, cuja contratada, a empresa ED-SERV LOCAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS EIRELI-ME, sofreu graves acusações no relatório do Ministério Público de contas.

Em virtude disso, a Administração no intuito de se acautelar, rescindiu o Contrato celebrado por meio de Dispensa com a empresa Edserv, celebrando nova Dispensa Emergencial, mais vantajosa economicamente, haja vista a essencialidade do serviço.

Após a medida, a administração voltou todos seus esforços para regularização do serviço e da contratação por meio de via legal. Verificou-se a existência de Processo de Concorrência em curso, paralisado por meio de um Mandado de Segurança, impetrado pela empresa Edserv. Considerando os inúmeros procedimentos recursais que tumultuaram o Processo de Concorrência, a Administração consultou o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco que, em resposta por meio do Ofício nº 00066/2016 TCE-PE/GC07 opinou pela revogação do Processo.

Assim, a Administração realizou novos estudos para elaboração de novo processo de licitação, fazendo os levantamentos necessários e adequados, sendo este procedimento integralmente acompanhado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Além do ganho econômico com a realização do Pregão, a contratação deste serviço finalmente foi normalizada através de Contrato decorrente de Pregão, o que a gestão afastada não realizou em 3 anos de atividade.



1.2. EMPRESAS PRESTANDO SERVIÇOS SEM CONTRATAÇÃO FORMALIZADA OU VIGÊNCIA EXPIRADA

Quando a equipe da intervenção chegou no município, foram encontradas vários problemas com as contratações municipais, dentre as quais a prestação de serviços sem contrato vigente ou prorrogado, por exemplo.

Foi o caso dos serviços de fornecimento de link de acesso à internet (Contrato PMG n. 107/2013), que teve contrato assinado em 25 de outubro de 2013 com vigência de 12 (doze) meses, contudo vinha sendo executado sem cobertura contratual.

Assim que a Intervenção tomou conhecimento, adotou as medidas administrativas necessárias para regularização imediata dos serviços e pagamento dos serviços atrasados do prestador de serviços, além da publicação da licitação através da modalidade Pregão para a definitiva resolução do problema.

1.3. CONTRATOS PRORROGADOS SEM ATENDIMENTO AOS PARÂMETROS LEGAIS

Outra realidade encontrada foi a existência de prorrogações de contratos de fornecimento parcelado de gêneros alimentícios (Contratos Administrativos n. 52/2014, 53/2014 e 54/2014) que tiveram as suas vigências prorrogadas, mas sem nenhuma previsão legal.

Some-se a isto, a falta de comprovação da vantajosidade na continuação dos contratos pelo fato de não terem sido realizadas pesquisas

mercadológicas no momento da prorrogação.

Sendo assim, esta Intervenção providenciou a imediata regularização do fornecimento e elaborou contratação para o objeto através de Pregão.

1.4. CONTRATAÇÕES REALIZADAS SEM AS FORMALIDADES LEGAIS

Durante a análise do Processo Licitatório n. 004/2015, Pregão Presencial n. 003/2015, que teve como objeto a aquisição de veículos tipo ambulância e veículos de pequeno porte 0 km, foi constatado a adjudicação do objeto (aquisição de ambulância) com valor acima do estimado pela licitação, mesmo a licitação tendo sido publicada com o critério de julgamento sendo menor preço por item.

Como se não bastasse tamanho absurdo, no procedimento licitatório não constam pesquisas mercadológicas feita pela Administração afastada que comprovasse o preço estimado da licitação, o que é de causar estranheza.

Absurdo maior é o fato da empresa FIORI VEICULO apresentar proposta acima do valor estimado durante a sessão e depois enviar resposta ao Ofício da Secretaria de Saúde ofertando outro veículo com características diversas para atender ao item relativo à ambulância.

Mesmo assim, a Secretaria de Saúde à época, adjudicou e homologou o veículo ofertado inicialmente pela empresa FIORI VEICULO mesmo estando R\$ 26.736,00 (vinte e seis mil, setecentos e trinta e seis reais) acima do valor estimado.

É responsabilidade do Pregoeiro a adjudicação do Pregão, conforme inciso XX do artigo 4 da lei n. 10.520/2002 e inciso IX do artigo 11 do Decreto n. 5.350/2005, contudo a Secretaria de Saúde adjudicou e homologou a licitação, mesmo sem nenhum recurso protocolado.

Consta nos autos o Termo de Encerramento assinado pelo Pregoeiro, o que comprova a ciência dos fatos de todo o Processo licitatório.

1.5. FALTA DE GESTÃO NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Na gestão afastada, a Comissão Permanente de Licitação - CPL era vinculada à Secretaria de Finanças e não possuía nenhuma gestão técnica das demandas que chegavam para serem contratadas nem planejamento das licitações para atender a todos os órgãos do município, além de elaborar as minutas contratuais.

Por isto, a Intervenção alocou servidores em um novo setor com a atribuição de elaborar os contratos trabalhando com harmonia com a CPL que foi realocada para a supervisão técnica da Secretaria Executiva de Administração, juntamente com o setor de contratos.

A partir daí, foi possível a realização de licitações planejadas e idealizadas para suprir de maneira eficiente, eficaz e efetiva às necessidades da Administração e tentar diminuir as necessidades dos munícipes que a tanto tempo necessitavam da assistência do Governo Municipal em um breve intervalo de tempo.

2. MEDIDAS CORRETIVAS

2.1 VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS MUNICIPAIS ATRAVÉS DA REFORMULAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Também foi necessário, em virtude dos procedimentos adotados, a reformulação da Comissão Permanente de Licitação.

Comprometida com a lisura de todos os procedimentos licitatórios, foi realizado processo seletivo simplificado interno voltado aos servidores de vínculo efetivo, em conformidade a determinação do art. 51 da Lei nº 8666/93.

Foi dada ampla divulgação ao procedimento, sendo enviados Ofícios Circulares aos gestores das pastas municipais além de divulgação no site da Prefeitura.

O processo de seleção simplificada compreendeu duas fases: análise curricular e entrevista, tendo se inscrito 09 (nove) servidores para o preenchimento de 02 (duas) vagas.

O processo de seleção simplificada logrou êxito ao seu final, reformulando a Comissão Permanente de Licitação.

2.2 REALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS

Tomando por base as informações prestadas pelos mapas de licitações do Município, é possível comparar o volume de processos licitatórios realizados pela Prefeitura no período da intervenção e período da gestão afastada.



É possível observar pelo quadro 1 que a gestão da Intervenção Estadual elevou enormemente o número de licitações no município. A gestão afastada de janeiro a novembro de 2015 realizou 43 procedimentos licitatórios. Já a Intervenção Estadual realizou de novembro de 2015 a novembro de 2016 112 procedimentos licitató-

rios. Isso representa uma elevação no número de procedimentos em 260%.

Outro dado que merece ser destacado é o aumento no número de pregões e a redução na quantidade de convites. O quadro 1 demonstra que a Intervenção elevou o número de pregões de 13 para 60. Isso representa uma elevação

Modalidades de Licitação	Durante a Intervenção (novembro de 2015 a novembro de 2016)	Gestão Afastada (janeiro de 2015 a novembro de 2015)
Dispensas	26	6
Pregões	60	13
Chamadas Públicas	5	0
Tomada de Preços	1	3
Adesões	19	0
Inexigibilidades	1	5
Concorrências	0	3
Convite	0	13
Total	112 Procedimentos	43 Procedimentos

Quadro 01 - Quantitativo de licitações

na ordem de 461%. Já o número de convites teve uma redução de 13 para 0, ou seja, foi abolida essa modalidade de licitação durante a intervenção. No que se refere às dispensas, o número se elevou em razão da necessidade emergencial de regularizar os serviços sem cobertura contratual que a gestão afastada deixou de herança. Esses números demonstram que a

Intervenção Estadual prezou pela probidade administrativa.

Acima segue o gráfico 1 com o retrato dos percentuais dos números de procedimentos licitatórios por modalidade de licitação, no período de Intervenção e período da gestão afastada.

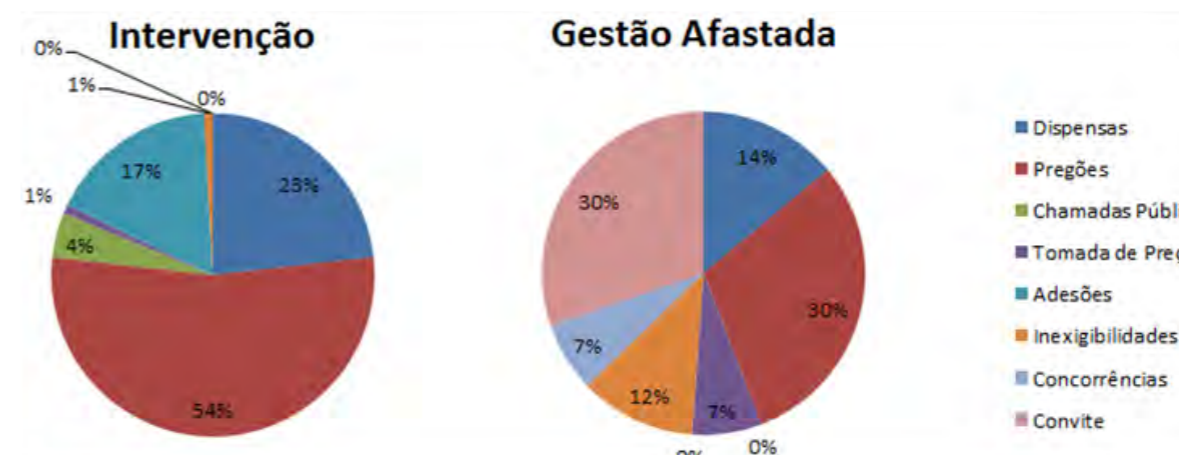


Gráfico 01 - Percentual de modalidades de licitação

2.3 ECONOMIA ESTIMADA COM AS LICITAÇÕES A PARTIR DA INTERVENÇÃO

Por meio do quadro 2, página seguinte, nota-se que durante o período da Intervenção Estadual, houve uma estimativa de contratações no valor de R\$ 30.825.870,78. Por conta das disputas ocasionadas pela concorrência gerada pela participação de grande número de licitantes, foi possível chegar a uma economia na ordem de R\$ 8.724.605,73, ocasionando um valor adjudicado de R\$ 22.101.265,05. Economia de 28,30% sobre o valor estimado. O grande número de li-

citantes nos processos licitatórios é justificado pela credibilidade que a Intervenção gerou em honrar com suas obrigações financeiras e a seriedade na condução das licitações por parte das equipes de trabalhos.

2.4 OBJETOS DESTAQUES DA ECONOMIA CONTRATUAL

Foram selecionados alguns objetos de licitação para comparar os valores contratados entre o período da Intervenção e da gestão afastada.

Quadro 2 - Economia entre valor estimado e adjudicado

*Levando em consideração as contratações públicas que tiveram disputa de preço (Pregões concluídos até 09/11/2016 e a Chamada Pública n. 002/2016)

VALOR ESTIMADO R\$	30.825.870,78
VALOR ADJUDICADO R\$	22.101.265,05
ECONOMIA	8.724.605,73 (28,30%)



Sendo assim, ao lado segue o quadro 3 com a comparação entre os períodos, cujos objetos são de caráter de prestação de serviço continuado.

Nota-se que as novas contratações apresentadas originaram um percentual total de economia contratual de 17,91%. Isso significa que em 12 meses os valores contratuais possibilitam uma economia de R\$ 1.754.436,16. Tendo em vista que esses contratos podem ser aditados por prazo no máximo de 60 meses (5 anos), o valor da economia passa a ser de R\$ 8.772.180,80.

No campo de fornecimento de material, também houve melhoria nos valores contratados. Ao lado segue o quadro 4 com a comparação

entre os períodos.

As novas contratações apresentadas originaram um percentual total de economia contratual de 18,15%. Isso significa que em 12 meses os valores contratuais possibilitam uma economia de R\$ 1.221.800,24. Tendo em vista que esses os contratos não podem ser prorrogados, não é possível estimar a economia para 60 meses (5 anos).

3 RESUMO DAS MEDIDAS CORRETIVAS

Diante da realidade encontrada, em suma, pode-se resumir que a Intervenção adotou as seguintes providências diante da realidade en-

OBJETO	VALOR CONTRATADO PELA INTERVENÇÃO	VALOR CONTRATADO PELA GESTÃO AFASTADA	ECONOMIA EM 12 MESES R\$	% DE ECONOMIA 12 MESES	ECONOMIA EM 60 MESES R\$
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS TRIBUTÁRIOS ¹	93.600,00	326.200,00	232.600,00	71,30	1.163.000,00
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E USADOS ²	1.298.136,00	2.350.005,24	1.051.869,24	44,76	5.259.346,20
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA ³	6.648.505,08	7.118.472,00	469.966,92	6,60	2.349.834,60
TOTAL	8.040.241,08	9.794.677,24	1.754.436,16	17,91	8.772.180,80

Quadro 3 - Economia entre objetos destaques de serviço continuado

¹ Objetos contratados por meio do Processo nº 014/2010 (aditado até 2015) e

Processo nº 026/2013 (aditamentos)

² Comparativo ao Processo nº 052/2013

³ Comparativo à Concorrência nº 001/2015 com os itens anuais

Quadro 4 - Economia entre objetos destaques de fornecimento de material

OBJETO	VALOR CONTRATADO PELA INTERVENÇÃO	VALOR CONTRATADO PELA GESTÃO AFASTADA	ECONOMIA EM 12 MESES R\$	% DE ECONOMIA 12 MESES
AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL PENSO ¹	4.699.408,50	5.628.365,87	928.957,37	16,50
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA ²	808.678,37	1.101.521,24	292.842,87	26,58
TOTAL	5.508.086,87	6.729.887,11	1.221.800,24	18,15

¹ Comparativo ao processo nº 027/2015

² Comparativo em relação ao processo nº 102/2013

contrada:

- Regularização da contratação dos serviços de limpeza urbana;
- Realização das contratações através de Pregão;
- Formalização legal das Contratações que estivessem com contrato fora da vigência;
- Formalização legal das Contratações que estivessem vigorando sem os parâmetros legais;
- Reformulação da Comissão Permanente de Licitação através de processo seletivo para ampla participação dos servidores públicos municipais;
- Planejamento e racionalização da despesa pública através das contratações públicas para atendimento das necessidades dos municípios e da Administração.
- Criação da Comissão Especial de Licitação,

através de processo seletivo para ampla participação dos servidores públicos municipais, exclusiva para processos da Sec. de Saúde e Educação.

- Não realização de certames licitatórios da modalidade Convite, cuja publicidade é bastante precária.

- Publicidade de Editais com verbas federais no Diário Oficial da União.

- Consolidação de um ambiente competitivo entre os fornecedores, motivado pela probidade na condução dos certames.



ACÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

Respalado no art. 37, §3º da Constituição Federal (Brasil, 1988), Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Brasil, LC nº 101/2000), Lei de Acesso à Informação - LAI (Brasil, Lei nº 12.527/2011) e na Lei Municipal de Controle Interno nº 3480/2009, este tópico do relatório traz informações gerenciais que contribuam para verificação do cumprimento das Leis supracitadas, no que trata especificamente de fiscalização, controle social e transparência pública.

Para tanto, são analisados os avanços conseguidos em transparência ativa e passiva no município e dados gerais da Ouvidoria Geral Municipal, sabendo que, além de cumprir obrigações legais, essas informações refletem as necessidades e anseios da população e devem subsidiar ações futuras que contribuam com o desenvolvimento do serviço público municipal e consequente desenvolvimento social municipal.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A iniciativa do órgão público de dar divulgação a informações de interesse geral ou coletivo, ainda que não tenha sido solicitada, é denominada de transparência ativa. Sendo assim, todos os órgãos públicos devem se esforçar para publicar o máximo de informações possíveis nos seus sítios eletrônicos na internet. A LRF em seus Ar-

tigos 48, 48A e 49 e a LAI em seus artigos 3º e 8º especificam um rol de informações que devem ser publicadas periodicamente pelos sítios de internet dos órgãos públicos. Assim sendo, respaldados nas leis supracitadas os órgãos de controle interno e externo prezam pela publicação de informações básicas na internet. Estes órgãos de controle avaliam periodicamente o conteúdo publicado a fim de averiguar e pontuar o nível de transparência pública de cada ente estadual ou municipal.

A fim de reforçar a transparência ativa e passiva no município de Gravatá, a Intervenção Estadual publicou o Decreto 70/2016 que regulamenta a Lei Federal de Acesso à Informação nº 12.527/2011, em harmonia com a Lei Estadual nº 14.804/2012 e dá outras providências tocantes ao funcionamento da Ouvidoria Geral do Município.

Além disso, foi feito um grande esforço para empoderar a população na realização do controle social por meio de criação de vários conselhos municipais, como poderá ser observado mais a frente neste documento.

2. TRANSPARÊNCIA ATIVA NO PERÍODO DE INTERVENÇÃO ESTADUAL NO MUNICÍPIO

O quadro 1, abaixo, mostra os diversos avanços conseguidos no novo Portal da Transparência, lançado em março de 2016, por meio da Intervenção Estadual no município (período entre 18/11/2015 a 31/12/2015).

Vale ressaltar que todos os pontos destacados não estavam sendo atendidos pelo Portal da Transparência existente anteriormente, o que deixou o município com uma pontuação baixa no índice geral de transparência divulgado pelo MPF em dezembro de 2015.

Quadro 1- Melhorias do Portal da Transparência		
Análise conforme espelho de avaliação do MPF.		
	Conforme avaliação do MPF, divulgada em 21/09/2015	atualizados até outubro de 2016
	Conforme avaliação do MPF, divulgada em 21/09/2015	atualizados até outubro de 2016
1.O ente possui informações sobre transparência na internet?	sim	Sim
2. O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	sim	Sim
3. Há informações sobre a receita nos últimos 6 meses, incluindo natureza, valor da previsão e valor arrecadado?	sim	Sim
4. As despesas apresentam dados dos últimos 6 meses contendo:		
Valor do empenho	sim	Sim
Valor da liquidação	sim	Sim
Favorecido	sim	Sim
Valor do pagamento	sim	Sim
5. O site apresenta dados nos últimos 6 meses contendo		
Íntegra dos editais de licitação	não	Sim
Resultado dos editais de licitação (vencedor é suficiente)	não	Sim
Contratos na íntegra	não	Sim



Quadro 1- Melhorias do Portal da Transparência Análise conforme espelho de avaliação do MPF.		
	Conforme avaliação do MPF, divulgada em 21/09/2015	atualizados até outubro de 2016
6. O ente divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 6 meses?		
Modalidade	sim	Sim
Data	sim	Sim
Valor	sim	Sim
Número/ano do edital	sim	Sim
Objeto	sim	Sim
7. O site apresenta		
A prestação de contas (relatório de gestão) anterior	sim	Sim
Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses	sim	Sim
Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses	sim	Sim
Relatório Estatístico Contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	não	Sim
8. O site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas de texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações?	não	Sim
9. Possibilidade de entrega de um pedido de acesso de forma presencial		
Existe indicação precisa no site de funcionamento de um SIC físico	Não	Sim
Há indicação do órgão	Não	Sim
Há indicação do endereço	Não	Sim
Há indicação do telefone	Não	Sim
Há indicação dos horários de funcionamento	Não	Sim
10. Há possibilidade de envio de pedido de informação de forma eletrônica (eSIC)?	sim	Sim
11. Apresenta possibilidade de acompanhamento do posterior da solicitação?	não	parcialmente atendido
12. A solicitação por meio do e-SIC é feita de forma fácil e simples sem a exigência de pelo menos um dos seguintes itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade?	sim	Sim

Quadro 1- Melhorias do Portal da Transparência Análise conforme espelho de avaliação do MPF.		
	Conforme avaliação do MPF, divulgada em 21/09/2015	atualizados até outubro de 2016
13. No site está disponibilizado o registro das competências e estrutura organizacional do ente?	sim	Sim
14. O portal disponibiliza endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público?	sim	sim
15. Há divulgação de remuneração individualizada por nome do agente público?	não	Sim
16. Há divulgação de diárias e passagens por nome de favorecido e constando data, destino, cargo e motivo da viagem	não	Sim

Em primeiro lugar, é importante observar que todas as informações existentes antes da criação do novo Portal da Transparência Municipal, foram mantidas e atualizadas conforme a necessidade de atualização.

Foram acrescentadas ao portal informações fundamentais para a transparência ativa da gestão municipal, entre elas informações sobre folha de pagamento de pessoal, onde é possível encontrar integralmente os valores pagos a todos os servidores municipais, incluindo os inativos.

Entre as atualizações do novo portal, vale ressaltar também, no quadro acima, o ponto 8 (oito), o qual trata diretamente de transparência na gestão financeira, receitas e despesas do município. Este ponto não era atendido no antigo portal e agora é atendido na íntegra. No novo portal é possível encontrar toda a receita e despesa do ano de 2016, atualizada em tempo real, conforme preconiza a LRF e suas atualizações. É importante esclarecer que devido a situação

política e financeira em que se encontra o município, não foi possível a contratação de empresa especializada no assunto transparência pública. A empresa que prestava o serviço anterior a intervenção não estava atendendo aos critérios básicos de transparência. Por esta razão, o atual Portal da Transparência Municipal está hospedado em um provedor gratuito na internet, o google sites. O novo Portal foi criado e atualizado pela Controladoria Geral Municipal e não gera custos adicionais ao município.

3. TRANSPARÊNCIA PASSIVA NO PERÍODO DE INTERVENÇÃO ESTADUAL NO MUNICÍPIO

A transparência passiva ocorre quando o cidadão solicita da administração pública informações de interesse geral ou coletivo. No entanto, não é comum na cultura do país o hábito de buscar informações públicas e também o de fornecer informações públicas. O mais comum é a cultura do sigilo, que trata a informação



pública como sendo de propriedade de um pequeno grupo de pessoas, como se a divulgação dessas informações oferecesse ameaça à administração ou às pessoas que dela fazem parte. Sendo assim, o cidadão que busca a informação é geralmente tratado com frieza, desdém ou até desconfiança.

Durante muito tempo no país esta cultura do sigilo prevaleceu e as regras de acesso à informação não estavam definidas. Esta situação dificultava a democracia e favorecia a proliferação da corrupção.

Contudo, a partir do ano de 2011, com a aprovação da Lei Federal nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, pode solicitar informações públicas dos órgãos e entidades. A obrigatoriedade de prestar as informações solicitadas está prevista especificamente no artigo 10 da LAI:

Art. 10. "Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida".

Sendo um país com mais de 500 anos e tendo uma LAI com apenas 5 anos, não é de se estranhar que o acesso à informação ainda não esteja na cultura do país. No município de Gravatá o quadro não é diferente, mesmo tendo um serviço de Ouvidoria do SUS e Ouvidoria Geral

funcionando há alguns anos, não existem dados organizados, para até o ano de 2015, que revelem as demandas do cidadão.

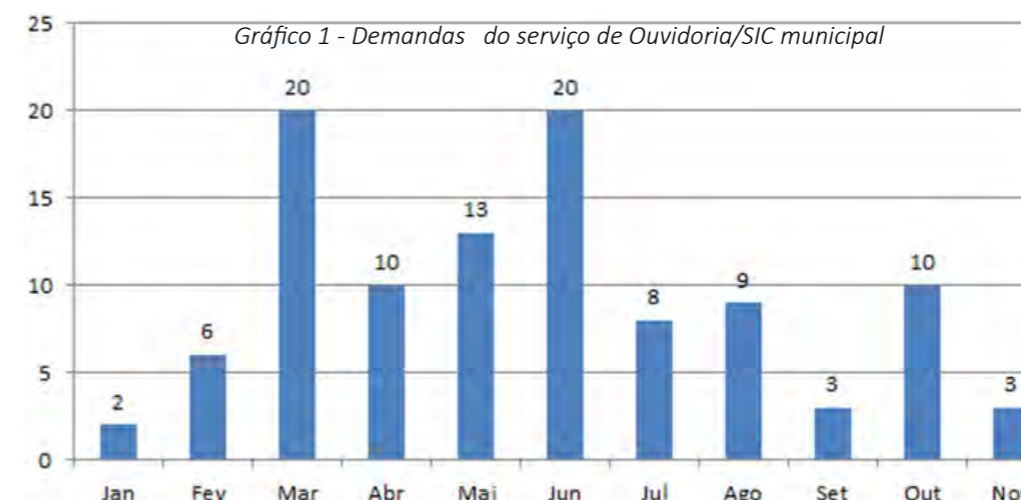
Para atender a esta questão, a partir da gestão da Intervenção Estadual foi disponibilizado no Portal da Transparencia o link "Ouvidoria/SIC", onde qualquer cidadão pode fazer reclamações, sugestões, denúncias, elogios e ainda solicitar informações que estejam sob cuidados da administração pública municipal. Também, está disponível à população a Ouvidoria Geral Municipal física, que oferece os mesmos serviços oferecidos pela ouvidoria do Portal da Transparencia.

Assim, ao receber essas demandas do cidadão a atual Ouvidoria passou a arquivar eletronicamente as informações, gerando um banco de dados contendo todas as informações da Ouvidoria/SIC que expressam as demandas dos cidadãos e revelam, ainda que timidamente, a caminhada do município da cultura do sigilo, rumo à cultura da transparência.

Dessa forma, a Ouvidoria Geral Municipal é mais que um intermediário entre a população e a administração municipal, ela torna-se um termômetro da satisfação do cidadão para o gestor, o qual deve compreender as diferentes formas de manifestação como anseios legítimos da população. Ainda, através da sua atuação reconhece os cidadãos como sujeitos de um sistema de direitos e as expectativas destes como pretensões qualificadas que servem de insumo para que o município possa decodificá-las em oportunidades de melhoria na administração.

Em relação aos resultados obtidos, pode-se observar através dos números de demandas do serviço de Ouvidoria/SIC municipal que a população ainda não se apropriou dessa impor-

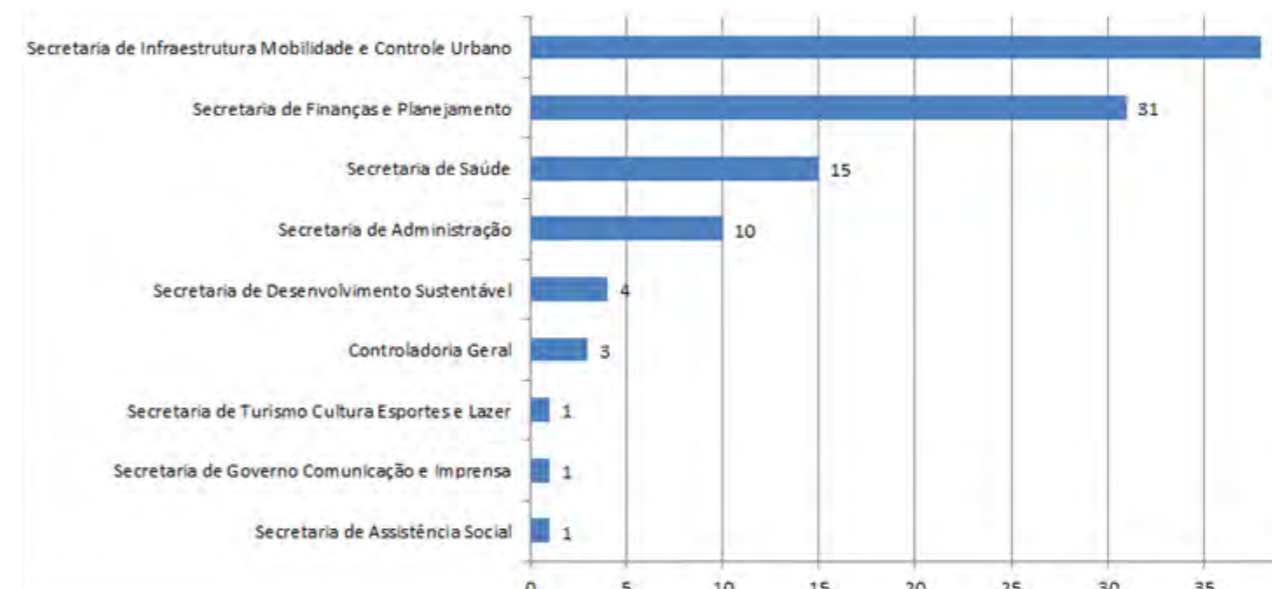
tante ferramenta de Controle Social. O gráfico 1 abaixo mostra o número de demandas recebidas durante o ano de 2016 a cada mês, até 07/11/2016.



O gráfico 2 abaixo mostra a quantidade de demandas recebidas por cada secretaria responsável. É possível observar que as secretarias mais demandadas foram a Secretaria de Infra-

estrutura Mobilidade e Controle Urbano, Secretaria de Finanças e Planejamento e Secretaria de Saúde.

Gráfico 2 - Demandas do serviço de Ouvidoria/SIC municipal por secretaria





Para melhor compreensão, as demandas recebidas foram detalhadas abaixo a fim de indicar quais problemas mais incomodaram os cidadãos que recorreram a Ouvidoria:

- A secretaria de Infraestrutura Mobilidade e Controle Urbano foi a mais demandada. Destaca-se entre as demandas recebidas por esta secretaria as reclamações referentes ao mau estado de conservação de ruas e estradas, iluminação pública e coleta de lixo, respectivamente nesta ordem por volume de demandas. Vale ressaltar, que estas demandas revelam o estado da infraestrutura do município deixada pela gestão anterior à intervenção: Falta total de manutenção nas ruas e estradas rurais e na iluminação pública.

- A segunda secretaria mais demandada foi a de Finanças e Planejamento. Entre as demandas recebidas para esta secretaria o maior volume foi referente ao pagamento do IPTU, principalmente de contribuintes que não residem no município e tentaram fazer o pagamento pela internet, com impressão de boletos e outros serviços que poderiam ter sido oferecidos ao contribuinte, "on line". Não havendo a prestação adequada do serviço o cidadão recorria a Ouvidoria para obter as informações necessárias.

- A terceira secretaria mais demandada foi a Secretaria de Saúde, esta recebeu demandas diversas como reclamação ou pedido de informação sobre a seleção simplificada da saúde, problema nos transportes de pacientes,

dificuldade de contatos telefônicos entre outros.

De forma ampla e conforme o gráfico 3, é possível observar que as manifestações são predominantemente de reclamação.

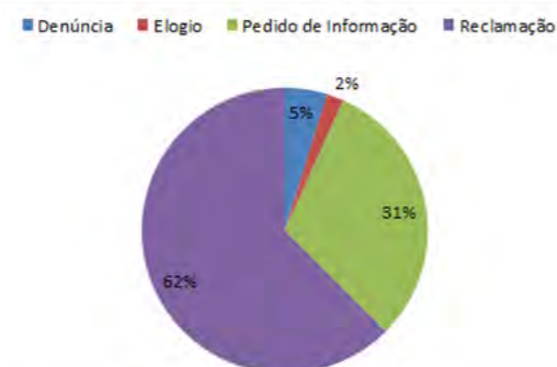


Gráfico 3 - Percentual de tipo de manifestação

4. CONSELHOS MUNICIPAIS

A fim de incentivar o controle social no município, a gestão interventora não mediu esforços para o pleno funcionamento dos conselhos municipais complementares à atividade da Administração Pública. Ao iniciar as atividades, diversas situações foram encontradas em relação à essa temática, entre elas: conselhos não instituídos, conselhos instituídos mas que não estavam funcionando, conselhos sem a devida regulamentação e falta de capacitação dos conselheiros.

Sendo assim, para em cada situação encontrada foi realizada a ação necessária para o desenvolvimento das atividades dos conselhos, a exemplo da elaboração de projetos de leis e decretos instituindo conselhos, da realização de eleições e da posse dos membros eleitos, da

realização de capacitações de conselheiros e da ativação de comissões.

Desta maneira, podem ser elencados como conselhos ativos no período da Intervenção Municipal, os seguintes conselhos municipais:

- Conselho Municipal de Segurança e Prevenção às Drogas;
- Conselho Municipal de Turismo;
- Conselho Municipal de Cultura;
- Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB - CACS FUNDEB;
- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho de Alimentação Escolar -CAE;
- Conselho Municipal de Saúde;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA;
- Conselho Fiscal do IPSEG;
- Conselho Administrativo do IPSEG;
- Comitê de Investimento;
- Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;
- Conselho de Meio Ambiente;
- Conselho Municipal de Esportes em implantação. A ser aprovado na Câmara.

Com isso, acredita-se que a população de Gravata se torna empoderada para realizar o controle social, exigindo dos gestores municipais melhores ações para atender as necessidades da sociedade.

Em resumo, ressalta-se que a transparência municipal e o incentivo ao controle social não são vias de mão única. É preciso que as atividades da gestão pública municipal sejam abertas à sociedade em todas suas etapas (elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação) e que a comunicação entre governo e o cidadão seja sempre disponível.

Ao empreender esforço nessa área, a Intervenção estadual no município mostrou que enxerga o controle social e a transparência como fatores positivos e que devem ser estimulados e entendidos como mecanismos de aprimoramento da gestão pública municipal.

CENÁRIO FISCAL DA INTERVENÇÃO



RECEITAS DO MUNICÍPIO

1. SITUAÇÃO ENCONTRADA

Ao iniciar as atividades da intervenção, a nova equipe financeira realizou uma detalhada análise das finanças do município e detectou muitas situações que necessitavam ser ajustadas, quando não corrigidas. Entre os aspectos analisados foram observados quesitos como desequilíbrio entre receitas e despesas, contas bancárias bloqueadas, ausência de registro de passivos expressivos do Município, contas a pagar em montante desproporcional a receita arrecadada, arrecadação de receitas próprias abaixo do potencial do Município.

Em termos de contas bancárias, foi observado que o município possuía aproximadamente 160 contas bancárias ativas, um número muito alto, o que dificultava uma boa gestão dessas contas. Ressalta-se que no momento da intervenção, todas essas contas estavam bloqueadas, sendo

Nesta seção serão discorridos os aspectos financeiros da Intervenção Estadual. No primeiro momento, serão abordados o estado das finanças municipal encontrado pela equipe interventora, as principais receitas e a arrecadação do município de Gravatá. Logo após, será exposta a análise das despesas realizadas e dos limites constitucionais de gastos com saúde, educação e pessoal.





o montante bloqueado em torno de R\$ 4,5 milhões. Deste valor, R\$ 2,9 milhões referiam-se a recursos com destinação específica, ou seja, só podiam ser utilizados em objetos específicos, conforme podemos observar do detalhamento a seguir:

TIPO DE CONTA	SALDO
Recursos vinculados	R\$ 2.974.088,86
Livre Movimentação	R\$ 962.623,95
Iluminação Pública	R\$ 35.802,67
Não Identificado	R\$ 152.105,36
Total	R\$ 4.540.854,01

Inicialmente, em 20 de novembro de 2015, a Procuradoria Geral do Município providenciou o desbloqueio de todas as contas bancárias. Em seguida, iniciou-se a identificação das contas bancárias passíveis de serem encerradas, as quais até o momento são em número de 100 contas bancárias.

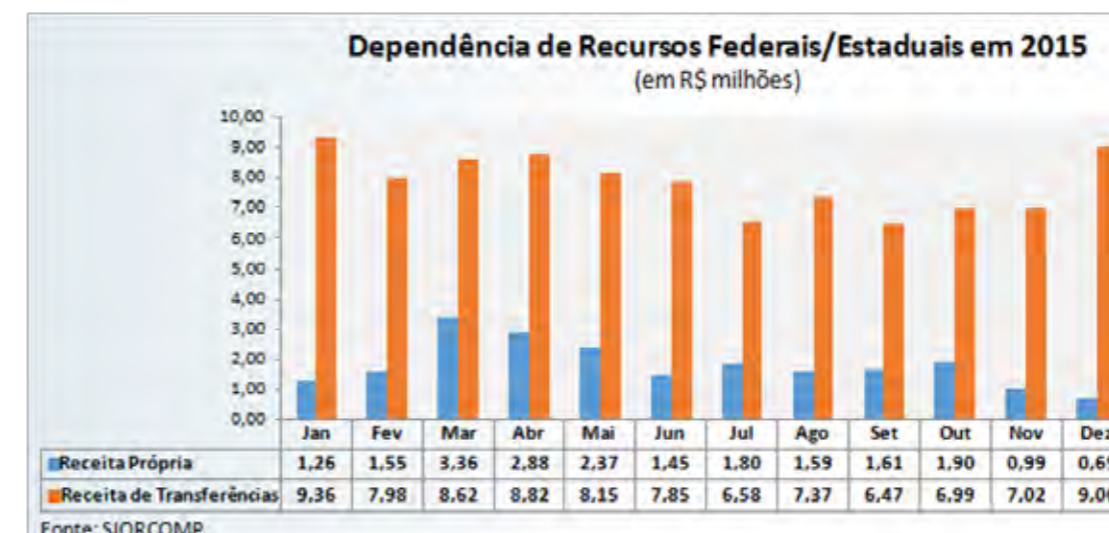
Outro aspecto a destacar é em relação à movimentação das contas bancárias. Estas ainda eram realizadas por meio de cheques. Este formato de movimentação permitiu que ocorressem extravios de cheques e utilização por terceiros no comércio de Gravatá. Para solucionar esta situação, a equipe intervencionista determinou que todas as movimentações financeiras do município deveriam ser realizadas por meio de transações eletrônicas e enviou ofício para todos os bancos informando que a prefeitura não realizaria mais pagamentos por meio de cheques. Além disso, a Procuradoria Geral do

Município adotou com as providências jurídicas cabíveis para este caso.

Referente ao passivo financeiro encontrado, o diagnóstico preliminar realizado no início da intervenção apontou para um débito em torno de R\$ 86,05 milhões, conforme detalhado na tabela.

Dívida Consolidada	Início da Intervenção
IPSEG – Dívida Fundada	8,49
INSS – Dívida Fundada	44,8
Consignados – Dívida Flutuante	4,2
Credores diversos – Dívida Flutuante	27,8
Termo de Ajuste de Conduta	0,76
Total	86,05
<i>Valores em R\$ milhões. Dívida composta com base em informações contábeis e extra contábeis obtidas no início da intervenção</i>	

Entretanto com o passar do tempo e aprimoramento da análise pode-se observar que algumas dívidas não tinham sido registradas na contabilidade do município, a exemplo da dívida oriunda de precatórios, da atualização das dívidas com a Receita Federal e com o IPSEG (dívidas previdenciárias nos dois casos) e das operações de crédito com o convênio PNAFM. Ainda, foi observado o registro indevido de restos a pagar não processados, os quais foram cancelados pela inexistência de comprovação da execução da despesa.



2. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO

No quesito cenário fiscal do município, um dos aspectos analisados pela equipe financeira da intervenção foi a composição das receitas do município. Para isso, foram utilizados como parâmetros os valores arrecadados em 2015. Assim, constata-se a alta dependência do município de transferências de recursos federais e estaduais na composição da sua arrecadação, fato comum entre os municípios brasileiros.

Entre as fontes de receitas próprias, a principal é a tributária (IPTU, ISS, ITBI, IRRF, etc), representando algo em torno de 83% das receitas próprias. Logo em seguida aparecem as receitas de contribuições e a receita patrimonial, essas em percentual muito abaixo do que as tributárias. Contudo, no conjunto das receitas do município, as receitas próprias não chegam a 10% das receitas de transferência.

Soma-se a esse panorama municipal de dependência de recursos de transferência, o cenário

econômico do país de deterioração da economia nacional, com contratação do PIB prevista em 3,30% em 2016 e inflação acima dos dois dígitos, de acordo com o Banco Central. Em consequência, os entes subnacionais têm que, naturalmente, promover seus próprios ajustes e é neste cenário econômico adverso que a gestão interventora empreendeu os esforços necessários à promoção do equilíbrio entre receita e despesa.

Destaca-se que o município de Gravatá, desde o início da intervenção, promoveu ações definidas no âmbito de um ajuste fiscal, que abarcava entre seus pilares os seguintes pontos: a) Não concessão de reajuste ao funcionalismo; b) Fixação de datas mais alongadas para pagamento de fornecedores; c) Reforma administrativa no poder executivo municipal, com diminuição de secretarias; d) Foco na cobrança judicial de créditos tributários; e) Certames licitatórios com foco na redução de despesas; f) Provisionamento de recursos para pagamento do 13º salário;



g) Estímulo para pagamento dos impostos e taxas municipais com a concessão de descontos nos juros e multas; e h) Captação de recursos junto aos governos estadual e federal.

3. ARRECADAÇÃO

Apesar do contexto econômico acima relatado, o panorama fiscal do município em 2016, acumulado até o período de outubro de 2016, demonstrou-se positivo na maioria dos itens de receitas orçamentárias. A receita orçamentária acumulada até esse período cresceu nominalmente 16,7% (cerca de R\$ 15,76 milhões) em comparação ao mesmo período em 2015. Isso representa um crescimento acima da inflação, que no período foi de 8,48% conforme o IPCA.

Nesse sentido é importante destacar o trabalho da equipe de intervenção. Esta, não mediu esforços em busca do aumento da arrecadação municipal. Desenvolveu, ao longo da gestão, ações para correção das fragilidades na cobrança de impostos e taxas municipais, além de promover alternativas para aumento das receitas

próprias. Entretanto, é importante frisar que o resultado da atuação empreendidas pela equipe só poderá ser observado em grande vulto a partir de 2017.

Entre as fragilidades encontradas destacavam-se a desatualização cadastral dos imóveis existentes em Gravatá, o elevado número de pedidos de revisão do IPTU sem a devida análise e a paralisação do convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que visava a realização de serviços de atualização de dados e modernização do cadastro imobiliário, da planta genérica de valores e implantação de sistema de informações geográficas. Esse convênio é uma operação de crédito firmada com o BID através do Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), e incluía em suas ações a conversão de dados e o treinamento dos servidores municipais.

Contudo, para incremento das receitas, a gestão interventora implementou rotina de fiscalização e cobrança tributária com metas. Tam-

bém, firmou-se convênio com o cartório para protesto dos contribuintes inadimplentes com certidão de dívida ativa.

Além do mais, a Intervenção conseguiu emitir o Certificado de Regularidade Previdenciário e com isso salvou os recursos do PNAFM (Programa Nacional de Apoio à gestão administrativa e fiscal dos municípios brasileiros) da ordem de quase 2 milhões de reais. Esses recursos foram investidos na atualização do plano diretor, atualização do cadastro de contribuintes e elaboração da planta genérica de valores, ferramentas que possibilitarão ao Município dar um salto extraordinário na arrecadação, no crescimento e desenvolvimento da economia pública.

Pontua-se ainda que para a atividade de atualização do cadastro foi preciso as seguintes atuações: desbloqueio do contrato de operação de

crédito do PNAFM junto ao Ministério da Fazenda e Caixa Econômica Federal; monitoramento sistemático de acompanhamento do trabalho, com várias reuniões quinzenais; treinamento do pessoal efetivo; e por fim, a implantação e atualização no sistema Gestor de Tributação, com busca e lançamento dos valores lançados a menor em anos anteriores.

Também é importante ressaltar que foi feita parceria com o TJPE para criação de força tarefa para os fins de agilização dos processos de execução fiscal municipal, tirando da inércia mais de 30 mil feitos dessa natureza e conquistando um aumento de mais de 100% na arrecadação de valores advindos de execução.

Assim, diversas ações foram realizadas para elevar a arrecadação do município, as quais podem ser resumidas no quadro abaixo:

Especificação	até Out/2015	até Out/2016	Var. Abs.	Var. %
Receita Orçamentária	94.869	110.697	15.679	16,7%
FUNDEB	21.957	22.106	149	0,7%
FPM (*)	21.209	23.611	2.402	11,3%
ICMS (*)	8.815	8.816	2	0,0%
IPVA (*)	2.237	4.589	2.352	105,2%
IPTU	4.634	4.589	-45	-1,0%
ITBI	3.749	2.673	-1.076	-28,7%
TAXAS	3.129	3.015	-114	-3,6%
DÍVIDA ATIVA	3.148	2.530	-618	-19,6%
IRRF	2.448	3.217	770	31,4%
ISS	2.055	2.748	693	33,7%
DEMAIS	21.474	30.122	8.648	40,3%
CONVÊNIOS	15	2.681	2.666	17774,2%

Balanco Orçamentário acumulado até o mês de outubro de 2015 x 2016. Valores em R\$ mil.

Fonte: Contabilidade - Balanco Orçamentário acumulado até outubro de 2015 e 2016.

(*) Valor líquido (excluído FUNDEB)

Ação	Descrição	Resultado obtido/esperado
IPTU – 2011 a 2015 – Cobrança dos inadimplentes	Emissão de protestos de títulos de contribuintes inscritos em dívida ativa para o cartório.	Volume de arrecadação até momento R\$ 200 mil.
IPTU – COMPLEMENTO	Refere-se à atividade de cobrança, após a conclusão do georreferenciamento e atualização do cadastro, dos imóveis que estavam com irregularidades no cadastro que resultaram em erro a menor no cálculo e lançamento do IPTU dos últimos 5 anos; A partir da atualização do cadastro foram feitas as correções e foi recalculado o valor do IPTU para os últimos 5 anos.	Estima-se uma arrecadação de 300 mil reais até o final do exercício de 2016.
REVISÕES DE LANÇAMENTO DO IPTU de 2014 e 2015	Existiam mais de 1000 pedidos de revisões em relação aos lançamentos de 2014 e 2015 pendentes de análise.	Foram realizadas todas as revisões, encaminhadas aos contribuintes por entrega pessoal e por email.
FISCALIZAÇÕES NA ÁREA MERCANTIL	Focada na fiscalização do faturamento dos estabelecimentos de ensino particular, a atividade corresponde à intensificação nas intimações de cobrança da Taxa de Licença de Funcionamento. Essa ação objetiva priorizar a fiscalização em empresas que apresentem baixo índice de arrecadação em relação à área de atuação.	Até o momento, foram concluídas 8 fiscalizações e 4 estão em andamento, apesar da secretaria de finanças e planejamento contar com apenas 02 (dois) auditores;

Ação	Descrição	Resultado obtido/esperado
AÇÕES DE ATUALIZAÇÃO CADASTRO	Retomada e Conclusão dos Serviços de Atualização de Dados e Modernização do Cadastro Imobiliário Municipal, Atualização da Planta Genérica de Valores e Implantação de Sistema de Informações Geográficas,	Estima-se para 2017 um aumento da arrecadação anual com IPTU em torno de 21 milhões apenas com a atualização do cadastro, sem incorrer no aumento dos tributos.
EXECUÇÕES FISCAIS	Realização de mutirão em Parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco.	Até outubro de 2016, foram analisados em torno de 4.600 processos, resultando numa arrecadação de quase R\$ 700.000,00.

DESPESAS DO MUNICÍPIO

Para se identificar as economias no ano de 2016 em relação ao ano de 2015 foi necessário verificar a execução orçamentária nos anos em períodos mensais iguais. Para este relatório, os dados vão de janeiro a outubro. Vale destacar que as despesas analisadas são referentes a todos os grupos de despesa e que os valores de 2015 são atualizados pelo IPCA acumulado de 12 meses (7,87%).

Importante destacar que as despesas são reconhecidas no momento em que ocorre o fato gerador das obrigações contraídas. Isso significa que para o ano de 2015 as despesas são reconhecidas nos momentos de execução orçamentária de empenho ordinário e sub-empenho. Já para o ano de 2016, o momento ocorreu na fase de liquidação. Esses momentos distintos de reconhecimento de obrigação de 2015 para 2016 foi verificado in loco nos setores financeiros.

Frisa-se que as economias apresentadas são resultantes, principalmente, da melhor gestão de compras com geração de melhores preços, melhor controle interno para consumo de materiais e serviços e contenção de despesa com pessoal.

Destaca-se que a fonte de informação é o Sistema Contábil (SIORCONP) para o ano de 2015 e e-Pública para o ano de 2016. Os dados foram

Cenário Fiscal da Intervenção



extraídos dos seguintes CNPJs:

- Prefeitura - 11.049.830/0001-20;
- Fundo Municipal de Saúde - 10.710.822/0001-10;
- Fundo Municipal de Assistência Social - 11.331.244/0001-73.

Assim, as análises comparativas são realizadas por meio das seguintes óticas:

- Temporalidade;
- Tema de Despesa.

TEMPORALIDADE

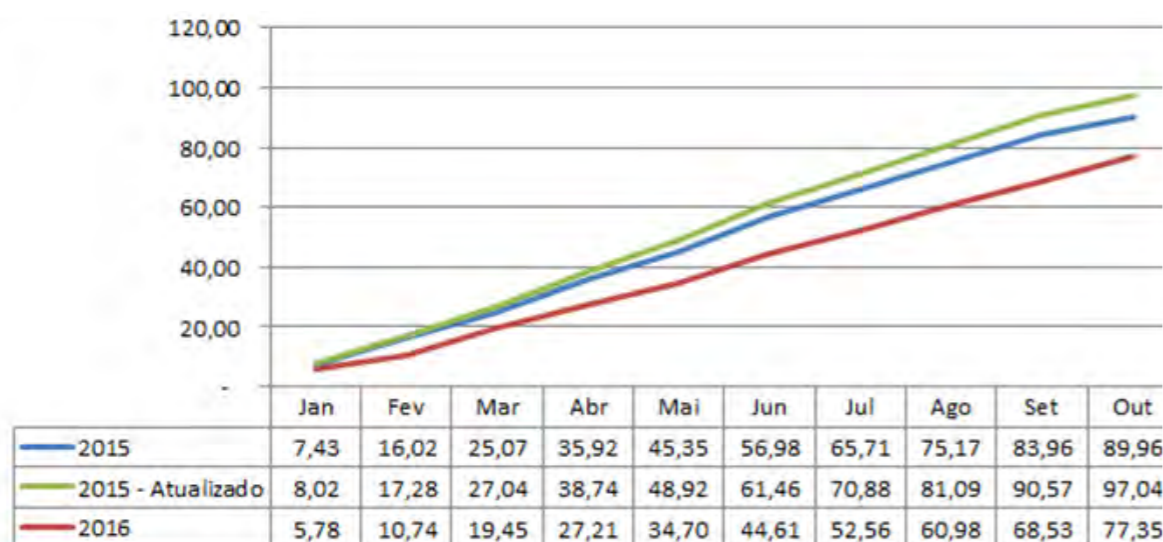
Com base nas datas de emissão dos empenhos ordinários e sub-empenhos em 2015 e liquidações em 2016, é possível identificar a execução da despesa para cada mês. Sendo assim, acumulando a despesa até o mês de outubro, podemos comparar a redução ou aumento da despesa entre 2016 e 2015.





Meses	Mês a mês		Acumulado						
	Ano		Ano		2015 Atualizado	Var	Var (%)	Atualizado	
	2015	2016	2015	2016				Var	Var (%)
Jan	7,43	5,78	7,43	5,78	8,02	1,65	22%	- 2,23	-28%
Fev	8,59	4,95	16,02	10,74	17,28	5,28	33%	- 6,54	-38%
Mar	9,05	8,71	25,07	19,45	27,04	5,62	22%	- 7,59	-28%
Abr	10,84	7,76	35,92	27,21	38,74	8,71	24%	- 11,53	-30%
Mai	9,43	7,49	45,35	34,70	48,92	10,65	23%	- 14,21	-29%
Jun	11,63	9,90	56,98	44,61	61,46	12,37	22%	- 16,85	-27%
Jul	8,73	7,96	65,71	52,56	70,88	13,15	20%	- 18,32	-26%
Ago	9,46	8,42	75,17	60,98	81,09	14,19	19%	- 20,10	-25%
Set	8,79	7,55	83,96	68,53	90,57	15,43	18%	- 22,03	-24%
Out	6,00	8,82	89,96	77,35	97,04	12,61	14%	-19,69	-20%
Nov	8,56								
Dez	13,90								

Valores em milhões



Valores em milhões

É possível verificar uma economia de R\$ 19,69 milhões de reais até outubro em relação ao mesmo período de 2015 com valores atualizados. Isso representa uma redução de despesa de 20%.

TEMAS DE DESPESA

Com base nos códigos de natureza de despesa, nome de credores e informações complementares, é possível identificar a execução da despesa para cada tema de despesa.

Tema de Despesa	Ano		2015 Atualizado	Var	Var (%)	Atualizado	
	2015	2016				Var	Var (%)
Pessoal	59,75	58,96	64,45	0,79	1%	- 5,49	-9%
Lixo Urbano	5,86	3,42	6,32	2,44	42%	- 2,90	-46%
Outros	3,49	1,82	3,77	1,68	48%	- 1,95	-52%
Energia Elétrica	2,59	2,69	2,80	- 0,10	-4%	- 0,11	-4%
Material Médico e Medicamentos	3,09	1,77	3,34	1,33	43%	- 1,57	-47%
Investimento	2,48	1,66	2,67	0,82	33%	- 1,01	-38%
Locação de Veículos	3,42	0,56	3,69	2,86	84%	- 3,13	-85%
Alimentação	1,74	0,74	1,88	1,01	58%	- 1,14	-61%
Consultoria	0,69	1,63	0,75	- 0,93	-134%	0,88	117%
Locação de Imóveis	1,14	0,87	1,23	0,27	24%	- 0,36	-29%
Amortização de Dívida	1,23	0,60	1,32	0,63	51%	- 0,73	-55%
Combustível	0,64	0,60	0,69	0,04	6%	- 0,09	-13%
Eventos	1,08	0,06	1,17	1,02	94%	- 1,11	-95%
Reprografia	0,57	0,33	0,61	0,23	41%	- 0,28	-45%
Água e Esgoto	0,41	0,33	0,44	0,08	19%	- 0,11	-25%
Software	0,38	0,36	0,41	0,02	5%	- 0,05	-12%
Manutenção de Veículos	0,34	0,17	0,36	0,16	49%	- 0,19	-53%
DEA	0,13	0,30	0,14	- 0,17	-131%	0,16	114%
Juros e Encargos	0,28	0,15	0,30	0,13	47%	- 0,15	-51%
Mais Médico	0,10	0,16	0,11	- 0,05	-50%	0,04	39%
Tarifas Bancárias	0,12	0,11	0,13	0,01	7%	- 0,02	-14%
Publicidade	0,12	0,02	0,13	0,10	84%	- 0,11	-85%
Telefonia Móvel	0,10	-	0,11	0,10	100%	- 0,11	-100%
Diárias	0,09	0,01	0,09	0,08	90%	- 0,09	-91%
Telefonia Fixa	0,06	0,03	0,07	0,04	57%	- 0,04	-61%
Passagens	0,04	0,00	0,04	0,03	88%	- 0,04	-89%
Total Geral	89,96	77,35	97,04	12,61	0,14	-19,69	-20%

Valores em milhões



Comparando os valores de 2016 com os de 2015 atualizados, é possível identificar que apenas houve aumento de despesa para os seguintes temas abaixo:

- Consultoria – O aumento da despesa foi predominantemente por conta da execução do programa de modernização administrativa que previa a realização do georreferenciamento do cadastro de imóveis, Plano Diretor e Plano de Desenvolvimento Estratégico.
- Despesa de Exercício Anterior;
- Mais Médico.

LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Os limites apresentados neste tópicos são referentes a:

- Aplicação em saúde;
- Aplicação em educação;
- Aplicação do FUNDEB;
- Limite de despesa de pessoal.

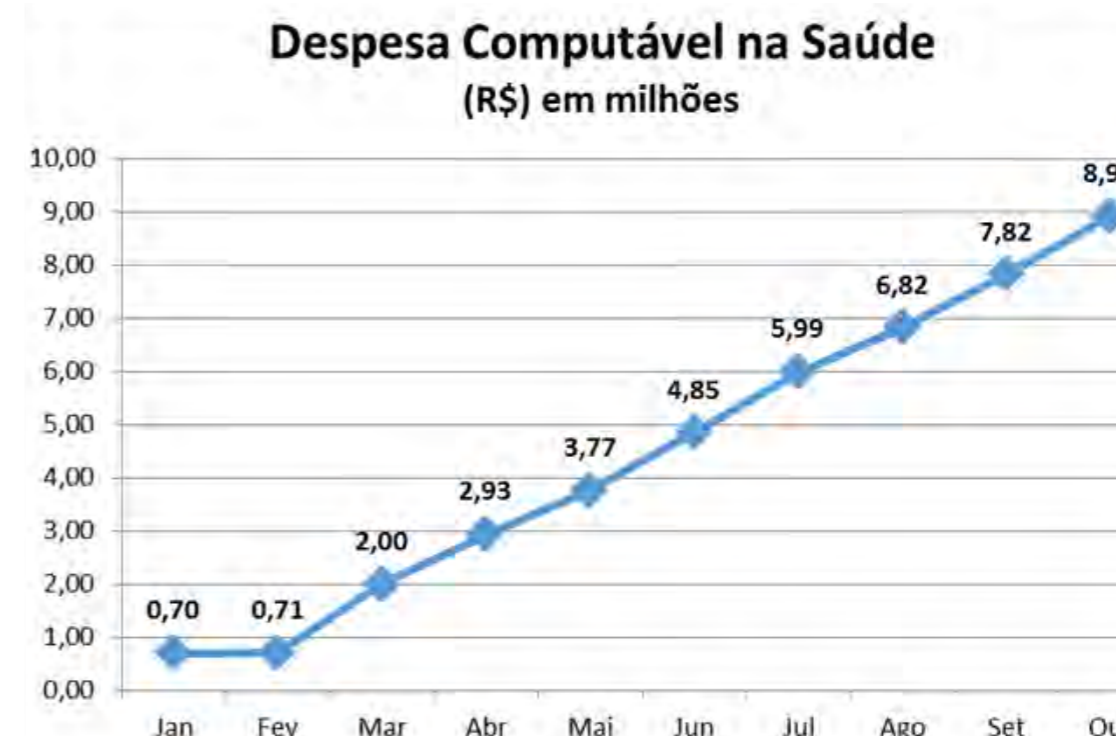
RESULTADOS DO INDICADOR DE EXECUÇÃO DESPESA COM SAÚDE

A Lei Complementar nº 141 de 2012 instituiu que os municípios devem aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% dos recursos oriundos de impostos e transferências.

Abaixo segue gráfico com os percentuais das aplicações em saúde. Vale destacar que o percentual representa valores acumulados.

É possível observar pelo gráfico acima que a partir do mês de fevereiro a aplicação em saúde seguiu uma tendência de crescimento. A partir do mês de outubro, o percentual supera o limite mínimo de 15%.

Abaixo segue o gráfico com os valores das despesas acumuladas computáveis para o indicador de aplicação em saúde.

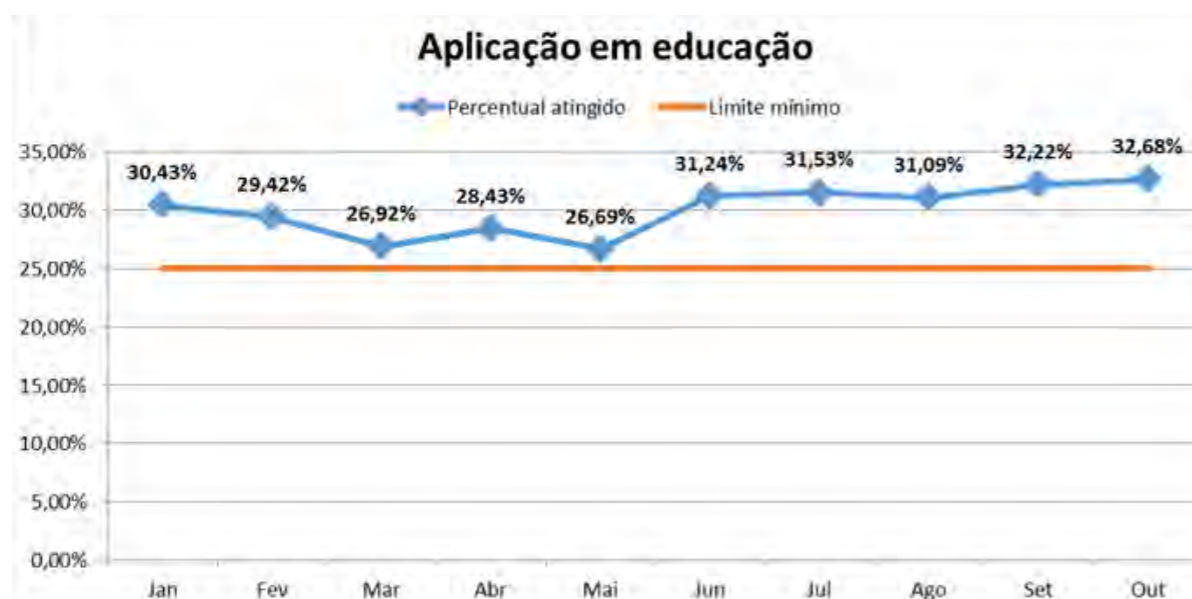


RESULTADOS DO INDICADOR DE EXECUÇÃO DESPESA COM EDUCAÇÃO

Conforme preceitua a Constituição Federal, em seu Art 212, o município tem obrigação de aplicar anualmente o percentual mínimo de 25% de

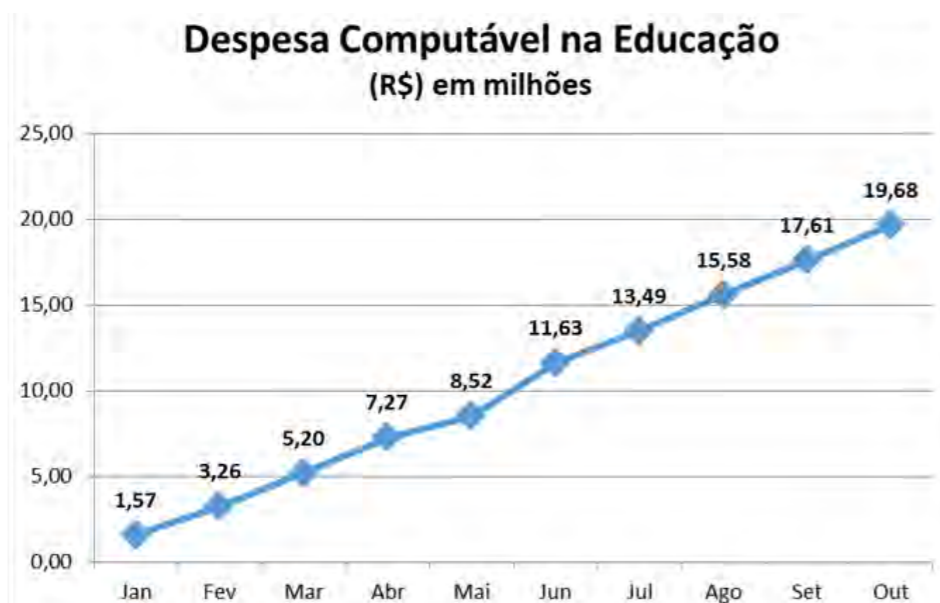
suas receitas de impostos e transferências para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Abaixo segue gráfico com os percentuais das aplicações em educação. Vale destacar que o percentual representa valores acumulados.



É possível observar pelo gráfico acima que a aplicação em educação sempre superou o limite mínimo.

Abaixo segue o gráfico com os valores das despesas acumuladas computáveis para o indicador de aplicação em educação.

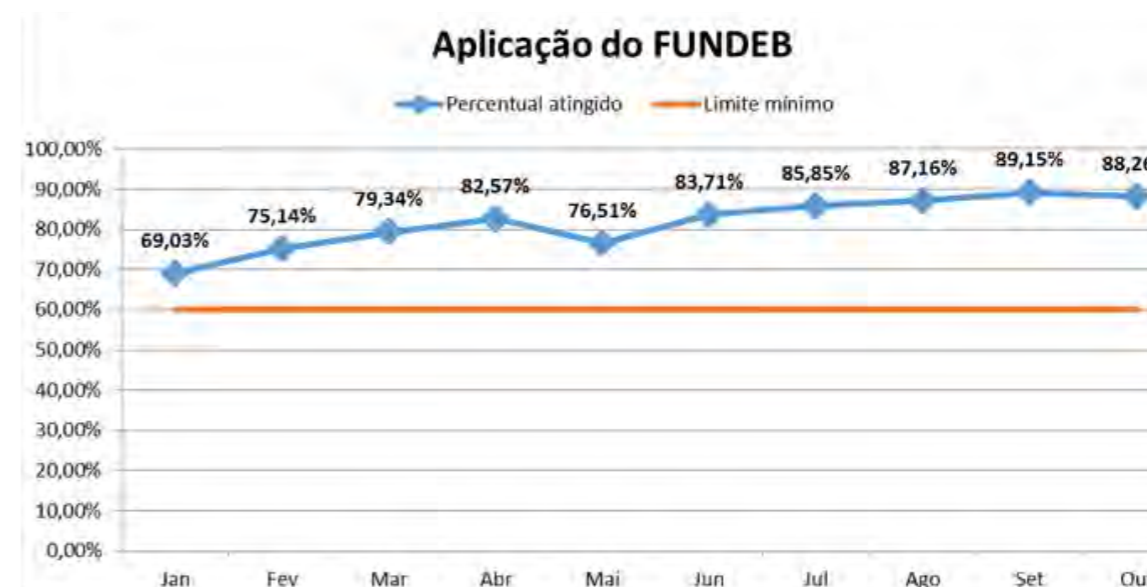


1.5 RESULTADOS DO INDICADOR DE EXECUÇÃO DESPESA COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

A Constituição Federal, em seu Art. 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias-A-DCT, também determina o percentual mínimo de 60% de destinação dos recursos do FUNDEB devem ser destinados para pagamento dos pro-

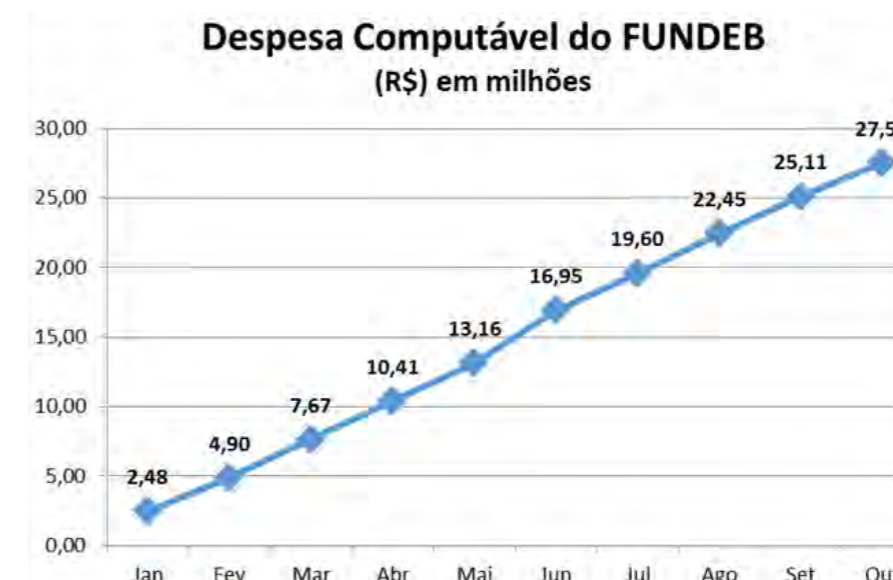
fissionais do magistério da educação básico em efetivo exercício.

Abaixo segue gráfico com os percentuais das aplicações dos 60% do FUNDEB. Vale destacar que o percentual representa valores acumulados.



É possível observar pelo gráfico acima que a aplicação do FUNDEB sempre superou o limite mínimo.

Abaixo segue o gráfico com os valores das despesas acumuladas computáveis para o indicador de aplicação dos 60% do FUNDEB.





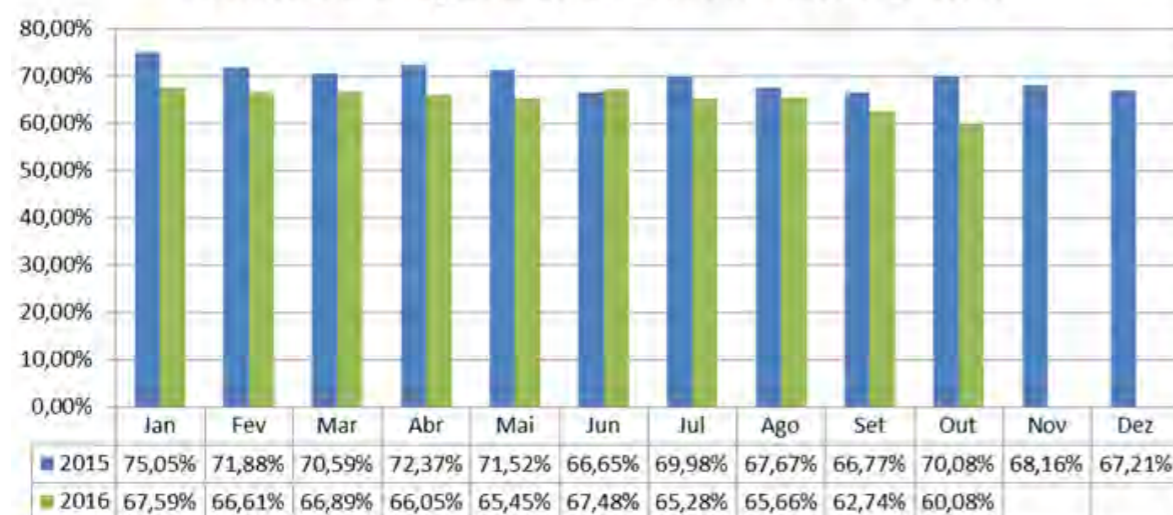
RESULTADOS DO INDICADOR DE DESPESA COM PESSOAL

Conforme preceitua a Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o limite de despesa com pessoal é a relação entre a despesa com pessoal e a receita corrente líquida do mês de referência mais os onze meses anteriores. Para o Poder Executivo municipal o limite estipulado é de

54%.

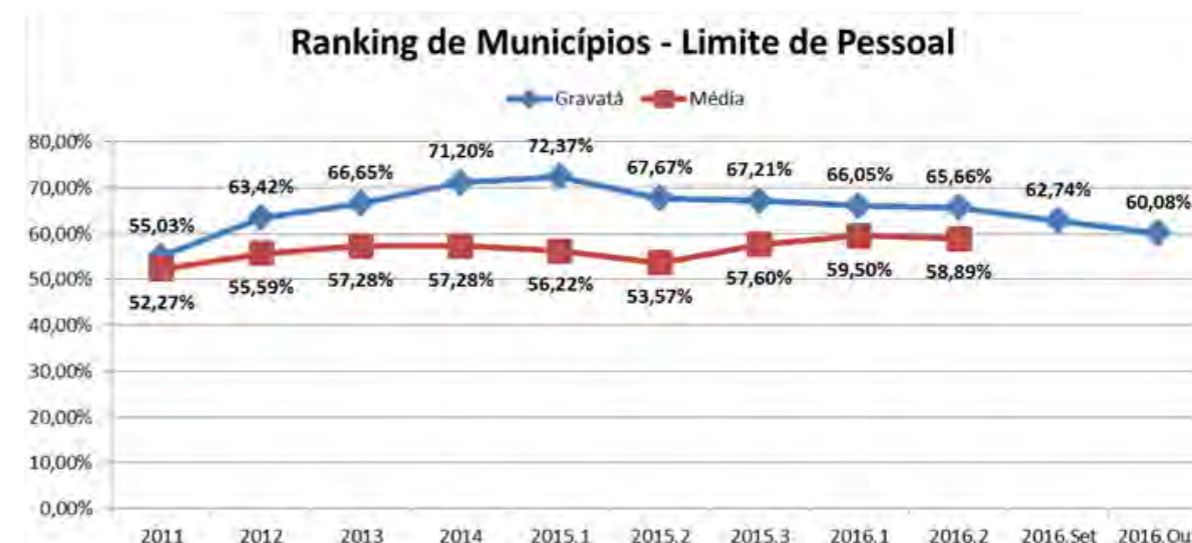
De acordo com o apresentado na primeira seção deste relatório, no tópico sobre as ações de controle sobre a despesa com pessoal, o município de Gravatá vem atuando para redução desse percentual e o resultado tem sido o comportamento descendente do limite de Despesa com Pessoal, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Limite de Despesa com Pessoal - 2015 x 2016



É possível observar que de outubro de 2015 o percentual era de 70,08%. A partir da intervenção, os percentuais foram reduzindo até o valor de 60,08% em outubro de 2016. Embora ainda não haja o atingimento do limite de 54%, é notória a melhoria do indicador, principalmente quando se considera que no computo do indicador é necessário utilizar os onze meses anteriores.

Ainda de acordo ao discorrido no tópico de controle de despesa com pessoal, há uma melhoria



Como se observa na tendência espera-se que Gravatá atinja um percentual condizente com a média dos municípios, em situação não apresentada em momentos posteriores ao ano de 2011.

do indicador para Gravatá, em contraste com a média dos municípios pernambucanos segundo os dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Vale destacar, que os dados foram retirados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e que 40% dos municípios não apresentaram seus percentuais à União no 2º quadrimestre de 2016.



AÇÕES ESTRATÉGICAS



Nesta seção será enfatizado o conjunto de ações desenvolvidas pela Intervenção Estadual. O primeiro ponto a ser discorrido é o grau de implementação das ações corretivas propostas com a chegada do grupo interventor. Em seguida, as metas prioritárias elencadas para a gestão serão apresentadas. E por fim, a atuação da Intervenção para execução do Pacto pelos Municípios com o Ministério Público de Pernambuco será apresentada.

IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS

O ponto de partida das ações da Intervenção Estadual foi a elaboração de um diagnóstico situacional da estrutura administrativa definida pelo governo da intervenção. Fizeram parte da composição desse diagnóstico um levantamento da estrutura física e de pessoal, os achados para melhoria e as ações corretivas propostas que deveriam ser executadas em cada secretaria para qualificar a gestão municipal e a prestação de serviços à população.

Com base nesse diagnóstico foi possível elaborar uma planilha de controle das ações corretivas propostas. Nessa planilha, para cada ação corretiva sugerida pelas secretarias foi vinculado um dos status entre concluída, em andamento, a iniciar e canceladas. Ao lado desse status, foi inserida uma coluna de observação para um melhor detalhamento desse status, como pode



ser observado no figura abaixo:

Unidade	Ano de achar	Achados	Ações Corretivas	Situação	Observação
Saúde	2015	Entrega de descartáveis irregular.	Convocar fornecedor para a regularização da entrega de descartáveis	Concluída	Fornecimento regularizado
Saúde	2015	Coleta de lixo hospitalar paralisada.	Convocar Fornecedor para regularização da coleta de lixo	Concluída	Coleta regularizada.
Saúde	2015	Prédio do SAMU alugado com necessidade de reparos na estrutura física e elétrica.	Avaliação da viabilidade de transferência da sede do SAMU hoje locada no valor de R\$ 4.997,780 / mensal para o prédio do hospital contribuindo para otimização dos gastos e logística.	Em andamento	Reforma iniciada para recuperação da estrutura elétrica, hidráulica, paredes.
Saúde	2015	Ausência da estrutura do Fundo Municipal de Saúde.	Estruturar o Fundo Municipal de Saúde na sede da Secretaria de Saúde.	Concluída	Estruturado.
Saúde	2015	Ausência do custeio por Unidade de Saúde.	Implantar centro de custo na Secretaria de Saúde.	Cancelada	Não haverá possibilidade de implantar Centro de Custo neste ano.

Essa planilha tem sido atualizada periodicamente pelas secretarias e novas ações corretivas foram identificadas e inseridas após o diagnóstico situacional, realizado em novembro de 2015.

A partir desse material foi possível mensurar o grau de implementação dessas ações corretivas pelas secretarias e até mesmo pela intervenção como um todo. Isto através de um indicador produzido internamente pela controladoria do município, denominado percentual de melhoria implementada. O Mesmo corresponde ao percentual de ações corretivas já executadas do universo de melhorias necessárias identificadas até aquele momento. Através dele, pode-se ter uma quantificação da eficácia do governo da intervenção.

Assim, foi feito o calculo para o período de 18 de novembro de 2015 a 18 de novembro de 2016 com base nas informações de 11 secreta-

rias municipais (incluindo o IPSEG).

Ao todo foram elencadas 237 ações corretivas, sendo 233 identificadas em 2015 e 4 inseridas no ano de 2016. Abaixo, segue o gráfico que apresenta o total de melhorias em termos percentual já executado pela gestão da Intervenção.

■ Cancelada ■ Concluída ■ Em Andamento

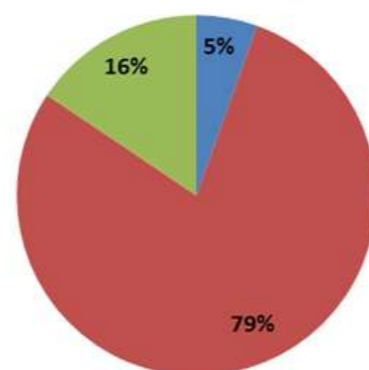


Gráfico - Percentual de melhoria total da Gestão da Intervenção.

É possível observar que 79% dos achados de melhoria já tiveram uma solução. Mas ainda há um percentual de 16% em andamento e 5% canceladas. Para até o final do ano de 2016 se espera que todas as ações, excetuando as canceladas, terminem concluídas.



METAS PRIORITÁRIAS DA INTERVENÇÃO

A exemplo do que ocorre no Modelo de Gestão Todos por PE do Estado, um conjunto de ações de 10 (dez) órgãos do governo municipal foram acompanhadas como metas prioritárias na gestão interventora.

Grosso modo, metas prioritárias são ações escolhidas estrategicamente para serem acompanhadas periodicamente pelo gestor maior da administração pública por meio de planos operativos, os quais desmembram as ações em atividades, com prazos e responsáveis. Esse acompanhamento periódico é feito em reuniões que objetivam garantir a plena realização das ações, detectando possíveis problemas à execução e atuando no sentido promover o destravamento dos mesmos. Para tanto, essas reuniões contam com a participação dos agentes envolvidos no âmbito de cada meta prioritária.

No processo de seleção das metas prioritárias para o governo da Intervenção, pontua-se que parte decorreu das ações corretivas propostas inicialmente pela equipe interventora no diagnóstico situacional, realizado logo no início das atividades da nova gestão.

Ressalta-se também com o andamento das atividades de monitoramento das metas prioritárias, surgiu a necessidade de acompanhamento periódico sobre as atividades das comissões

de licitação do município, uma vez que grande parte das atividades das demais secretarias dependia do resultado da execução destas. Assim, com o intuito de promover a continuidade das metas prioritárias, foi instituído o monitoramento dos certames licitatórios realizados pelas comissões de licitações do município.

Ainda, com a assinatura, pela gestão interventora, do termo de cooperação técnica e compromisso para adoção de medidas preventivas em matéria de segurança pública com o Ministério Público de Pernambuco foi necessário instituir mais um monitoramento. Este foi denominado “Monitoramento Pacto pelo Município com o MPPE” e recebeu o mesmo tratamento das metas prioritárias. Entretanto, esse assunto será mais bem explanado em tópico posterior neste documento.

Além disso, em paralelo às atividades de monitoramento municipal, a Secretaria Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco (SEPLAG/PE) conduziu um monitoramento específico no Governo do Estado para as ações estaduais em Gravata. Durante a realização deste, o diálogo entre as secretarias municipais e estaduais foi constante e resultou em destravamento e execução de ações e recursos para Gravata.

Desta forma, ao longo da Intervenção foi necessária a realização de mais de 70 reuniões de monitoramento para o acompanhamento de, aproximadamente, 60 (Sessenta) metas prioritárias.

Assim, seguem abaixo o conjunto de metas

prioritárias monitoradas durante a gestão da Intervenção, sejam elas acompanhadas em monitoramento interno pela prefeitura de Gravata ou em reuniões realizadas pelo Governo do Estado.

EDUCAÇÃO

META PRIORITÁRIA	SITUAÇÃO
Reordenamento da rede escolar	CONCLUÍDA
Regularização do transporte escolar	CONCLUÍDA
Acompanhamento da distribuição da merenda escolar	CONCLUÍDA
Recuperação da infraestrutura de escolas da rede municipal (convênio com o governo do estado)	CONCLUÍDA
Promoção da atuação da patrulha escolar estadual nas escolas municipais	CONCLUÍDA
Reforma e pintura de escolas da rede municipal com recursos municipais	EM ANDAMENTO
Aquisição de equipamentos para rede municipal de educação	CONCLUÍDA
Adesão ao programa alfabetizar com sucesso e ampliação do programa mais educação	CONCLUÍDA

REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR

O reordenamento da rede física foi realizado após minuciosa análise da realidade geográfica do município, ou seja, considerando a localização de cada escola bem como os aspectos sociais, físicos/estruturais e pedagógicos. Após o estudo de impacto constatou-se a importância do reordenamento em virtude do ganho pedagógico, tendo sido respeitados os aspectos culturais das comunidades circunvizinhas e os estudantes favorecidos com espaços de socialização e aprendizagem mais adequados, minimizando o número de turmas multisseriadas.



Realizado de forma democrática, após reuniões com pais de alunos e líderes em cada comunidade onde, na ocasião, foram analisados os benefícios da medida, seguindo todos os preceitos legais, conforme rege a LDBEN e a Lei 12.960 de 26 de março de 2014, onde o Reordenamento precisa ser precedido de manifestação do órgão normativo do sistema de ensino, ou seja, toda documentação foi encaminhada para o setor de Normatização do Estado, na Gerencia Regional de Ensino. Com o reordenamento, o número de escolas passou de 62 para 51.

REGULARIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

A nova equipe da secretaria municipal de educação desenvolveu ações para a regularização do transporte dos alunos, que se encontrava paralisado. A primeira foi a realização de contratação emergencial para atender ao final do ano letivo de 2015. E a segunda, foi a assinatura do convênio com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), para que esta assumisse o transporte escolar do município. O convênio entre a SEE e a prefeitura de Gravatá foi firmado e publicado em 13/02/16. A SEE assumiu o transporte escolar a partir de março/16 até dezembro/16.

O contrato emergencial teve como prazo limite a emissão da ordem de serviço do processo licitatório regular (realizado pela SEE).



Outra ação importante foi o levantamento de todas as rotas, conforme orientação do Tribunal de Contas, e a contratação de empresa para manutenção e reposição de peças da frota própria.

ACOMPANHAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

Trata-se de ações desenvolvidas para a regularização da merenda escolar. Para os gêneros perecíveis, a secretaria verificou a existência de contrato com vigência até julho/16, planejando ações para o fornecimento após esse período com a execução de novo processo licitatório, que atenderá o município até julho de 2017.



Para os gêneros não perecíveis, mais uma vez foi firmado convênio com a SEE, publicado em 13/02/16, que assumiu o fornecimento a partir de março/2016 para até o final do ano de 2016.

PROMOÇÃO DA ATUAÇÃO DA PATRULHA ESCOLAR ESTADUAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS



Visando a promoção junto com a comunidade escolar de um ambiente propício para o ensino e a aprendizagem, o auxílio na cultura de paz e mais segurança nas escolas, a Secretaria Municipal de Educação desenvolveu parceria com o governo estadual para atuação da Patrulha Escolar. Essa parceria também se estendeu ao Programa Educacional de Resistência às Drogas

e à Violência (PROERD), que é uma iniciativa da Polícia Militar de prevenção para crianças do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Entre as ações desenvolvidas ocorreram palestras educacionais com temas evidenciados (bullying, drogas, violência doméstica, violência sexual, Lei Estadual dos deveres do aluno, intolerância, preconceito racial, social e gênero) no cotidiano da comunidade escolar.

Esta ação contempla o eixo 7 do Pacto dos Municípios pela Segurança Pública firmado entre a Prefeitura de Gravatá e o Ministério Público Estadual.

O lançamento da patrulha ocorreu em 29/02/16 e a ações executadas seguiu um cronograma aprovado previamente pela Secretaria Municipal de Educação.

RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL (CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO)

Seis escolas foram reformadas através do convênio entre a Secretaria Estadual de Educação e a prefeitura de Gravatá, publicado em 13/02/16, sendo elas: Escola municipal de Camocim, Escola Padre Machado, Escola Cônego Eugênio Vila Nova, Escola Municipal da Serra, Escola Intermediária João Paulo I, Escola Francisco Galdino Chaves. Estas escolas foram selecionadas para receber a referida reforma em virtude do reordenamento, e por se encontrarem em situação precária.

O investimento ultrapassou a “casa” de



R\$ 1 milhão. Com a iniciativa, uma média de 2.000 estudantes foram beneficiados.



REFORMA E PINTURA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL COM RECURSOS MUNICIPAIS

Dada as condições estruturais encontradas em muitas escolas da rede municipal e a partir da

boa gestão dos recursos do Salário Educação (FNDE), a gestão intervencionista definiu como prioritário a realização de serviços de reforma e pintura em escolas da rede municipal.



Entre os serviços prestados foram realizados pintura, hidráulica, elétrica, reforma de telhados, recuperação e construção de cisternas. Ao todo 45 escolas foram beneficiadas com essa ação, que juntamente com as 6 escolas reformadas pelo convênio estadual conseguiu-se atingir a totalidade das 51 escolas municipais. Entre as favorecidas estão a Escola Dom Ricardo de Castro Vilela, Escola Jesus Pequenino e de forma especial Escola Inocêncio de Farias, Escola Dom Pedro I, Escola Severino Bezerra de Lima, Escola Tenente João Norberto Regalado, Antônio Avelino e Escola Espírito Santo Divino que receberam cisterna e água encanada, como principais serviços.

Para essa meta foram utilizados recursos do Salário Educação (FNDE), sendo mais de R\$ 650.000,00 o custo de toda a meta.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Pensando na melhoria da infraestrutura de escolas municipais foram adquiridos e distribuídos pela rede municipal de educação 30 Freezers, 30 Bebedouros e 03 roçadeiras.

Estes equipamentos foram adquiridos via pregão presencial a um custo de R\$ 99.240,00 (uma economia de R\$ 6.560 comparado ao valor de partida da licitação) e R\$ 6.900,00 para as roçadeiras, utilizando recursos do Salário Educação (FNDE).

ADESÃO AO PROGRAMA ALFABETIZAR COM SUCESSO E AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Priorizando o processo ensino-aprendizagem a Prefeitura de Gravatá fez adesão ao Alfabetizar com Sucesso, um Programa do Governo do Estado voltado para o acompanhamento de indicadores de processo (estudantes abaixo da média, aulas dadas e previstas, frequência de estudantes e professores) e resultados (estudantes não alfabetizados e em distorção Idade-Série) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

No ano letivo de 2016 ampliou-se a execução



do Programa Mais Educação, que é uma estratégia do Ministério da Educação para melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, passando de 6 para funcionar em 26 escolas.

SAÚDE

META PRIORITÁRIA	SITUAÇÃO
Realização de campanha sanitária de combate ao aedes aegypti	EM ANDAMENTO
Manutenção e reestabelecimento da frota do samu	EM ANDAMENTO
Reabastecimento da rede de saúde	EM ANDAMENTO
Realização de aquisições para a rede de saúde com recursos liberados por emendas parlamentares	EM ANDAMENTO
Reforma do hospital dr. Paulo da veiga pessoa	EM ANDAMENTO
Reforma das unidades de saúde, da central de abastecimento farmacêutico e da farmácia popular	EM ANDAMENTO
Aquisição de equipamentos para rede municipal de educação	CONCLUÍDA
Adesão ao programa alfabetizar com sucesso e ampliação do programa mais educação	CONCLUÍDA

REALIZAÇÃO DE CAMPANHA SANITÁRIA DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI

Uma campanha sanitária de combate ao mosquito aedes aegypti, transmissor da dengue, chikungunha e zika tem sido realizada continuamente, desde o início das atividades da Intervenção. De janeiro a outubro de 2016, 11 (onze)



bairros foram visitados, sendo mais de 24,2 mil imóveis trabalhados. Complementar a isso, foi feita a retirada das baronezas no rio, um dos fatores que contribui para a proliferação do mosquito.

Durante o período de maior incidência de casos dessas doenças, os meses de fevereiro, março e abril de 2016, foi montado o ambulatório de Arboviroses no hospital para atendimento à população. Posteriormente, com a diminuição de casos, este ambulatório foi desmobilizado e o atendimento foi continuado nas Unidades de Saúde da Família, Centros de Saúde e hospital, para os casos de urgência.

MANUTENÇÃO E REESTABELECIMENTO DA FROTA DO SAMU



A manutenção e o reestabelecimento da frota do SAMU foi um dos itens considerados estratégico pela secretaria municipal de saúde. Entre as ações executadas para atingir esse objetivo estão: o diagnóstico da frota para identificação da necessidade de manutenção corretiva e a avaliação do custo benefício de conserto das ambulâncias, a negociação com o governo federal para renovação da frota e a obtenção de

emenda parlamentar (junto ao Senador Humberto Costa) para aquisição de mais uma ambulância para renovação da frota, prevista para 2017.

Ressalta-se que da negociação com o governo federal, a secretaria conseguiu uma ambulância para a renovação da frota, até o momento não entregue pelo Governo Federal.

Para a manutenção da frota existente, a secretaria realizou processo licitatório para contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos para dar continuidade às manutenções necessárias.

Até novembro de 2016, foram concluídas as manutenções em 01 (uma) ambulância do SAMU, 01(uma) ambulância do hospital que estava parada desde 2015, 01 (uma) Ducato do TFD, 01 (uma) Kombi da Vigilância Ambiental, 01 (uma) motolância. Ainda, em fase de conclusão, a manutenção de mais uma ambulância do SAMU.

REABASTECIMENTO DA REDE DE SAÚDE

Trata-se de Ações para o funcionamento adequado da rede de saúde, garantindo assistência a toda a população com fornecimento de medicamentos e materiais médico-hospitalar. Destaca-se que o Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa atende em média 9 mil pessoas/mês e as unidades de saúde da família atendem em torno de 65 mil pessoas.

Nos primeiros meses da Intervenção, ainda em 2015, foi necessária a contratação, em caráter

de urgência, de medicamentos para abastecimento da rede. Para regularização do abastecimento da rede foi realizado processo licitatório, o qual foi concluído em julho de 2016.

Além disso, outras aquisições foram realizadas para o pleno funcionamento da rede de saúde, entre elas a aquisição de insumos odontológicos e insumos laboratoriais. Com isso, foi possível reequipar o laboratório com equipamentos de última geração e garantir a realização de exames de hematologia, bioquímica e de imunohormônios, os quais nunca tinham sido feitos no município.



Ainda, para o completo funcionamento da rede de saúde podem ser citadas as seguintes ações: Reativação do laboratório com incremento de novos equipamentos; Organização do ambulatório de arboviroses; Aumento no quadro de plantonistas do hospital, passando de 02 para 03 médicos por plantão; Reabertura do Centro Cirúrgico para pequenas e médias cirurgias; Reativação do laboratório de prótese; Reativação do serviço de odontologia em 08 Unidades de Saúde da Família; Reativação dos exames de ultrassonografia; Aquisição dos veículos Van, ambulância tipo UTI e Micro-ônibus e recupe-

ração das ambulâncias do SAMU e do hospital danificadas.

REALIZAÇÃO DE AQUISIÇÕES PARA A REDE DE SAÚDE COM RECURSOS LIBERADOS POR EMENDAS PARLAMENTARES

A gestão interventora concentrou esforços na execução de emendas parlamentares destinadas para a área de saúde do município. Pontua-se que muitas delas foram recebidas em 2014 e no primeiro semestre de 2015, porém não havia nenhum processo de execução iniciado até a chegada da Intervenção.

Ao todo foram destinados R\$ 3.992.172,00 por parlamentares, a saber: Jorge Côrte Real, Armando Monteiro, Mendonça Filho e Waldemar Borges.

A destinação das emendas foi para a aquisição de equipamentos médicos, odontológicos, eletroeletrônicos e de informática. Também, foram adquiridos aparelhos de ar condicionados, um gerador, uma Van, uma ambulância tipo UTI e um Micro-ônibus TFD. Estes já foram distribuídos e alocados conforme a designação da emenda parlamentar.





Além disso, a secretaria obteve por meio de articulação junto ao senador Humberto Costa e do Deputado Bruno Araújo, novas emendas que deverão ser recebidas em 2017. As novas emendas são para a Construção de unidades de Saúde da Família (no valor de R\$ 480 mil); para a aquisição de ambulância do SAMU (no valor de R\$ 190 mil) e para o incremento de teto financeiro na saúde (no valor de R\$ 120 mil).

REFORMA DO HOSPITAL DR. PAULO DA VEIGA PESSOA



Através de convênio firmado em 2016 com a Secretaria Estadual de Saúde, no valor de R\$ 839 mil a prefeitura de Gravatá iniciou as atividades de reforma do Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa (HDPVP).

Na reforma estão compreendidos os serviços de revisão e substituição de toda rede elétrica e hidráulica, troca de cerâmica, pintura interna e externa. A previsão é de conclusão dos serviços até a segunda quinzena de dezembro de 2016. Com esta ação, mais de 9 mil gravataenses atendidos mensalmente no hospital serão beneficiados.

REFORMA DAS UNIDADES DE SAÚDE, DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO E DA FARMÁCIA POPULAR

Além do Hospital Dr. Paulo da Veiga Pessoa, outras unidades da rede municipal de saúde também foram contempladas com reformas, são elas: quatro unidades de saúde da família (PSF Patrícia Nely, PSF Nossa Senhora das Graças, PSF Santa Helena e o Centro de Saúde Fernando da Veiga Pessoa - Posto 1), a Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e a Farmácia Popular.



O custo estimado para esta ação foi de R\$ 300.404,43, com recursos provenientes do Fundo Municipal de Saúde e recurso do tesouro municipal, e compreendeu as atividades de revisão de telhado, colocação de cerâmica em piso e paredes, retirada de infiltrações, pintura interna e externa.

REPASSE DE RECURSOS PARA CUSTEIO DO HOSPITAL DR. PAULO DA VEIGA PESSOA

A Secretaria Estadual de Saúde repassou R\$ 190.000,00/mês para o custeio do hospital municipal (HDPVP). Repassou ainda, para aquisição de medicamentos mensalmente o valor

de R\$ 190.000,00 sendo os repasses realizados fundo a fundo.

O repasse desses valores foram acompanhados em reuniões de monitoramento realizadas pelo Estado, dada a complexidade da transferência desses recursos e a urgência em recebê-los.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

META PRIORITÁRIA	SITUAÇÃO
Regulamentação da lei de benefícios eventuais no município	CONCLUÍDA
Requalificação do atendimento dos usuários do cad único	CONCLUÍDA
Ampliação do atendimento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos	CONCLUÍDA
Qualificação dos conselheiros e readequação do funcionamento do conselho municipal de assistência social – cmas	CONCLUÍDA
Qualificação das equipes técnicas dos serviços socioassistenciais	CONCLUÍDA
Distribuição de leite através do programa leite de todos	CONCLUÍDA

REGULAMENTAÇÃO DA LEI DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO MUNICÍPIO

Esta ação consiste na regulamentação da concessão dos benefícios eventuais conforme Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/93, alterada pela Lei 12.435/2011 do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A publicação da lei estabeleceu critérios e prazos devidamente aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), assegurando transparência na concessão dos benefícios as famílias em

situação de vulnerabilidade e risco social do município.

Pela lei do SUAS, devem ser concedidos os benefícios em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública; tais como: Cesta Básica, Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade, Aluguel Social, etc. Tal iniciativa deve-se ao fato da atual gestão não ter localizado no município a existência de legislação anterior sobre o tema.

Além da Lei Municipal, foi realizada uma adequação no orçamento para o exercício 2017 e adequação do Plano Plurianual – PPA do município para garantir a concessão das provisões suplementares e provisórias, por meio dos benefícios eventuais.

REQUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO CAD ÚNICO



A meta objetivou a requalificação da estrutura física para o atendimento (cadastros, atualizações cadastrais e orientações) das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Atualmente, dados de novembro 2016, existem 17.390 famílias cadastradas no CADÚnico, des-



sas 11.102 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Dentro das ações desenvolvidas para essa meta, o prédio em que funcionava a Secretaria de Assistência Social e que era compartilhado com o atendimento do CADÚnico/Bolsa Família, foi direcionado exclusivamente para o CADÚnico. Com isso, Gravatá qualificou o atendimento com estrutura específica para os beneficiários do Bolsa Família, inclusive com uma brinquedoteca para que as crianças possam aguardar o atendimento junto com sua família num ambiente acolhedor.

AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS



O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço cofinanciado pelo Governo Federal, prestado pela prefeitura municipal, através da Secretaria de Assistência Social. O Serviço é realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de acordo com o seu ciclo de vida, de forma que venha prevenir a ocorrência de situações de risco social. Em Gravatá o SCFV atende pessoas idosas, crian-

ças e adolescentes com o intuito de fortalecer os vínculos e estimular a convivência familiar e comunitária.

Dentre as atividades desenvolvidas estão aulas passeios, oficinas de artesanatos, atividades festivas, encontros intergeracionais, palestras educativas, atividades de lazer, cultura e esportivas, entre outras planejadas de forma coletiva com os/as usuários/as.

Para esse quesito, inicialmente era prevista a contratação de entidades da rede socioassistencial privada, via seleção pública de projetos, porém orçamentariamente não foi possível pela não existência de elemento de despesa de subvenção social.

Contudo, com a seleção simplificada para contratação de pessoal, realizada pela Secretaria de Assistência Social, foi possível ampliar o atendimento do SCFV para 202 atendimentos. Antes da seleção simplificada eram 60 idosos atendidos em atividades socioeducativas. Com a ampliação, além do grupo de idosos também passaram a ser atendidos crianças e adolescentes.

QUALIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS E READEQUAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS



O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, instituído pela Lei nº 3493/2009, modificada pela Lei nº 3672/2015; é órgão de caráter permanente e natureza colegiada, de comando único, deliberativo e paritário entre representantes do Governo Municipal e da sociedade civil, e constitui órgão normativo, articulador e coordenador da política de assistência social no âmbito do Município de Gravatá, tendo seu funcionamento regulado por Regimento Interno.

Principais atribuições:

- Deliberar sobre a Política de Assistência Social no município.
- Exercer o Controle Social da Política Municipal de Assistência Social.
- Exercer o Controle Social do Programa Bolsa Família;
- Realizar visitas para inscrição e monitoramento das instituições;
- Orientar representantes de instituições quanto ao processo de inscrição junto ao conselho;
- Esclarecer dúvidas quanto à legislação da Assistência Social que rege o funcionamento do conselho.

No diagnóstico realizado sobre o funcionamento do CMAS foi identificado que as comissões previstas no regimento Interno não estavam constituídas e um dos motivos era a ausência de conhecimento dos conselheiros sobre seu papel e atribuições.

Assim foi realizada uma capacitação desenvolvida em 4 módulos cujo objetivo era oferecer aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Gravatá conhecimentos essenciais ao desempenho de suas atribuições legais, de forma a contribuir para a efetividade do controle social da Política de Assistência Social e em especial do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito do município.

QUALIFICAÇÃO DAS EQUIPES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS



O SUAS vem sendo aprimorado desde sua implantação em 2005, dentre os avanços apontados na perspectiva da efetivação do Sistema é a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras, conforme estabelece a LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011, no seu artigo 6º “implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social”, é uma atribuição da gestão das ações na área de assistência social para os três entes federados.

Nesta perspectiva foram realizados ou houve a participação em 18 momentos de formação – seminários, encontros, capacitações, etc. -, por meio de parcerias firmadas com a Faculdade



Maurício de Nassau, Secretária de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do estado de Pernambuco e a Faculdade ASCES – Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico, além de recursos próprios. No total foram contemplados 252 profissionais no desenvolvimento dessa ação.

DISTRIBUIÇÃO DE LEITE ATRAVÉS DO PROGRAMA LEITE DE TODOS



Através da parceria entre o governo estadual e a prefeitura de Gravatá, o programa estadual Leite de Todos foi reativado no município em maio de 2016. Este programa visa reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes, com prioridades para crianças, gestantes e nutrizes, e pessoas idosas através da distribuição diária e gratuita de 1 litro de leite pasteurizado.

Para o município, o número de pessoas beneficiadas foi de 370 usuários e a meta de distribuição foi de aproximadamente 77.700 litros durante a vigência do convênio para o exercício 2016.

INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E CONTROLE URBANO

META PRIORITÁRIA	SITUAÇÃO
Regularização e manutenção da coleta de lixo no município	CONCLUÍDA
Estruturação do serviço de iluminação pública do município	EM ANDAMENTO
Municipalização do trânsito da cidade	EM ANDAMENTO
Reestruturação do setor de controle urbano da prefeitura	EM ANDAMENTO
Retomada e conclusão da elaboração do plano diretor (pd), do plano de desenvolvimento estratégico (pde), do georreferenciamento e atualização do cadastro de imóveis do município	CONCLUÍDA
Reativação do convênio fem 2	EM ANDAMENTO
Realização de serviços de recuperação de ruas com recursos provenientes de emendas parlamentares	CONCLUÍDA
Substituição de trecho da adutora de amaraji/gravatá	CONCLUÍDA

REGULARIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO NO MUNICÍPIO

Trata-se de atividades para garantir a manutenção do lixo e o manejo do aterro sanitário dentro da legislação.

Em janeiro/2016 foi contratada, de forma emergencial, nova empresa para coleta do lixo e aterro sanitário. A empresa vencedora foi a Via Ambiental e o valor do contrato foi de R\$ 2.749.806,36 para um período de seis meses (valor mensal: R\$ 458.301,06).

Em paralelo, deu-se andamento ao processo

regular de contratação de empresa para coleta do lixo e aterro sanitário. Em julho/2016 houve abertura do processo licitatório de nº 027/2016, através da modalidade pregão presencial, no qual participaram 9 (nove) empresas, tendo saído como vencedora do certame a empresa Planalto Pajeú Empreendimentos Ltda-EPP.



O contrato de nº 028/2016, no valor global de R\$ 6.648.505,08 para um período de doze meses foi firmado com a Planalto Pajeú. Este novo contrato contemplou uma ampliação de quase 20% (de 1.755 ton. para 2.089 ton.) do item de maior relevância financeira do objeto (coleta e transporte de resíduos domiciliares, comerciais e varrição de feiras livres) para melhor atender à coletividade. Também houve a inclusão de novos itens de serviços. Ressalta-se que, mesmo considerando a variação inflacionária, ainda proporcionará à Administração a economia mensal de mais de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais por mês) se comparado com a média praticada pelos contratos da gestão afastada.

Também, de forma inovadora, a gestão interventora lançou e concluiu processo licitatório para implantação de usina de produção de energia a partir do lixo. Foi assinado o contrato nº

037/2016, no valor global de R\$ 2.460.000,00 para um período de doze meses (valor mensal: R\$ 205.000,00).

Com isso, a partir do primeiro semestre de 2017, todo lixo gerado no município de Gravatá, será transformado em energia elétrica. A vencedora da licitação para construir a usina, a empresa paulista RSU Brasil vai investir R\$ 12 milhões e gerar 3 Megawatts (MW) de potência instalada.

A ideia é que 1 MW seja consumido pela operação da planta, 800 MW usados para cuidar da iluminação pública e dos prédios da gestão municipal e direcionar o restante para o mercado de geração distribuída. A previsão é que a economia chegue a R\$ 2 milhões por ano aos cofres públicos.

Com a ação, a prefeitura sai na vanguarda com relação à aplicação da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, assunto que terá, mais cedo ou mais tarde, ser encarado pelas gestões municipais e estaduais.

Desta forma, assim que a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) liberar, a unidade será erguida em 60 dias. Durante a fase de construção, 45 empregos diretos serão gerados e, durante o funcionamento, cerca de 30.

ESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO

Para garantir a manutenção da iluminação pública no município, a equipe interventora definiu que essa temática deveria ser tratada como ação estratégica pela gestão.



Nesse sentido, a prefeitura entrou na justiça e obteve liminar para que a Companhia Elétrica de Pernambuco (CELPE) retomassem o serviço de manutenção do parque elétrico, para posteriormente devolvê-lo à prefeitura, conforme resolução da ANEEL que preconiza o repasse do parque energético das concessionárias de energia para as administrações municipais. Com isso evitou prejuízos ao erário municipal, com o recebimento de um parque elétrico sucateado.



Em paralelo, foi realizado levantamento das condições do parque elétrico da cidade e entregue a Companhia. Com isso a prefeitura iniciou a fiscalização das atividades de troca de luminárias pela equipe da CELPE. A previsão de término era agosto/2016, porém até o final de novembro/2016 a empresa ainda não concluiu a atividade.

Pontua-se também, que durante o levantamento das condições do parque elétrico, foi identi-

cado que áreas internas de alguns condomínios privados estavam sendo custeadas pela prefeitura. Assim, a gestão municipal ajuizou ação na justiça estadual para retirada dessas áreas da conta de energia paga pela prefeitura.

MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DA CIDADE

Consiste em articular junto ao Conselho Estadual de Trânsito de PE - CETRAN e ao DENATRAN, ações para a municipalização do trânsito.

Em reunião com a Presidente do CETRAN, foi verificado que a Lei do município estava obsoleta em relação ao Código Brasileiro de Trânsito (CBT). Assim, foi fornecido um modelo de Minuta de Lei para que o município pudesse adequá-lo à sua realidade e, então, dar continuidade ao processo de municipalização.

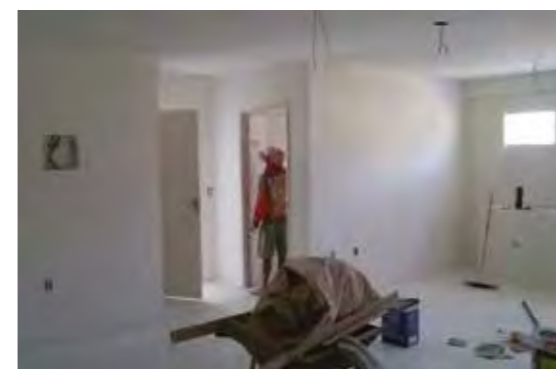
Essa minuta já foi adequada e o próximo passo será a submissão da Lei reformulada para a Câmara de Vereadores.

REESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE CONTROLE URBANO DA PREFEITURA

Dentre os objetos contemplados pelo convênio com o Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal (PNAFM), estava a reforma do setor de controle urbano da prefeitura. Para esse quesito, o convênio contemplava a reforma do prédio de controle urbano e a aquisição de equipamentos e mobiliário.

Assim, a secretaria de infraestrutura, mobilidade e controle urbano atuou conjuntamente

com a secretaria de finanças e planejamento e a procuradoria geral do município para o destravamento do convênio. Com o êxito na tarefa de destravamento, a secretaria de infraestrutura tratou de desenvolver as demais atividades para execução da reestruturação do setor de controle urbano.



Os certames licitatórios para contratação do serviço de reforma e da entrega de equipamentos e mobiliário foram realizados no segundo semestre de 2016. A reforma do prédio de controle urbano foi concluída em novembro de 2016. Já a entrega dos equipamentos e mobiliários está prevista para o início de dezembro do mesmo ano.

RETOMADA E CONCLUSÃO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR (PD), DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO (PDE) E DO GEORREFERENCIAMENTO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO

Também contempladas pelo convênio com o PNAFM e com a resolução das pendências do município, em fevereiro de 2016, as atividades de elaboração do Plano Diretor, do Plano de Desenvolvimento Estratégico e do Georreferen-

ciamento do Cadastro de imóveis do município foram retomadas.



Após o destravamento do convênio, foram retomadas as atividades com as empresas contratadas para execução desses objetos, sendo elas: a empresa Tributos Informática Ltda.-EPP, para o georreferenciamento e atualização do cadastro de imóveis do município, e a consultoria Engenconsult Consultores Técnicos Ltda., para os produtos plano diretor e plano de desenvolvimento estratégico.

Ao final, todos os produtos previstos no objeto do contrato foram concluídos. Em 02/09/2016 foi realizada a entrega final dos produtos de georreferenciamento e da atualização do cadastro imobiliário. Em 28/10/2016 foi feita a entrega final do Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE) e em 21/11/2016 o Plano Diretor (PD) foi enviado para aprovação na Câmara dos Vereadores.

Ressalta-se que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo ele quem dirige o progresso do município nos aspectos econômicos, físicos



e sociais. Contudo, o plano vigente do município de Gravatá encontra-se defasado, uma vez que foi elaborado em 2006 e com as constantes transformações da cidade nesses 10 anos, tornou-se descompassado com a demanda e anseios da população.

Assim, tanto na elaboração do novo Plano Diretor quanto no Plano de Desenvolvimento Estratégico foi necessária a realização de diversas reuniões, oficinas e audiências públicas com a participação dos diversos atores da sociedade. Também, durante a confecção dos três produtos (PD, PDE e Georreferenciamento e atualização de cadastro) foram implementadas rotinas de monitoramento das atividades desenvolvidas pelas empresas.

Nesse sentido, ressalta-se que após discussões e debates, acredita-se que foram construídos produtos participativos, que contemplam as necessidades dos cidadãos e que fomentarão o desenvolvimento local com bases sustentáveis.

Ainda, dentre as proposições mais relevantes para o Plano Diretor estão: a recuperação das margens do Rio Ipojuca através da criação de um parque linear, os investimentos na malha viária do município para facilitar a travessia ao longo da BR-232 e favorecer o escoamento do trânsito, e a redefinição da zona urbana, do zoneamento e seus padrões de parcelamento.

REATIVAÇÃO DO CONVÊNIO FEM 2

A equipe da Intervenção atuou em conjunto com a SEPLAG/PE para reativar o convênio

com o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FEM), que estava paralisado. O convênio em questão refere-se ao FEM de 2014, denominado FEM 2, no valor de R\$ 1.817.104,55, que contempla o calçamento de dezenove ruas.



Para continuidade do convênio, foram retomadas as atividades com a empresa, inicialmente contratada em 2015, que executou a 1ª parcela do convênio. A empresa em questão foi a Trena Construções LTDA.

Em fevereiro/2016 foi liberado o valor de R\$ 589 mil referente a 2ª parcela do FEM 2. Esse valor foi utilizado na conclusão da pavimentação em paralelepípedo de mais 05 (cinco) ruas. Cabe ressaltar que nesta fase foi realizada nova reprogramação do Plano de Trabalho.

A 3ª parcela do convênio também já foi liberada e a expectativa é de conclusão de todas as ruas constantes no novo plano de trabalho até o início de dezembro de 2016. É importante salientar que no início havia 19 (dezenove) ruas a serem pavimentadas, mas com a alteração do Plano de Trabalho, restaram 16 (dezesesseis) ruas ao todo, pois 3 (três) ruas foram suprimidas.

REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE RUAS COM RECURSOS PROVENIENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

Também em parceria com a SEPLAG/PE, foram destravados os recursos das emendas parlamentares dos deputados Waldemar Borges e Adalto Santos, nos valores de R\$ 650 mil e R\$ 94.065,41, respectivamente. Essas emendas foram repassadas via FEM e, por essa razão, obedeceram a tramitação padrão do Fundo, a exemplo da necessidade de aprovação de plano de trabalho e liberação de recursos em parcelas.



Para a emenda de Waldemar Borges (emenda estadual nº 140/2016), nominada operação tapa buraco, foram realizados os serviços de serviços de tapa buraco; reposição do paralelo; recomposição de calçada; recomposição do meio-fio; limpeza de caixa de drenagem pluvial e recomposição de caixa de drenagem pluvial. Ao todo foram recuperadas 82 ruas do município.

Já a emenda de Adalto Santos (emenda estadual nº 237/15), contemplou a pavimentação em paralelepípedo granilítico e drenagem das Ruas Maria Mazarello e Maria Alice.

Pontua-se que para a realização das atividades da operação tapa buraco, foi feita uma integra-

ção com o projeto PSA da Compesa, tendo sido elaborado cronograma de ações entre as duas instituições para que não houvesse sobreposição de atividades.

Por fim, ressalta-se que a execução desta meta veio atender a um anseio antigo da população gravataense, que há muito tempo sofria pela falta de manutenção de suas vias locais.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - SES DE GRAVATÁ

Realizada pela Compesa, a meta corresponde a implantação do sistema de esgotamento sanitário da sede do município de Gravatá, incluindo ramais condominiais, rede coletora, estação elevatória e estação de tratamento de esgoto.

A obra faz parte do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca – PSA-Ipojuca, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). 70 mil habitantes deverão ser beneficiados através desta obra, estimada no valor de R\$ 35.500.000,00.

Para o ano de 2016 são previstos a recuperação 36 km de rede coletora construída pelo projeto Alvorda; a implantação de 28 km de novas redes coletoras; a implantação de 48 km de ramais condominiais de calçada ou fundo de lote; duas Elevatórias e uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE).

O empreendimento está sendo implementado em duas etapas. A primeira já se encontra em execução. A segunda está em fase de contratação de empresa para realizar o projeto.



SUBSTITUIÇÃO DE TRECHO DA ADUTORA DE AMARAJI/GRAVATÁ

Trata-se da substituição de 4.800 metros de tubulação de 400 mm por 600 mm, aumentando em 50% o volume de água e beneficiando certa de 97 mil pessoas nos municípios de Amaraji, Chã Grande e Gravatá.

A obra foi executada diretamente pela Compesa com recursos da Caixa Econômica Federal, tendo sido concluída no início de junho de 2016.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

META PRIORITÁRIA	SITUAÇÃO
Regularização do funcionamento dos mercados e abatedouros	CONCLUÍDA
Incentivo à adoção de praças públicas	CONCLUÍDA
Promoção do programa terra pronta	CONCLUÍDA
Promoção do programa garantia safra	CONCLUÍDA
Recuperação das vias que dão acesso aos assentamentos rurais e rota das flores	CONCLUÍDA
Cadastramento de famílias do município no cadastro ambiental rural (car)	EM ANDAMENTO
Distribuição de água através de carros pipa	CONCLUÍDA
Gravatá – construção e/ou ampliação de pequenas barragens	CONCLUÍDA
Implantação do parque urbano ambiental em gravatá	EM ANDAMENTO

REGULARIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS E ABATEDOUROS

Para solucionar problemas encontrados no funcionamento dos mercados municipais e do

abatedouro, a exemplo dos contratos dos boxes dos mercados sem a devida formalização, da forma irregular de arrecadação das taxas dos mercados, feira e abatedouro e da existência de pessoas executando trabalhos sem vínculo com a Prefeitura, foi estabelecido que essa ação deveria ser prioritária para equipe interventora.

Assim, a meta consistiu nas atividades para a regularização do funcionamento dos mercados e do abatedouro, sendo entre elas o cadastramento dos usuários dos boxes e a regularização da arrecadação das taxas envolvidas.

Por fim, os mercados e o abatedouro foram devidamente regularizados, com cadastramento de permissionários realizado, estabelecimento de arrecadação de taxas por meio de DAM (Documento de Arrecadação Municipal) e a contratação de pessoal por meio de processo de seleção simplificadas.

INCENTIVO À ADOÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS



A meta visava a adoção de praças por parte de empresas, ao longo da gestão vigente. O Plano de adoção contemplava nove objetos entre praças e canteiros. Contudo, devido à dificuldade

de encontrar responsáveis para a adoção das praças, a secretaria optou em fazer a revitalização, utilizando mão de obra própria e parceiras (com doações de mudas e plantas).

Através da atuação da secretaria de desenvolvimento sustentável foram revitalizadas as praças Arão Lins, Matriz, Rodolfo de Moraes e Praça 10, o Pólo Moveleiro, o Centro Turístico e a Entrada da Cidade.

PROMOÇÃO DO PROGRAMA TERRA PRONTA



O programa estadual tem por objetivo o preparo do solo para o plantio de culturas de subsistência para apoiar a produção da agricultura familiar. A atuação do município é feita através de atividades como a realização de levantamento da demanda do município, o acompanhamento das atividades no campo e a emissão de relatório de quantitativo de hectares arados para o IPA.

Este ano o Terra Pronta foi concluído no mês de abril. No total foram preparados 189 ha de terra, beneficiando 220 agricultores. Em paralelo, foram distribuídas 3,5 toneladas de sementes, entre feijão caupi, comum e milho.

PROMOÇÃO DO PROGRAMA GARANTIA SAFRA

Trata-se da adesão do município ao Garantia Safra, programa que visa a mitigação dos efeitos da perda de safra, e o respectivo cadastramento dos agricultores locais a serem assegurados.

No primeiro semestre de 2016, o município concluiu a fase de inscrições para o Garantia Safra 2015/2016 com 287 agricultores inscritos. No ano anterior esse quantitativo tinha sido de 156 agricultores. Deste total, 266 agricultores formalizaram a adesão ao programa com efetivação do pagamento do boleto, emitido pela Secretaria Estadual de Agricultura e Reforma Agrária (SARA) e distribuído pela prefeitura.

RECUPERAÇÃO DAS VIAS QUE DÃO ACESSO AOS ASSENTAMENTOS RURAIS E ROTA DAS FLORES



A ação corresponde ao nivelamento e melhoria das estradas da zona rural da cidade de Gravatá. Era previsto a recuperação de oitenta e cinco quilômetros de vias, contudo até novembro de 2016 aproximadamente 120 (cento e vinte) quilômetros foram recuperados. As localidades beneficiadas foram: Comunidade de Resina;



Limeira; Varzea grande; Retiro Saldoso; Águas Claras; Engenho Cumbi; Locas; Riacho do Caranguejo; Sítio Caatinga vermelha; Pedra Branca;

As atividades foram iniciadas em janeiro/2016 e contou com o apoio do Governo do Estado (empréstimo de maquinário pelo IPA) e dos assentamentos locais (articulação para obtenção do insumo piçarro).

Ressalta-se que as vias rurais melhoradas beneficiam tanto o transporte escolar quanto à fluidez da logística da agricultura local, favorecendo aproximadamente 1000 famílias.

CADASTRAMENTO DE FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento fundamental para auxiliar no processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais. Consiste no levantamento de informações georreferenciadas do imóvel, com delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal (RL), remanescentes de vegetação nativa, área rural consolidada, áreas de interesse social e de utilidade pública, com o objetivo de traçar um mapa digital a partir do qual são calculados os valores das áreas



Sendo assim, a prefeitura reativou, no segundo semestre de 2016, o processo de cadastramento de famílias rurais do município no CAR. Para tanto, foi feito trabalho de coleta de dados em campo e em seguida inserção desse conjunto de informações em bando de dados. Posteriormente, esses cadastros foram enviados para o MMA para finalização dos mesmos.

Pontua-se que mais de 20 famílias do sítio de Telha Branca foram contempladas recentemente com o cadastramento. Ao todo 256 famílias gravataenses já foram beneficiadas com o CAR, entre ações da prefeitura e do Governo do Estado.

DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA ATRAVÉS DE CARROS PIPA



Através da atuação conjunta entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Gravata foi possível viabilizar a cessão de mais dois carros-pipa da Operação Pipa para atender a demanda do município, especificamente a cisternas comunitárias da zona rural e a equipamentos públicos.

Até então, o município atendia à população com apenas três carros-pipas (um advindo do PAC 2 e os outros dois através da Camil/ CODECIPE). O

abastecimento tem sido operacionalizado pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) e com a ação 112 famílias da zona rural estão sendo beneficiadas.

GRAVATÁ - CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE PEQUENAS BARRAGENS

Em meio a existência da meta prioritária do Governo do Estado, que visa construir e ampliar pequenas barragens no município para captação e armazenamento de água para a produção agrícola e consumo animal, foi concentrado esforços para a execução das barragens prevista para o município de Gravata.



Assim, em 2015 foram construídas três barragens nas localidades do Assentamento Valentim, Assentamento Nossa Senhora das Graças e Cotunguba. Para o ano de 2016, foi construídas as barragens de Várzea Grande I e Várzea Grande II, entregues nos meses de maio e julho, respectivamente.

IMPLANTAÇÃO DO PARQUE URBANO AMBIENTAL EM GRAVATÁ

Com recursos do Programa de Saneamento

Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca – PSA Ipojuca é previsto a implantação de parques urbanos ambientais em três cidades do Estado de Pernambuco, entre elas Gravata.

Pretende, assim, utilizar parte dos recursos para a seleção e contratação de serviços de consultoria técnica especializada para elaboração de projetos de arquitetura e de arquitetura paisagística para implantação de parques urbanos ambientais nas cidades de Belo Jardim, Gravata e Escada, com áreas de 5,47 ha, 1,02 ha e 12,25 ha, respectivamente.

Os serviços de consultoria pretendidos têm execução estimada em 09 (nove) meses e incluem a elaboração de: (a) estudo de concepção dos parques, com a participação de representantes do poder municipal local e de organizações civis; (b) projetos básicos de arquitetura para os setores de equipamentos e lazer; (c) projetos de arquitetura paisagística, inclusive restauração de APP, e equipamentos para os setores de preservação ambiental e (d) projetos executivos. O objetivo da ação, com a construção dos parques, é a Proteção de margens do Rio em trechos urbanos, pela recomposição de mata ciliar e pela criação de espaços públicos de convivência social.

Ressalta-se que a atividade já fez a seleção das empresas e aguarda a aprovação das mesmas pelo BID.



TURISMO, CULTURA, ESPORTES E LAZER

META PRIORITÁRIA	SITUAÇÃO
Requalificação dos atrativos turísticos do município	EM ANDAMENTO
Realização de eventos de calendário	EM ANDAMENTO
Reconstrução do pontilhão	EM ANDAMENTO
Projeto viver gravatá	EM ANDAMENTO
Requalificação do alto do cruzeiro	CONCLUÍDA
Participação em eventos do turismo	CONCLUÍDA
Realização do projeto taxi interativo	CONCLUÍDA
Implantação e pavimentação da rodovia pe-087 gravatá – mandacaru	CONCLUÍDA

REQUALIFICAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO

Requalificação de atrativos turísticos (mais especificamente o Pátio de Eventos e do Parque da Cidade) através de projetos de jardinagem, ciclovias, construção de quiosques, iluminação, recuperação de calçadas e implantação de banheiros públicos, entre outros.

O projeto de requalificação do Pátio de Eventos foi inscrito no edital do ministério do Turismo (MTur), aguardando avaliação.

Já para o Parque da Cidade, o projeto deverá ser executado pela Secretaria Estadual de Turismo (Seturel), cabendo a secretaria municipal o acompanhamento das ações. Os recursos são do Prodetur e o orçamento estimado é de R\$

570.000,00 para os serviços de Paisagismo e mobiliário urbano, Pista de Skate, Pista de Cooper, Academia Pernambuco, Quadra poliesportiva e Requalificação e Pavimentação de Intertravado.

Neste sentido, a entrega da academia de ginástica no Parque da Cidade está prevista para dezembro de 2016.

REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE CALENDÁRIO

Trata-se do desenvolvimento de atividades necessárias para realização das festas tradicionais na cidade como a Semana Santa, o São João, o Natal e a Festa de Reis, como também a captação de novos eventos.

Com base no esforço empreendido foram realizados os seguintes eventos: Gravatá Jazz Festival, Flipojuca, Semana Santa e São João de Gravatá.

Natal e Festa de Reis em 2015



Mesmo em meio ao início das atividades da Intervenção, a equipe interventora optou por realizar os festejos do Natal e da Festa de Reis

em 2015/2016. Assim, houve a realização dos Festejos Natalinos com apresentações do grupo Gravatart, Ballet Natalino, Corais Religiosos, Louvor de Natal. Já a tradicional Festa de Reis foi realizada no início de janeiro de 2016 e teve como tema “Uma Semana de Bênçãos, Um Ano de Graça”. Foram realizadas celebrações religiosas e quermesses com música nas sextas, sábados e domingos do mês de janeiro no centro e nos distritos do município.

Gravatá Jazz Festival



Realização do Festival de Jazz em parceria com a Mono Produções e Flipojuca Editora, com a curadoria de Giovanni Papaléo, patrocinado pelo Trade Turístico de Gravatá e pela Cervejaria Devassa. A programação gratuita envolveu oficinas de música, festival gastronômico, feira de artesanato, JAM Sessions, MardiGras e shows realizados no Pátio de Eventos, Parque da Cidade, e Igreja Matriz. Com um público de mais de trinta mil pessoas durante todo o período do evento.

No mesmo período do Gravatá Jazz Festival houve a realização do carnaval do Mercado Cul-

tural, com decoração e uma programação musical diária. As atrações foram patrocinadas pelos permissionários do mercado em parceria com a SETUREL e a EMPETUR

Semana Santa em Gravatá



Realizada nos dias 25 e 26 de março no Pátio de Eventos Chucre Mussa Zarzar, com atrações locais e regionais, reunindo cerca de 15 mil pessoas por noite. A festa teve o apoio da EMPETUR e FUNDARPE, como também da Proventus, Terra Produções e empresas locais.

1ª edição da feira literária Flipojuca de Gravatá



Realizada no Parque da Cidade, contou com uma diversificada programação com mesas re-



dondas, lançamentos, feira de livros e alvorada Literária nas escolas e recitais itinerantes pela cidade. Na abertura foi realizado o show de Nando Cordel no Mercado Cultural

São João em Gravatá



Realizada no Parque da Cidade, a abertura dos festejos juninos contou com concurso de quadrilhas matutas de grupos de escolas e apresentações da Quadrilha Traquejo e Quadrilha Saco-lejar, além de brincadeiras populares do folclore nordestino. No período de 23 a 26 de junho de 2016 a festa de São João ocorreu no Pátio de Eventos e no Mercado Cultural. A programação contou com atrações locais, regionais e nacionais. A festa reuniu um público de aproximadamente 30 mil pessoas.

Destaca-se que o São João da cidade foi realizado sem custo para a prefeitura através da realização de licitação para concessão de espaço público.

Natal de 2016

O Natal de Gravatá 2016 traz como tema cen-

tral "O presépio" representando o nascimento de Jesus Cristo, assim como, a renovação e a esperança. O evento ocorrerá no período de 10 a 25 de dezembro, com apresentações culturais e decoração natalina nos principais corredores turísticos e culturais do município. A programação contará com a chegada do Papai Noel em desfile em carro antigo acompanhado de bandas marciais com músicas natalinas. Será exibida uma projeção mapeada na Igreja Matriz, feira de artesanato natalino, Cantata de Natal, festival de coral e apresentações de grupos culturais da cidade. O evento tem como objetivo promover, proteger e valorizar as tradições culturais do município além de fortalecer o calendário turístico, gerar novas oportunidades de negócios e promover o acesso da comunidade às manifestações culturais.

RECONSTRUÇÃO DO PONTILHÃO

Em 03 de fevereiro de 2016 o Ministério Público de Pernambuco e a Fundarpe determinaram a reconstrução do Pontilhão, que faz parte da linha da linha férrea do município tombada como patrimônio histórico e que foi derrubado no ano de 2015.

Diante da determinação, atividades estão sendo desenvolvidas pelas secretarias de turismo e de infraestrutura para reconstrução do patrimônio, entre elas a elaboração de projeto executivo e de termo referência para a contratação de empresa para execução da obra.

Em abril de 2016 o projeto executivo foi enca-

minhado para a MPPE e para a Fundarpe e no mês de maio a Fundarpe enviou nota técnica GPCult Nº 041/2016 solicitando ajustes no termo de referência. A última ação desenvolvida pela administração do município, em meados de outubro de 2016, foi o envio de ofício para o DNIT e para a Fundarpe com o pré-projeto do pontilhão ajustado para ser aprovado pelos órgãos. Posteriormente, a Procuradoria do município peticionou o processo na justiça federal e aguarda a tramitação do processo nos órgãos envolvidos para só então dar continuidade as atividades planejadas.

PROJETO VIVER GRAVATÁ



A prefeitura implantou a partir de novembro o Projeto Viver Gravatá. Esse projeto visa a realização de atividades lúdicas, roteiros a pé e de bicicleta, feira de artesanato e atividades esportivas e recreativas durante o dia de sábado.

Para a realização desse projeto a secretaria municipal de turismo, cultura, esporte e lazer firmou parceria com as secretarias de educação e saúde, academias de ginástica, artesãos, grupos culturais de Gravatá e com Neto do Parque.

REQUALIFICAÇÃO DO ALTO DO CRUZEIRO



Em parceria com as Tintas Coral, foi executado o projeto Tudo de Cor para Gravatá. O mesmo tem como objetivo requalificar o Polo Cultural Alto do Cruzeiro na perspectiva de promover o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural de Gravatá.

O Tudo de Cor para Gravatá foi concluído em novembro de 2016 com os serviços de pintura da igreja, cemitério, cruzeiro, cristo e parque infantil.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DO TURISMO

Em parceria com o Trade Turístico e como forma de divulgar as potencialidades do município, a participação da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em eventos nacionais do turismo foi tratada como estratégica pela adminis-



tração municipal.

Entre os eventos que contaram para a participação do município no ano de 2016 estão: Fenear-te; Festival de Turismo de João Pessoa; Congresso da Abav e BrazilTravel Mart.



Durante a realização do Brazil Travel Mart, a secretaria municipal fez o lançamento do aplicativo Gravatá Turismo para smartphones. A ferramenta, criada pela própria secretaria, reúne as principais informações sobre o município de Gravatá, seus atrativos e equipamentos turísticos. O aplicativo pode ser baixado gratuitamente.

REALIZAÇÃO DO PROJETO TAXI INTERATIVO



Projeto do Taxi Interativo Em parceria com a EMPETUR foi realizado o projeto TAXI INTERATIVO. O município foi o primeiro no interior do estado a receber o projeto que teve como obje-

tivo capacitar 40 taxistas. Foram realizadas oficinas sobre Informações Turísticas e Qualidade no Atendimento. Além disso, os taxistas receberam através de contrato de comodato tablets cedidos pela SETUREL-PE para facilitar o atendimento a clientes e turistas.

IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA PE-087 GRAVATÁ - MANDACARU

Diz respeito à execução de obras remanescentes da implantação e pavimentação da PE 087, trecho compreendido entre a cidade de Gravatá e o Distrito de Mandacaru, além de 05 vias de acesso urbano, com o objetivo de melhorar a infraestrutura turística na região. O serviço compreendeu: terraplenagem, sub base, base, drenagem e obra de arte especial, além da pavimentação.

A obra tinha sido paralisada em 2013 com um percentual de execução de 70,7%. Com a retomada da obra, novo processo licitatório para a execução do remanescente foi iniciado, resultando como empresa vencedora a Cosampa projetos e construções LTDA, com obra iniciada em novembro/2015, pelo valor de R\$ 5.558.081,04.

Ressalta-se que todos os serviços foram concluídos no ano de 2016, após esforços de monitoramento pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de Gravatá.

FINANÇAS E PLANEJAMENTO

META PRIORITÁRIA	SITUAÇÃO
Acompanhamento do status orçamentário (loa 2016) do município	CONCLUÍDA
Implantação do processo de descentralização de despesas nas secretarias	CONCLUÍDA
Implementação de plano de arrecadação da prefeitura	CONCLUÍDA
Implementação de acompanhamento de fluxo de caixa	CONCLUÍDA

ACOMPANHAMENTO DO STATUS ORÇAMENTÁRIO (LOA 2016) DO MUNICÍPIO

A meta visava garantir que os instrumentos legais de planejamento e orçamento refletissem a realidade do município. Correspondeu em um dos primeiros esforços empreendidos pela gestão intervencionista na tentativa de organizar a administração financeira do município à nova estrutura administrativa.

Para tanto, foi necessário desenvolver ações como conhecer o sistema de execução orçamentária e financeira utilizado à época, analisar a execução do orçamento de 2015, para utilizá-la como parâmetro, além de analisar as leis em tramitação e as aprovadas em matéria orçamentária (LOA, LDO e PPA), realizar a análise do fluxo de caixa e o alinhamento entre esse fluxo e o orçamento. Por fim, foi elaborado decreto de readequação da LOA, com publicação em fevereiro/2016, com base em autorização concedida na Nova Lei de Estrutura Administrativa do Município.

IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE DESPESAS NAS SECRETARIAS

Em busca de acelerar o processo de execução da despesa e permitir o acompanhamento pelas áreas finalísticas da administração municipal, foi feito o processo de descentralização de despesas nas secretarias de Assistência Social e Saúde e elaborado o decreto nº 10/2016 de descentralização da despesa, o qual foi publicado em março de 2016.

A reunião para apresentar o processo de descentralização foi realizada em 01 de abril de 2016 e contou com a participação de secretarias municipais, entre elas a de administração, de assistência social e de governo, além da controladoria e da procuradoria do município.

IMPLEMENTAÇÃO DE PLANO DE ARRECADAÇÃO DA PREFEITURA

A partir do objetivo de alavancar a receitas próprias do município, a equipe interventora definiu duas linhas de atuação: uma direcionada para a produção de atos legais necessários e a outra direcionada para execução de ações administrativas, também necessárias.

Da primeira linha de atuação, foram elaborados e publicados leis, decretos e instruções normativas. Entre as publicações vale citar o decreto de nº 28/2016, que estabelece as hipóteses e os critérios para arbitramento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) e da outras providências, e a lei municipal de nº 3.695/2016, que dispõe sobre a concessão de



benefícios para pagamento de débitos fiscais em atraso referente ao IPTU, ao ISSQN e as taxas de licença e funcionamento TLF, e estabelece normas para sua cobrança extrajudicial e dá outras providências.

Já referente às ações administrativas, foi necessário realizar diagnóstico sobre o funcionamento da área de arrecadação do município e priorizar as ações administrativas em curto, médio e longo prazo.

Entre as principais ações desenvolvidas resalta-se o destravamento do convênio PNAFM (que tinha entre seus objetos de execução a realização dos serviços de atualização de dados e modernização do cadastro imobiliário, da planta genérica de valores e implantação de sistema de informações geográficas) e a partir desse destravamento, a realização do georreferenciamento e atualização do cadastro de contribuintes do município. Nesse sentido, destaca-se que a atualização cadastral realizada pode ser considerada como um dos grandes legados da gestão interventora e espera-se um impacto positivo de grande vulto na arrecadação municipal a partir de 2017.

Ainda, outras ações foram executadas como a cobrança de inadimplentes do IPTU, as revisões de lançamento de IPTU de 2014 e 2015 e as fiscalizações na área mercantil, as quais foram melhores esplanadas no tópico relato financeiro deste relatório.

IMPLEMENTAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE FLUXO DE CAIXA

A meta consistia na formatação de um fluxo de caixa que permitisse garantir um cronograma de pagamentos das despesas da prefeitura e o equilíbrio entre as receitas efetivamente arrecadas e as despesas municipais. Para tanto, foi necessário realizar o levantamento das receitas e das despesas habituais do município, elaborar o instrumento de fluxo de caixa e a sistemática de entrega dos resultados apurados.

Uma vez desenvolvido, o fluxo de caixa passou a ser monitorado periodicamente e se tornou um dos instrumentos basilares no processo de tomada de decisão da Administração Municipal, especialmente, na realização de novas despesas, sempre com o objetivo de garantir o equilíbrio fiscal.

ADMINISTRAÇÃO

META PRIORITÁRIA	SITUAÇÃO
Elaboração e implantação de proposta de redução de despesa total de pessoal	CONCLUÍDA
Recadastramento dos servidores efetivos e comissionados	CONCLUÍDA
Realização de processo de seleção simplificada para contratação de ctd	CONCLUÍDA
Implementação da gestão do patrimônio municipal	CONCLUÍDA

ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROPOSTA DE REDUÇÃO DE DESPESA TOTAL DE PESSOAL

A meta consistiu em ações voltadas para adequação da despesa total de pessoal ao índice legal contido na LRF. No último mês antes das atividades da Intervenção Estadual, em outubro de 2015, o comprometimento da receita líquida com pessoal foi de 70,08%. Contudo, em outubro de 2016 esse percentual atingiu próximo a 60,08%.

Para o desenvolvimento da meta foi necessário realizar levantamento das informações de gasto com pessoal, publicar decretos atos normativos regulamentando ações de racionalização da mão de obra e, posteriormente, efetivar essas reduções. E entre as alternativas escolhidas para a redução do percentual de despesa de pessoal em relação à receita corrente líquida podem ser citadas: redução do quadro de cargos comissionados (economia de R\$ 1,5 milhão), redução do quadro de contratos por tempo determinado

(economia de R\$ 4,1 milhões), vedação à concessão de horas extras (economia de R\$ 614 mil), vedação ao pagamento de representação de gabinete aos cargos comissionados (economia de R\$ 476 mil) e verba indenizatória aos Secretários municipais (economia de R\$ 300 mil) e extinção de três secretarias.

RECADASTRAMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS

Para um melhor dimensionamento dos servidores municipais foi necessário realizar a atualização cadastral dos servidores efetivos e comissionados da Prefeitura. Esse cadastro foi concluído em maio de 2016. No mesmo período e complementar a essa atividade, foi realizada a atualização cadastral dos beneficiários do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Gravatá (IPSEG).

REALIZAÇÃO DE PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADA PARA CONTRATAÇÃO DE CTD

Dentro da política definida pelo grupo da Intervenção de regularização dos vínculos empregatícios da Prefeitura foi verificado que uma das principais irregularidades encontradas foi a ausência de processos de seleção pública simplificada de contratos por tempo determinado.

Foram realizados 6 processos de seleção simplificada nas Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Turismo, Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura.

Os processos de seleção obedeceram aos ritos



exigidos pela Constituição Federal e legislação de pessoal, com a publicação de edital de seleção e obediência aos seus termos. Ao todo foram selecionadas mais de 800 pessoas para assumirem os cargos de contratos de tempo determinado existentes na administração do Município.

IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

Uma das ações estratégicas definidas pela Intervenção foi a implantação da gestão de patrimônio do Município, uma vez que não foi detectado o funcionamento desta atividade.

Para tanto, foi necessário publicar o Decreto nº 39/2016 de criação do sistema de gestão de patrimônio e portaria de requisitos básicos, instituir e treinar comissões de inventários nas secretarias e órgãos do município. O resultado foi a conclusão em novembro de 2016 do inventário de todo o patrimônio da administração pública de Gravatá.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GRAVATÁ (IPSEG)

META PRIORITÁRIA	SITUAÇÃO
Implementação da proposta de amortização da dívida previdenciária	CONCLUÍDA
Implementação da gestão e controle interno na previdência	CONCLUÍDA
Implementação do processo de compensação previdenciária	CONCLUÍDA

IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA

Para atacar um dos problemas que ensejou a Intervenção, a equipe definiu como estratégico, a execução de um conjunto de ações para, em médio e longo prazo, amortizar a dívida do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Gravatá (IPSEG), que aproximava à quantia de 8, 5 milhões, considerando a dívida do Fundo Financeiro, Previdenciário e com outras obrigações.

No início da gestão da Intervenção havia pendências de repasses das contribuições previdenciárias pertinentes à parte do servidor e patronal, relacionada aos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 que somavam a quantia de R\$ 7.300,000,00.

Relativamente a essa dívida do fundo Previdenciário, há projetos de Lei em andamento para permitir o parcelamento da dívida junto ao Mi-

nistério da previdência, e também fora dele.

Afora isso, acumulou-se dívidas com fornecedores, impostos e consignados que somavam a quantia de 1.200,000,00. Deste valor, houve a quitação de quase 70%, tendo sido pago quase 800 mil reais; ficando pendente para quitação a soma aproximada de 400,000 mil reais.

Houve quitação total da dívida do Fundo financeiro, que somava a quantia de R\$ 1.718.414,00.

Em suma, dos 8,5 milhões de dívidas encontradas no início da Intervenção, foi solvida aproximadamente 3 milhões, o que corresponde a 35% do valor total.

IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO E CONTROLE INTERNO NA PREVIDÊNCIA

A equipe gestora do IPSEG também elencou como um dos pontos estratégicos a implementação da gestão do instituto segundo a legislação própria existente, a qual exige a participação de um conselho administrativo e um conselho fiscal, além de um Comitê de Investimento.

Por exigência legal, as ações dos fundos previdenciários devem constar a anuência dos conselhos administrativo e fiscal e as aplicações dos recursos devem ser decididas por um Comitê de Investimento. Esta medida visa o fortalecimento da gestão, através da fiscalização dos fundos de previdência. Após articulação do IPSEG, os conselheiros foram nomeados em abril/2016, e, ato contínuo, começaram a exercer suas atividades.

Vale destacar, também, a importante ação da equipe do IPSEG no tocante à revisão de aposentadorias e pensões pela paridade constitucional dos beneficiários vinculados ao IPSEG. Desde 2001, o direito constitucional dos aposentados vinha sendo violado, e a readequação dos proventos foi uma medida justa e lúdima, que modificou a vida de aproximadamente 120 beneficiários.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA



Uma das alternativas encontradas pela gestão para diminuir o déficit encontrado na previdência foi a implementação do processo de compensação previdenciária. Trata-se do encontro de contas sobre as contribuições recolhidas pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), cujos benefícios foram custeados pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), e vice-versa. Essa medida é maneira de auferir receita para o IPSEG. Vale ressaltar que o descumprimento dessa obrigação tem sido entendido pelo TCE como renúncia de receita, e sobejado responsabilidades aos gestores.

Após realização de todos os procedimentos for-



mais necessários, os pedidos de compensação começaram a ser realizados em novembro, de modo que, as expectativas são para que a entrada de receita comece a acontecer em janeiro de 2017.

CONTROLADORIA GERAL

META PRIORITÁRIA	SITUAÇÃO
Reestruturação da ouvidoria do município	CONCLUÍDA
Controle de regularidade fiscal do município	EM ANDAMENTO
Acompanhamento das despesas do município	EM ANDAMENTO
Acompanhamento do comprometimento da receita com os percentuais previsto em lei (% gasto com despesa de pessoal, % gasto com saúde, % gasto com educação)	EM ANDAMENTO

REESTRUTURAÇÃO DA OUVIDORIA DO MUNICÍPIO

A ação consistiu na estruturação da rede de ouvidoria da prefeitura de Gravatá, finalizada em abril de 2016. Essa estruturação foi contemplada na lei de acesso à informação minutada pela equipe gestora da intervenção.

Complementar à reestruturação, o novo portal da transparência do município foi concluído e já está em funcionamento desde a primeira quinzena de março de 2016.

CONTROLE DE REGULARIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO

Trata-se do acompanhamento do status da prefeitura no Cadastro Único de Convênios (Cauc) – Cauc, que tem por propósito simplificar a verificação do atendimento, por parte da prefeitura e órgãos associados, aos requisitos fiscais para

a transferência voluntária de recursos da União, observando a existência de restrições, irregularidade ou pendências.

ACOMPANHAMENTO DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO

Corresponde ao monitoramento das despesas realizadas pela gestão, verificando itens como a variação em comparação ao ano anterior e o atingimento de metas estabelecidas.

ACOMPANHAMENTO DO COMPROMETIMENTO DA RECEITA COM OS PERCENTUAIS PREVISTO EM LEI (% despesa com pessoal, % gasto com saúde, % gasto com educação)

Trata-se do monitoramento dos percentuais previstos em lei para o comprometimento da receita com despesas de pessoal, gasto com saúde e gasto com educação.

AÇÕES DO PACTO DOS MUNICÍPIOS PELA SEGURANÇA PÚBLICA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Entendendo que a segurança pública merece a atenção e esforço conjunto de todos os setores da sociedade, sobretudo da Prefeitura, a gestão interventora não se quedou em enfrentar apenas os problemas encontrados na gestão municipal, e foi além. O Interventor houve por bem aderir ao Projeto Pacto dos Municípios pela Segurança Pública, do Ministério Público de Pernambuco, através do qual se comprometeu formalmente em enfrentar a problemática, naquilo que compete legalmente ao poder executivo municipal.

Todas as ações desencadeadas com vistas à implementação dos Eixos e Metas estabelecidos no referido projeto foram instrumento de planejamento monitorado periodicamente e acompanhados pelo Interventor e Secretários das pastas envolvidas.

A gestão conseguiu êxito em todos os 10 Eixos e suas Metas estabelecidas pelo projeto, tendo sido a única, no ano de 2016, a receber a Certificação Ouro, a maior classificação possível na premiação do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Registre-se que, muito mais que ações perseguidas pela gestão para o cumprimento das me-



tas estabelecidas, os resultados das ações desencadeadas em razão do Pacto dos Municípios se constituem também em importante legado deixado para a sociedade gravataense, conforme se vê adiante.

EIXO 1

CADASTRAMENTO E CONTROLE DE BARES, RESTAURANTES, BOATES, CASAS DE SHOWS E EVENTOS, E SIMILARES, COMO TAMBÉM, DOS ESTABELECIMENTOS DE FERROS VELHOS E OFICINAS (MOTO E CARRO) DO MUNICÍPIO.

Foi realizado amplo cadastramento de bares e restaurantes, boates e casas de show do município. A ação contou com a participação da Vigilância Sanitária, Conselho Tutelar, Guarda Municipal e Polícia Militar. A relação foi encaminhada para a Polícia Militar de Pernambuco para as providências de alçada institucional.

EIXO 2

CUMPRIMENTO DO PERÍMETRO DE SEGURANÇA ESCOLAR (LEI ESTADUAL Nº 10.454/1990)

Foi enviado pela Prefeitura Projeto de Lei à Câmara de Vereadores tendo sido aprovada e sancionada a Lei nº 3.696/2016, que trata da Área de Segurança Escolar e Lazer (ASEL) no âmbito do município de Gravatá.



A lei já é realidade no município de Gravatá. A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano providenciou a sinalização vertical de todo o perímetro de segurança escolar.

EIXO 3

MELHORAR A ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS

Em razão de decisão judicial proferida em sede de Agravo de Instrumento (Processo nº 0802124-82.2016.4.05.0000), o município de Gravatá-PE encontra-se desobrigado do estabelecido no art. 218, da Resolução 414, com redação da pela Resolução 479, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que impõe a obrigação de receber o sistema de iluminação pública registrado como Ativo Imobilizado em Serviço (AIS), cabendo à CELPE a manutenção do Parque de Iluminação desta cidade.

Não obstante, o Poder Executivo Municipal não cruzou os braços quanto à problemática, e tem desenvolvido uma série de atividades no sentido de facilitar as ações da CELPE para que seja entregue o Parque em condições.

Neste sentido, a equipe da Prefeitura com apoio de componentes da Coordenadoria de Engenharia da Casa Militar do Estado encerrou em 30/09/2016 minucioso levantamento quantitativo que apontou todos os pontos de iluminação danificados nesta edificação (lâmpadas queimadas, em falta, danificadas, etc) perfazendo um total de 1.640 (hum mil seiscentos e quarenta) pontos de iluminação sem funcionamento.

Registre-se ainda, que dito levantamento foi repassado à CELPE que desde então tem realizado os serviços de manutenção do referido Parque, abrangendo substituição de materiais danificados, tais como lâmpadas, luminárias, reatores, conectores, entre outros, perfazendo, até agora, um total de 864 (oitocentos e sessenta e quatro) pontos reparados.

EIXO 4

INSTALAÇÃO DE CÂMERAS E SISTEMAS DE MONITORAMENTO

A Prefeitura Municipal de Gravatá já possuía Central de videomonitoramento sob a coordenação da Guarda Municipal.



Além disso, foi instituído através do Decreto nº

042/2016 o Programa e o Selo “Estabelecimento Comprometido com a Segurança Pública” no Município de Gravatá, com o fim de fortalecimento e promoção das políticas municipais de segurança pública de caráter preventivo e voltadas a diminuição dos índices de violência no município, bem como considerando a necessidade de reconhecer o empenho e envolvimento da sociedade civil organizada, notadamente os representantes do comércio e empresariado local, nas ações que ensejem em colaboração com as políticas públicas voltadas para a segurança pública.

EIXO 5

AÇÕES NOS GRANDES EVENTOS

Foi firmado Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre a Prefeitura Municipal de Gravatá e Ministério Público do Estado de Pernambuco, através do qual são disciplinados os procedimentos e obrigações do poder público e entidades organizadoras de eventos nestes casos.

EIXO 6

CAPACITAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES

A Prefeitura Municipal já possuía Conselho Tutelar formalmente instituído e com sede física. Não obstante, a equipe intervencionista prestou todo apoio no sentido de dotar o Conselho Tutelar de qualificação suficiente para melhor desempenho das funções. Em parceria com a



Secretaria Municipal de Assistência Social todos os conselheiros participaram de ciclos de cursos, palestras e congêneres com foco nas suas atribuições funcionais.

EIXO 7

CRIAÇÃO DAS COMISSÕES DE CONTROLE DE CONFLITOS E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Foram criadas pela Secretaria Municipal de Educação as Comissões de Controle de Conflitos e Execução de Medidas Educacionais com a participação de pais de alunos e professores para a solução de problemas no âmbito das escolas.



Além disso, vem sendo desenvolvido um amplo trabalho de prevenção ao uso de drogas através de parceria firmada com a Patrulha Escolar da Polícia Militar e PROERD/SDS.

EIXO 8

CRIAÇÃO OU REESTRUTURAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS

A Prefeitura Municipal já possuía Guarda Municipal formalmente instituída com um contingen-

te de 76 (setenta e seis) Guardas Municipais. No entanto, nenhum dos profissionais havia recebido qualquer qualificação institucional desde as suas nomeações.



Em parceria com a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco foi realizado o Curso de Capacitação da Guarda Municipal de Gravata ministrado por instrutores selecionados da própria Secretaria. O curso foi composto de 360 horas-aula divididas em três módulos, sendo dois presenciais e um na modalidade à distância.

EIXO 9

CRIAÇÃO DA SECRETARIA/DIRETORIA/COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Foi criado através do Decreto nº 025/2016 o Gabinete de Gestão Integrada de Ações de Defesa Social no Município de Gravata, com o fim de fortalecimento e promoção das políticas municipais de segurança pública de caráter preventivo e voltadas a diminuição dos índices de violência no município.

Além disso, através do Decreto nº 035, de 15 de junho de 2016 foi instituído o Conselho Muni-

cipal de Segurança Comunitária e Prevenção às Drogas de Gravata.

EIXO 10

IMPLANTAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA

O Programa, que já era estabelecido em Gravata, recebeu amplo apoio da administração municipal através da Secretaria Municipal de Assistência Social.



Documento Assinado Digitalmente por: MARIO CAVALLCANTI DE ALBUQUERQUE, OTAVIO HENRIQUE CINTRA MONTEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a1f5409e-1806-41b8-b905-e6a403c93767





Documento Assinado Digitalmente por: MARIO CAVALLCANTI DE ALBUQUERQUE, OTAVIO HENRIQUE CINTRA MONTEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a1f5409e-1806-41b8-b905-e6a403c93767

